

Ética e moral cristã?

É comum à teologia introduzir o tema 'ética' e 'moral' ao abordar a necessidade de um bom comportamento do cristão em sociedade...

Ética e moral cristã?

“Somente deveis portar-vos dignamente conforme o evangelho de Cristo, para que, quer vá e vos veja, quer esteja ausente, ouça acerca de vós que estais num mesmo espírito, combatendo juntamente com o mesmo ânimo pela fé do evangelho.” (Filipenses 1.27).

Introdução

Antes de analisar a ideia de uma ética e de uma moral intitulada cristã, se faz necessário analisar algumas recomendações dos apóstolos acerca do bom porte indispensável a quem professa o evangelho de Cristo.

É indispensável frisar que, quando trataram do comportamento dos cristãos, os apóstolos não apontaram a ética e nem a moral humana, antes invocam a 'boa consciência' para fazer recomendações, e os parâmetros evidenciados são superiores a ética e a moral.

A sã doutrina deve ser defendida

O apóstolo Paulo recomendou aos cristãos de Filipos que se portassem dignamente conforme o evangelho de Cristo (Filipenses 1.27; Colossenses 2.6 -7), ou seja, que todos estivessem firmados em um só espírito (doutrina), como se fossem uma só alma (ânimo), lutando juntos em defesa da fé (doutrina, evangelho).

“Somente deveis portar-vos dignamente conforme o evangelho de Cristo, para que, quer vá e vos veja, quer esteja ausente, ouça acerca de vós que estais num mesmo espírito, combatendo juntamente com o mesmo ânimo pela fé do evangelho.” (Filipenses 1.27)

Nesta oportunidade, o apóstolo dos gentios declarou abertamente que foi escolhido como apóstolo para defender a verdade do evangelho, missão que ele cumpriu até descer à sepultura (acabar a carreira), preservando a fé (doutrina) intacta.

“Mas outros, por amor, sabendo que fui posto para defesa do evangelho.” (Filipenses 1.17);

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.” (2 Timóteo 4.7).

O irmão Judas aborda a mesma questão, pois enquanto escrevia acerca da salvação comum a todos os cristãos, viu a necessidade de exortá-los a batalharem pela fé (doutrina) que lhes foi entregue (Judas 1.3).

Na qualidade de ministro do espírito (evangelho), o cristão tem o dever de viver conforme o evangelho de Cristo (2 Coríntios 3.6), ou seja, abandonar filosofias, tradições, preceitos e doutrinas de homens (Colossenses 2.8 e 22), propondo aos ouvintes somente o Cristo, e esse crucificado (1 Coríntios 2.2), e permanecer crendo até o fim que Jesus é o Filho de Deus (Atos 14.22; Colossenses 1.23).

“O qual nos fez também capazes de ser ministros de um novo testamento, não da letra, mas do espírito; porque a letra mata e o espírito vivifica.” (2 Coríntios 3.6).

O cristão deve professar e defender a verdade do evangelho (fé, querigma, doutrina, mandamento), o que é diferente de lutar contra carne e sangue. O que seria lutar contra carne e sangue? No contexto, ‘carne’ e ‘sangue’ remetem à descendência de Abraão e nacionalidade judaica, ou seja, não se tem que lutar contra a nação, o povo, precisamente, com os filhos de Israel.

“Revelar seu Filho em mim, para que o pregasse entre os gentios, não consultei a carne nem o sangue,” (Gálatas 1.16; Mateus 16.17);

“Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste

século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais.”
(Efésios 6.12).

Com relação aos cristãos da igreja primitiva, embate contra ‘carne’ e ‘sangue’ seria debater com os judeus acerca de genealogias, tribos, leis, sacrifícios, cerimoniais, tradições, etc., que mais produzem celeumas do que edificação (1 Timóteo 1.4).

“Todos os que querem mostrar boa aparência na carne, esses vos obrigam a circuncidar-vos, somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo. Porque nem ainda esses mesmos que se circuncidam guardam a lei, mas querem que vos circuncideis, para se gloriarem na vossa carne.”
(Gálatas 6.12-13).

Ao defender a verdade do evangelho, a base de atuação do cristão também não é contra os não crentes (os de fora), e sim, contra aqueles que se dizem irmãos (nos lugares celestiais), mas, na verdade, são devassos, idólatras, avarentos, etc.

“Mas agora vos escrevi que não vos associeis com aquele que, dizendo-se irmão, for devasso, ou avarento, ou idólatra, ou maldizente, ou beberrão, ou roubador; com o tal nem ainda comais. Porque, que tenho eu em julgar também os que estão de fora? Não julgais vós os que estão dentro?” (1 Coríntios 5:11 -12).

Vale destacar que os comportamentos reprováveis segundo a moral humana enumerado pelo apóstolo Paulo no verso acima, na verdade, são figuras que foram utilizadas pelos profetas para descrever os judeus, e que, no Novo Testamento, os apóstolos utilizaram as mesmas figuras para descrever a relação dos filhos de Israel com Deus (1 Timóteo 1.7-10; Salmo 106).

É por causa das figuras utilizadas pelos profetas para falar aos filhos de Israel (Jeremias 9.2; Isaías 57.3; Jeremias 23.14), que Tiago chama os cristãos convertidos dentre os judeus de ‘adúlteros’ e ‘adúlteras’:

“Adúlteros e adúlteras, não sabeis vós que a amizade do mundo é inimizade contra Deus? Portanto, qualquer que quiser ser amigo do mundo constitui-se inimigo de Deus.” (Tiago 4.4).

Através desses dois versos, temos que nos focar em duas coisas:

1. Não é dado aos cristãos lutarem contra carne e sangue, ou seja, não compete aos seguidores de Cristo querer mudar as práticas e os costumes judaicos, e;
2. Os cristãos estão assentados nas regiões celestiais em Cristo (Efésios 1:3; Efésios 2:6), e a defesa da fé se dá em meio aos cristãos (regiões celestiais), e não em relação aos não cristãos (Efésios 6.12).

“Estes são manchas em vossas festas de amor, banqueteadando-se convosco, e apascentando-se a si mesmos sem temor; são nuvens sem água, levadas pelos ventos de uma para outra parte; são como árvores murchas, infrutíferas, duas vezes mortas, desarraigadas;” (Judas 1.12).

Por que é importante destacar essa verdade? Porque o apóstolo Pedro, de antemão, instruiu os cristãos acerca dos falsos doutores que, nos últimos dias, introduziriam heresias de perdição e fariam dos cristãos negócios.

“E TAMBÉM houve entre o povo falsos profetas, como entre vós haverá também falsos doutores, que introduzirão encobertamente heresias de perdição, e negarão o Senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina perdição. E muitos seguirão as suas dissoluções, pelos quais será blasfemado o caminho da verdade. E por avareza farão de vós negócio com palavras fingidas; sobre os quais já de largo tempo não será tardia a sentença, e a sua perdição não dormita.” (2 Pedro 2:1 -3).

Qual a artimanha dos falsos doutores? Sorrateiramente apresentar uma doutrina em substituição ao evangelho genuíno. Dentre esses doutores temos: a) os anticristos, aqueles que abertamente negam que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus bendito, e; b) os falsos profetas, aqueles que, sorrateiramente, negam a eficácia do evangelho ao impor várias práticas aos cristãos sob o argumento de que através delas é possível ao homem se salvar.

“ENTÃO alguns que tinham descido da Judeia ensinavam assim os irmãos: Se não vos circuncidardes conforme o uso de Moisés, não podeis salvar-vos.” (Atos 15.1).

A essência do evangelho: mandamento e obediência

A doutrina cristã, ou a fé dada aos santos, tem por escopo evidenciar aos homens o fato de que todos, sem exceção, estão perdidos por causa da ofensa de Adão, e que Cristo é o único caminho que conduz o homem a Deus. Como a salvação em Cristo é a essência do evangelho, todos os homens precisam crer que Jesus é o Cristo para serem salvos.

No quesito evangelho, não importa se alguém possui bom caráter, conduta ilibada e obedece às leis do seu país, se não crer que Jesus é o Cristo não será salvo. Não importa se é mestre e juiz em Israel, como Nicodemos, ou alguém conforme a mulher samaritana, de moral questionável e conduta reprovável aos olhos da sociedade, se não nascer de novo, jamais verá o reino dos céus. A verdade do evangelho evidencia que todos os homens, sem exceção, precisam ouvir o evangelho e crer para alcançar salvação.

É por isso que, quando o apóstolo Paulo afirmou que a ‘graça de Deus se há manifestada trazendo salvação a todos os homens’, não introduziu ressalvas, pois a graça se destina a todos, não importando religião, caráter, moral, condição social, sexo, nacionalidade, etnia, língua, etc.

Ao destacar que Jesus se manifestou trazendo salvação a todos os homens, o apóstolo Paulo estava evidenciando que Jesus é causa de eterna salvação, e ao mesmo tempo evidenciando que, na salvação em Cristo, não há acepção de pessoas, contudo, a salvação é alcançada somente por aqueles que obedecem ao evangelho. Compare:

[“Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens,”](#) (Tito 2.11);

[“E, sendo ele consumado, veio a ser a causa da eterna salvação para todos os que lhe obedecem;”](#) (Hebreus 5.9).

A graça de Deus foi manifesta em Cristo, que trouxe salvação a todos os homens, sendo Ele mesmo a causa de salvação de todos os que O obedecem. A Tito, o apóstolo Paulo destaca a abrangência do evangelho (salvação a todos os homens), e o escritor aos Hebreus destaca a necessidade de se obedecer ao mandamento

que há no evangelho (todos os que lhe obedecem). Deus amou o mundo de tal maneira que deu o Seu Filho Unigênito (universalidade do evangelho), para que todo aquele que n'Ele crê não pereça (mandamento implícito).

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” (João 3.16);

“Mas que se manifestou agora, e se notificou pelas Escrituras dos profetas, segundo o mandamento do Deus eterno, a todas as nações para obediência da fé;” (Romanos 16.26).

A essência do evangelho é mandamento (fé) e sujeição (obediência).

“Onde está logo a jactância? É excluída. Por qual lei? Das obras? Não; mas pela lei da fé.” (Romanos 3.27).

Em crer em Cristo não há como o homem se gloriar, pois, crer que Jesus é o Cristo é obedecer, de modo que, quando crê, o homem deixa de ser senhor de si mesmo, ou seja, humilha a si mesmo, se fazendo servo de Cristo.

Ética e moral ‘versus’ consciência

Os termos ‘ética’ e ‘moral’ não aparecem na Bíblia, até porque ética é próprio à filosofia, ciência que estuda o caráter e a conduta humana em sociedade, tendo por base “*princípios morais*” vigentes na sociedade em análise.

Na Bíblia, as questões comportamentais do cristão são abordadas através do termo ‘consciência’:

“Orai por nós, porque confiamos que temos boa consciência, como aqueles que em tudo querem portar-se honestamente.” (Hebreus 13.18).

A perspectiva bíblica está além das questões éticas e morais, pois enquanto a ética é própria à filosofia, ciência que estuda a moral humana em uma determinada sociedade, a boa consciência apresentada nas Escrituras surge da submissão a Deus, visando a propagação do evangelho de Cristo aos homens em

qualquer sociedade.

“E por isso procuro sempre ter uma consciência sem ofensa, tanto para com Deus como para com os homens.” (Atos 24.16);

É comum à teologia introduzir o tema ‘ética’ e ‘moral’ ao abordar a necessidade de um bom comportamento do cristão em sociedade, aponto de Champlin, na introdução ao tema ética, na sua *‘Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia’*, dizer:

“A ética também faz parte essencial da fé religiosa” Champlin, Russell Norman, Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia, vol. 1, Ed. Hagnus, 11ª Edição, 2013, pág. 554.

É compreensível que a ética faça parte da *‘fé religiosa’*, mas considerar que ela faça parte da fé do evangelho (Filipenses 1.27), e que seja essencial ao evangelho, é asserção que carece de prova bíblica. Se analisarmos o budismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo, etc., uma das temáticas será a moral, diferentemente do evangelho, que a temática é Cristo, e esse crucificado (1 Coríntios 2.2).

Champlin, como teólogo, descreveu com maestria os seis ramos da filosofia, sendo a ética um dos ramos: a conduta ideal do indivíduo. Falou do surgimento da ética, como, provavelmente, originou-se do *homo sapiens*, e como os chimpanzés tem noção do que é apropriado e inapropriado.

Sem destacar pontos da Antiga Aliança, Champlin falou das religiões e da preocupação com a conduta humana, isto porque elas tratam de julgamento, recompensa, reencarnação, etc. Em seguida, faz alusão aos filósofos pré-socráticos, que se envolveram em considerações éticas, citando Anaximandro, Heráclito, Pitágoras, e as suas teses principais.

Em seguida, Champlin apresenta Sócrates (450 A.C.), considerado o pai da ética como sistema filosófico, mas não há qualquer referência a Abraão, o pai da fé, a quem primeiramente foi anunciado o evangelho, e que na oportunidade não se fez qualquer referência a ética (Gálatas 3.8).

Champlin destacou que, no grego, ética é *ethos* (costume, disposição, hábito), e no latim, é *mos* (*moris* = vontade, costume, uso, regra), e diz da conduta ideal do indivíduo, da busca do ideal *summum bonum* da existência humana e como

alcança-lo.

A Bíblia não aponta o comportamento ideal em sociedade, até porque há diferenças de comportamento de sociedade para sociedade. Entretanto, a Bíblia apresenta o bem e o mal como conhecimento do qual a humanidade tornou-se participante quando Adão comeu do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. O fruto do qual a humanidade é participante é do conhecimento do bem e do mal, o que demonstra que o bem e o mal são indissociáveis quanto conhecimento.

Adão não só comeu o mal, mas do bem e do mal. Isto significa que o *summum bonum* através da ética é inatingível, pois não há como o homem se desvencilhar do mal, enquanto houver o bem. É através deste conhecimento que o homem se tornou como Deus: conhecedor do bem e do mal.

Mas, enquanto a ética se preocupa com um padrão (ou padrões) do que é certo ou errado a ser aplicado à humanidade, a Bíblia aponta a desobediência de Adão como o evento que levou a humanidade a queda, sendo que o conhecimento do bem e do mal veio agregado as consequências da desobediência: a morte.

Com a vinda de Cristo, Deus não providenciou salvação do conhecimento do bem e do mal, e sim, redenção da morte, condenação imposta à humanidade em função da ofensa de Adão. A Bíblia não trata de caráter, moral, comportamento, etc., mas da substituição de ato: desobediência pela obediência.

“Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida. Porque, como pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim pela obediência de um muitos serão feitos justos.” (Romanos 5.18-19).

Ao utilizar as categorias da filosofia, percebe-se que os tratados teológicos de muitos estudiosos tentam cristianizar as ideias dos filósofos gregos, a ponto de se afirmar que Agostinho é Platão batizado, e Tomás de Aquino é Aristóteles batizado (Idem, Pág. 566).

Champlin, ao abordar princípios éticos no Novo Testamento, afirma que o dilema ético envolve uma luta cósmica, e cita 1 João 5, verso 18:

“Sabemos que os filhos de Deus não continuam pecando, porque o Filho de

Deus os guarda, e o Diabo não pode tocar neles” (1 João 5.18).

O verso em análise não trata de ética, muito menos de uma luta cósmica[1]. O apóstolo João já havia destacado que os nascidos de Deus não pecam (1 João 3.6 e 9), no sentido de que não mais são sujeitos ao pecado como servos, vez que os filhos de Deus são servos da justiça (João 8.34).

Esse verso não trata de uma luta cósmica, mas da sujeição do homem a Cristo. Como em Cristo não há pecado, qualquer que está nele tem que estar livre do pecado, pois quem peca é do diabo, e não de Cristo. Quem admite que peca, tem que admitir que é do diabo, pois quem pertence a Jesus não serve mais ao pecado.

“Em quem também vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa.” (Efésios 1.13);

“Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo.” (2 Coríntios 5.17);

“Qualquer que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus está nele, e ele em Deus.” (1 João 4.15).

O crente é passível de erros, tropeço, o que é diferente da ideia de ser servo do pecado (Tiago 3.2).

A ideia de uma luta cósmica e da existência de um dilema ético decorre de má leitura do verso 12, do capítulo 6, da carta aos Efésios, e de influências da filosofia de Platão[2].

Ao falar de uma ética Teísta, e nessa categoria inclui o Novo Testamento, Champlin discorre que a *‘... busca na ética teísta é pela perfeição. O homem tem uma consciência inerente (dom de Deus) para ajudá-lo na inquirição pela perfeição.’* Idem, Pág. 566, e cita o verso 14 da carta aos Hebreus:

“O mantimento sólido é para os perfeitos, os quais, em razão do costume, têm os sentidos exercitados para discernir tanto o bem como o mal” (Hebreus 5.14).

Enquanto Champlin fala que a busca na ética Teísta é pela perfeição, o escritor aos Hebreus fala de alguém que efetivamente é perfeito, e que, por isso mesmo,

participa de uma alimentação sólida, e pelo costume tem os sentidos exercitados para compreender tanto o bem como o mal.

Ao falar da perfeição, os apóstolos não tinham em mente a ética, quer seja ela Teísta ou não:

“Todavia falamos sabedoria entre os perfeitos; não, porém, a sabedoria deste mundo, nem dos príncipes deste mundo, que se aniquilam;” (1 Coríntios 2.6).

É uma sabedoria que se fala entre os perfeitos, e não uma sabedoria daqueles que vivem em busca de perfeição.

“E estais perfeitos nele, que é a cabeça de todo o principado e potestade;” (Colossenses 2.10).

É estarrecedora a ideia que Champlin faz acerca do propósito da ética, ao aplicá-la à doutrina dos apóstolos.

“g. O propósito da ética: II Ped. 1:4: «Ele nos tem dado grandes e preciosas promessas para que por elas fiquemos participantes da natureza divina, havendo escapado da corrupção que pela concupiscência há no mundo». Este texto fala da visão beatífica (que vede), da teologia, na qual o homem recebe uma iluminação espiritual de imensas dimensões, e o início da participação na natureza divina, que sempre aumenta de estágio para estágio, sem limite de tempo. Ver II Cor 3:18. A ética, desta maneira, é intensamente ligada com o destino metafísico do ser, sendo envolvido na transformação do espírito à imagem do Filho, Rom. 8:29. Isto nós chamamos salvação (que vede).” Idem, Pág. 567.

É estranho ao evangelho de Cristo o que Champlin chama de salvação, de que a ética está ligada com o destino do ser, e que por ela se transforma o espírito à imagem do Filho.

Enquanto o apóstolo Pedro destaca a fé (evangelho) como preciosa e que todos os que creem em Cristo alcançaram (1 Pedro 1.1), certo é que os cristãos não foram chamados pela ética, antes pela glória e virtude de Cristo, de modo que, pelas grandíssimas e preciosas promessas, os cristãos sejam participantes da natureza divina.

O texto trata de comunhão, de se fazer um só corpo, de se fazer um com a

verdade, por isso o termo 'conhecimento' é empregado. A iluminação dos olhos do entendimento se deu com o evangelho, o que resulta em 'conhecimento', 'comunhão íntima'.

É impossível através da ética o homem ser transformado à imagem do Filho, antes é através do evangelho que o homem morre e ressurge com Cristo um novo homem, homem este que, como um espelho, reflete a glória de Cristo, visto que foi transformado na mesma imagem de Cristo.

“E, chegando-vos para ele, pedra viva, reprovada, na verdade, pelos homens, mas para com Deus eleita e preciosa, Vós também, como pedras vivas, sois edificados casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo.” (1 Pedro 2.4-5).

A Bíblia fala de morte e ressurreição, quando é criado um novo homem, e não de uma transformação somente do espírito.

“Qual o terreno, tais são também os terrestres; e, qual o celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do terreno, assim traremos também a imagem do celestial.” (1 Coríntios 15.48-49);

“Nisto é perfeito o amor para conosco, para que no dia do juízo tenhamos confiança; porque, qual ele é, somos nós também neste mundo.” (1 João 4.17).

Neste mundo somos filhos de Deus (1 João 3.1-3), e no vindouro seremos semelhantes a Ele, para que Ele seja primogênito entre muitos irmãos.

“Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos.” (Romanos 8.29).

O apóstolo Paulo deixa claro que não há outro destino (predestinou) para aqueles se fizeram um com Cristo (conheceu): serão conforme a imagem de Cristo, pois o propósito de Deus é que Cristo seja primogênito entre muitos filhos de Deus iguais a Ele.

Ética, moral e evangelho

A moral, enquanto conjunto de regras de convívio em sociedade, não estabelece que alguém sofra agravos ou padeça injustamente, mas a compreensão do evangelho faz com que o cristão considere como agradável sofrer agravos por causa do evangelho.

“Porque é coisa agradável, que alguém, por causa da consciência para com Deus, sofra agravos, padecendo injustamente.” (1 Pedro 2.19);

“Retiraram-se, pois, da presença do conselho, regozijando-se de terem sido julgados dignos de padecer afronta pelo nome de Jesus.” (Atos 5.41).

A moral impõe ao indivíduo, sob pena de ser censurado pelo grupo ou sociedade, que não se deve comportar na casa dos outros como se estivesse em sua própria casa. A moral impõe a cordialidade nas ações humanas, censurando a indiferença, intromissão, falta de discrição, etc.

Já a consciência para com Deus impõe aos cristãos que, se for em prol do evangelho, que sofra agravos. Mesmo o cristão não sendo malfeitor, visando promover o evangelho, que sofra o agravo, e assim, confunda os homens através do bom porte em Cristo.

“Tendo uma boa consciência, para que, naquilo em que falam mal de vós, como de malfeitores, fiquem confundidos os que blasfemam do vosso bom porte em Cristo.” (1 Pedro 3.16).

O bom porte do cristão é tido como ornamento do evangelho, exigência muito além da ética e da moral humana, pois impunha aos escravos à época dos apóstolos que fossem leais aos seus senhores (1 Pedro 2.18), até mesmo para com os maus:

“Não defraudando, antes mostrando toda a boa lealdade, para que em tudo sejam ornamento da doutrina de Deus, nosso Salvador.” (Tito 2.10);

“TODOS os servos que estão debaixo do jugo estimem a seus senhores por dignos de toda a honra, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados.” (1 Timóteo 6.1).

A consciência cristã não impõe obrigações somente para com os não crentes (judeus e gregos), mas também impõe aos cristãos deveres para com a igreja de Deus:

“Portai-vos de modo que não deis escândalo nem aos judeus, nem aos gregos, nem à igreja de Deus.” (1 Coríntios 10.32).

O conceito de ética difere da moral, pois esta tem por base costumes e hábitos herdados ou que surgem das interações humanas, e aquela se fundamenta na razão. Já o apelo à consciência cristã não comporta exceções, visando sempre a propagação do evangelho.

“Vede que ninguém dê a outrem mal por mal, mas segui sempre o bem, tanto uns para com os outros, como para com todos.” (1 Tessalonicenses 5.15).

Quando Naamã se despediu do profeta Eliseu, solicitou que lhe fosse perdoado quando tivesse que se inclinar perante o deus Rimon, posto que não podia recusar fazê-lo quando o rei da Síria e senhor de Naamã se inclinasse (2 Reis 5.17). Caso se encurvasse perante o deus Rimon, Naamã era passível de repreensão, ou estava mostrando boa lealdade para com seu senhor em tudo?

Sadraque, Mesaque e Abednego, de outra banda, se recusaram prostrar e adorar a estátua de ouro confeccionada pelo rei da Babilônia, Nabucodonosor. Sadraque, Mesaque e Abednego estavam corretos, ou Eliseu orientou Naamã equivocadamente? Havia alguma regra ética ou normal moral na Antiga Aliança que regulasse essas questões? Evidente que não!

A regra de ouro é:

“Tens tu fé? Tem-na em ti mesmo diante de Deus. Bem-aventurado aquele que não se condena a si mesmo naquilo que aprova.” (Romanos 14.22).

Naamã não se condenava naquilo que aprovava, e os três jovens, Sadraque, Mesaque e Abednego, não impuseram as suas convicções aos demais filhos de Israel que estava no exílio babilônico.

Tanto Naamã, quanto os três jovens, apesar do comportamento diferente, tinham um propósito em comum: dar graças a Deus!

“Aquele que faz caso do dia, para o Senhor o faz e o que não faz caso do dia

para o Senhor o não faz. O que come, para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e o que não come, para o SENHOR não come, e dá graças a Deus.” (Romanos 14.6).

Daí surgem duas premissas:

14. Não julgar uns aos outros (Romanos 14.13);
15. Não impor tropeço ou escândalo ao irmão.

Cada cristão tem os seus motivos diante de Deus, e como tudo o que foi escrito é para instrução (Romanos 15.4), ao instruir Naamã, Eliseu considerou que o ídolo nada é (1 Coríntios 10.19), e os três jovens propuseram evidenciar que serviam ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó (Daniel 3.17).

Analisando uma questão ética decorrente de um caldo sociocultural, verifica-se que mesmo após pregar várias vezes em Jerusalém demonstrando que Jesus é o Cristo, o apóstolo Pedro, quando preparava o seu almoço, sofreu um arrebatamento de sentidos, e teve uma visão, sendo instruído por Deus a matar e comer os animais impuros que, na visão, desciam do céu em um vaso (Atos 10.10-16). Logo em seguida, ele foi solicitado por gentios para ir à casa de Cornélio, um estrangeiro.

Somente quando estava na casa de Cornélio, o apóstolo Pedro compreendeu que Deus não faz acepção de pessoas, e destacou a todos que ali estavam que era proibido um judeu ajuntar-se com gentios, mas que fora instruído a não considerar ninguém comum ou impuro (Atos 10.28). Em seguida anunciou que Deus não faz acepção de pessoas e, que lhe é agradável qualquer que, em qualquer nação, o teme e faz o que lhe é agradável (Atos 10.34-35).

As amarras das tradições, onde a ética faz suas análises e a moral floresce, ainda enlaçavam o apóstolo da circuncisão, que teve que evidenciar aos gentios a serem evangelizados a proibição dos judeus em não adentrar na casa de estrangeiros. Os costumes e as preferências diárias do apóstolo Pedro eram ditados por uma herança imaterial, que desde tenra idade era utilizada para auxiliar distinguir entre o certo e o errado. Entretanto, até que ponto os valores morais do evangelista devem permanecer intocáveis, ou até que ponto o evangelista deve respeitar os entraves morais dos evangelizados, visando a propagação do evangelho?

Enquanto cidadão de uma pátria, o cristão pode preservar valores pertinentes a sua nação, entretanto, tais valores não podem ser considerados quando se trata do corpo de Cristo. Apesar de ter sido instruído, aprendido a lição e continuar combatendo o bom combate, o apóstolo Pedro, quando em outro ajuntamento solene, tornou-se repreensível, pois comia com os gentios, mas ao ver alguns da circuncisão chegarem, afastou-se dos cristãos gentios para se achegar aos cristãos convertidos dentre os judeus, uma clara violação das premissas do evangelho de Cristo.

“Mas, quando vi que não andavam bem e diretamente conforme a verdade do evangelho, disse a Pedro na presença de todos: Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus?” (Gálatas 2.14).

Não andar bem e direito conforme a verdade do evangelho (boa consciência) pode levar o cristão a naufragar (não conservar, não guardar) na fé. O evangelho (fé) não comporta fingimento, pois qualquer posicionamento ou comportamento que exclui o irmão do corpo de Cristo é vã contenda, e pode levar o cristão a desviar-se do evangelho (fé).

“Ora, o fim do mandamento é o amor de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida, do que, desviando-se alguns, se entregaram a vãs contendas;” (1 Timóteo 1.5-6);

“Conservando a fé, e a boa consciência, a qual alguns, rejeitando, fizeram naufrágio na fé.” (1 Timóteo 1.19).

Em quanto membro de uma determinada sociedade, o cristão deve se adaptar às práticas tidas como virtuosas e louváveis do ponto de vista da ética e da moral daquela sociedade. Ao escrever a Tito, o apóstolo Paulo destaca a necessidade de sujeição dos cristãos as autoridades e instituições humanas (estado e governo), bem como considerar a ética e a moral local (modestos[3], apropriado):

“Admoesta-os a que se sujeitem aos principados e potestades, que lhes obedçam, e estejam preparados para toda a boa obra; Que a ninguém infamem, nem sejam contenciosos, mas modestos, mostrando toda a mansidão para com todos os homens.” (Tito 2.1-2).

Qual ética ou moral o cristão deve adotar? A moral judaica? A ética grega? A

moral romana? A ética dos bárbaros? Ora, nenhuma e nem outra, e ao mesmo tempo considerar todas, observando sempre o que é apropriado, conveniente, sutil, etc.

Como pode ser isto? Ora, o cristão não deve adotar uma ética ou moral própria aos judeus, pois seria inevitável ao cristão querer impor aos outros povos práticas judaicas.

“Mas, quando vi que não andavam bem e diretamente conforme a verdade do evangelho, disse a Pedro na presença de todos: Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus?” (Gálatas 2.14).

É por causa das diferenças culturais nas sociedades, que ao escrever aos cristãos convertidos dentre os judeus, o apóstolo Pedro enfatiza a condição de estrangeiros e forasteiros dos judeus cristãos, quando recomendou se absterem das questões judaicas (concupiscências carnis) enquanto vivessem entre os gentios, e adotassem um modo de vida^[4] que as pessoas bendissem a Deus no dia da visitação.

“Amados, peço-vos, como a peregrinos e forasteiros, que vos abstenhais das concupiscências carnis que combatem contra a alma; Tendo o vosso viver honesto entre os gentios; para que, naquilo em que falam mal de vós, como de malfeitores, glorifiquem a Deus no dia da visitação, pelas boas obras que em vós observem.” (1 Pedro 2.11-12).

A exigência do apóstolo Pedro aos judeus cristãos também se aplica aos romanos cristãos, aos gregos cristãos e aos brasileiros cristãos. A incumbência da igreja nunca foi e nem será impor ou transformar as leis, a ética e a moral da sociedade na qual o cristão está inserido.

A incumbência da igreja (corpo de Cristo) ou de seus membros em particular (cristãos) não é ditar normas de comportamentos ou práticas a serem adotadas pelos não crentes. Entretanto, ao longo da história da cristandade, verifica-se que várias instituições ditas cristãs têm se empenhado em impor valores comportamentais à sociedade alegando um modo de vida dito cristão.

Não existe um modo de viver cristão, ou modo de viver de crente. Observe:

“Mas, quando vi que não andavam bem e diretamente conforme a verdade do evangelho, disse a Pedro na presença de todos: Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus?” (Gálatas 2.14).

O apóstolo Paulo podia ter repreendido o apóstolo Pedro dizendo: ‘Se tu, sendo judeu, vives como *‘crente’*, e não como judeu’, se realmente houvesse um tipo específico de comportamento cristão. Entretanto, não há um comportamento que se possa rotular ou dizer ser específico dos crentes. Há entre os gentios ou entre os judeus um modo honesto de viver, e é esse modo apropriado (conveniente) que o cristão deve adotar (modo de vida).

É por isso que o apóstolo Paulo recomenda aos cristãos serem íntegros:

“Seja a vossa equidade notória a todos os homens. Perto está o SENHOR. (...) Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai. O que também aprendestes, e recebestes, e ouvistes, e vistes em mim, isso fazei; e o Deus de paz será convosco.” (Filipenses 4.5 e 8-9).

Ética, moral e salvação

Não há no evangelho de Cristo qualquer referência a ética ou a moral humana, isto porque a perdição e a salvação da humanidade não decorrem e nem estão vinculadas a tais questões.

A perdição não se deu por causa de uma questão ética ou moral, antes se deu pela ofensa de um homem (Adão) a um mandamento, e todos os seus descendentes, por entrarem neste mundo por Adão (a porta larga), trilham um caminho que os conduz à perdição.

Semelhantemente, a salvação se dá por Cristo, a porta estreita, o último Adão, e todos que entram por Cristo trilham um caminho apertado que os conduz à vida.

“Entrai pela porta estreita; porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela; E porque estreita é a

porta, e apertado o caminho que leva à vida, e poucos há que a encontrem.”
(Mateus 7.13-14).

Onde está a moral e a ética nos quesitos perdição e salvação? Inexiste questões de ordem ética ou moral tanto para salvação ou para a perdição.

O homem moralmente correto, que vive de acordo com os preceitos herdado de seus pais, ou que toma suas decisões com base na razão, segundo a Bíblia, está em igual condição àquele que não é moralmente regrado ou que não segue a razão. Nicodemos e a mulher samaritana são dois personagens bíblicos que ilustram bem essa questão.

Crer em Cristo é a grande temática da Bíblia com relação à salvação, sem qualquer alusão às questões humanas de ética e moral.

Há quem diga que estudar ética é muito importante para aperfeiçoar o relacionamento e conduta do indivíduo na sociedade[5]. Grande equívoco, pois se assim fosse, bastava massivo ensino de filosofia no campo da ética e da moral para melhorarmos o comportamento do indivíduo na sociedade.

Ora, sabemos que a moral humana é delineada pela família e sociedade, e que os estudos acadêmicos não moldam o comportamento de ninguém.

Mas, equívoco maior surge quando alguém se apoia na premissa de que existe uma ética dita cristã, e que é necessário identificarmos os seus principais fundamentos a fim de aperfeiçoar a vida de comunhão com Deus.

Em nenhuma abordagem Jesus fez alusão a princípios éticos e morais que pudessem aperfeiçoar o crente, antes Ele apontou a palavra de Deus e o que ela faz:

“Vós já estais limpos, pela palavra que vos tenho falado.” (João 15:3).

A Bíblia não apresenta princípios éticos, morais ou legais, antes as instruções comportamentais aos cristãos são de ordem superior:

“Portai-vos de modo que não deis escândalo nem aos judeus, nem aos gregos, nem à igreja de Deus.” (1 Coríntios 10:32).

O cristão deve se comportar de modo apropriado para não impor entrave ao

evangelho, e esse cuidado abrange todos os homens: quer judeu, quer grego ou a igreja de Deus.

Para o crente em Cristo não há restrições, antes plena liberdade:

“Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam.” (1 Coríntios 10:23).

Isto posto, vemos que a Bíblia não trabalha com uma espécie de ‘ética cristã’, mas sim com a palavra de Deus, pois tudo o que não é proveniente de fé é pecado.

“Mas aquele que tem dúvidas, se come está condenado, porque não come por fé; e tudo o que não é de fé é pecado.” (Romanos 14:23).

Quando Deus ordenou a Abraão oferecer o seu único filho em holocausto, vemos a palavra de Deus acima de qualquer questão ética, moral ou legal. Como Abraão se propôs oferecer o seu único filho em obediência a palavra de Deus, ou seja, tendo por base a fé, o comportamento de Abraão não era pecado, embora tal conduta fosse censurável por parte da moral e das leis humanas.

Tamar resolveu enganar o seu sogro se passando por prostituta para prover descendência ao seu marido, Er. Tendo por base a moral e a ética, a atitude de Tamar é censurável, mas como ela buscou descendência para o seu marido em virtude da promessa feita a Jacó, a conduta dela não foi pecado, pois tinha por base a fé anunciada a Abraão.

Deus havia ordenado Saul exterminar completamente os amalequitas, porém, ele resolveu preservar a vida de Agague, rei dos amalequitas, e Deus o reprovou. Segundo a moral e a ética humana, preservar a vida de alguém é louvável, mas como a atitude de Saul não tinha por base a fé, ou seja, a palavra de Deus, a conduta de Saul foi tida como pecado.

É em função da não existência de uma ética ou moral cristã que o apóstolo Paulo recomenda aos cristãos que se portem de modo digno da salvação, com disposição para portar-se honestamente em tudo.

“ROGO-VOS, pois, eu, o preso do Senhor, que andeis como é digno da vocação com que fostes chamados,” (Efésios 4:1);

“Orai por nós, porque confiamos que temos boa consciência, como aqueles

que em tudo querem portar-se honestamente.” (Hebreus 13.18).

É imprescindível para quem quer portar-se de modo honesto em tudo permanecer na condição que foi chamado:

“E assim cada um ande como Deus lhe repartiu, cada um como o Senhor o chamou. É o que ordeno em todas as igrejas. É alguém chamado, estando circuncidado? fique circuncidado. É alguém chamado estando incircuncidado? não se circuncide. A circuncisão é nada e a incircuncisão nada é, mas, sim, a observância dos mandamentos de Deus. Cada um fique na vocação em que foi chamado. Foste chamado sendo servo? não te dê cuidado; e, se ainda podes ser livre, aproveita a ocasião.” (1 Coríntios 7.17-21).

Por que? Qualquer mudança na condição de quem segue ao evangelho gerará entraves na sociedade. Se alguém é chamado incircunciso e quer se circuncidar, trará entraves a si mesmo e aos seus familiares e amigos, e acabará por querer impor a eles a sua nova condição.

Aos donos de escravos, o apóstolo Paulo somente recomendou que se fizesse o que fosse de justiça e equidade aos seus servos, sem ameaças (Colossenses 4.1; Efésios 6.9). Por que não foi determinado aos senhores cristãos que fosse dada carta de alforria aos seus escravos? Porque seria perturbada a ordem social vigente, causando mais estrago do que edificação no evangelho. Que diriam outros senhores quando soubessem que, por tornar-se seguidor de Cristo, um senhor cristão havia despedido forro aos seus servos?

Caso um senhor ordenasse a um escravo ou escrava cristão que se deitasse com outro escravo para prover mais escravos, qual seria o dever do escravo cristão? Obedecer, ou alegar que não faria porque agora era cristão?

“Vós, servos, sujeitai-vos com todo o temor aos senhores, não somente aos bons e humanos, mas também aos maus.” (1 Pedro 2.18).

Dizer que a ética e a moral humana se fundamentam em valores materialistas e relativistas tendo por base o modelo sociocultural de hoje é leviano, pois os conceitos pós-modernos jamais relativizam as doutrinas cristãs e a ética e a moral decorrem e se transformam segundo os valores próprios à sociedade e o seu tempo. A ética e a moral rotulada como cristã não tem como eixo a Palavra de

Deus, pois esta é revelação divina imutável e, aquela é mutável ao sabor dos valores que tocam as sociedades em tempos determinado.

[1] *“C. Princípios Éticos 1. Novo Testamento a. O problema ético envolve uma luta cósmica. 1 João 5:18: «Sabemos que os filhos de Deus não continuam pecando, porque o Filho de Deus os guarda, e o Diabo não pode tocar neles». Efésios 6:12: «Porque nós não estamos lutando contra seres humanos, mas contra as forças espirituais do mal que vivem no mundo celestial, os governos, as autoridades do universo desta época de trevas».”* Champlin, Russell Norman, Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia, vol. 1, Ed. Hagnus, 11ª Edição, 2013, pág. 567. (Grifo nosso)

[2] *“14. A Devoção de Platão - Estamos informados de que a devoção religiosa de Platão era grande, assim ele pode ser descrito como o Jeremias ou o Isaías grego. 15. Dualismo - Platão montou o alicerce do dualismo cristão, fazendo do homem um cidadão de dois mundos. Hegel falou: «Platão ensinou quão perto Deus é, e como a razão humana é verdadeiramente unida com ele».”* Idem. (Grifo nosso)

[3] *“1933 επιεικής epieikes de 1909 e 1503; TDNT - 2:588,243; adj 1) aparente, apropriado, conveniente 2) equitativo, íntegro, suave, gentil”* Dicionário bíblico Strong.

[4] *“391 αναστροφή anástrofe de 390; TDNT - 7:715,1093; n f 1) modo de vida, conduta, comportamento, postura”* Dicionário bíblico Strong.

[5] *“Estudar ética é muito importante para o aperfeiçoamento dos nossos relacionamentos e conduta na sociedade. Entretanto, neste trimestre, veremos que a Ética Cristã difere da secular. Enquanto esta se fundamenta em valores materialistas e relativistas, aquela tem como eixo a Palavra de Deus, a revelação divina imutável. Assim, como vivemos em uma época onde os conceitos pós-modernos relativizam as doutrinas cristãs, é relevante identificarmos os principais fundamentos da Ética Cristã a fim de aperfeiçoar nossa vida de comunhão com Deus e testemunho cristão à sociedade (Mt 5.13,14).”* CPAD, Revista, Lições Bíblicas Adultos, Valores Cristãos - Enfrentando as questões morais de nosso tempo, Comentarista Pr. Douglas Baptista, 2 Trimestre 2018. (Grifo nosso).

Crítica ateísta ao amor de Jesus

Deus não converteu a sabedoria de Nietzsche em estultícia, pois a loucura da qual fala as Escrituras, é figura utilizada pelos profetas, para fazer referência, única e exclusivamente, ao povo de Israel. Portanto, só resta considerar má leitura de Nietzsche, considerar 'a sabedoria deste mundo', como sendo a ciência ou, o conhecimento lecionado nas faculdades seculares, fruto tão somente da soberba de Nietzsche, sem qualquer intervenção divina.

Crítica ateísta ao amor de Jesus

Em um site ateísta está estampada a seguinte charge:

“amor cristão — Chega a ser comovente”



Introdução

Em primeiro lugar, vale enfatizar que a sátira ácida do portal é de mau gosto, pois brinca com um ícone da crença de muitas pessoas religiosas do ocidente. Analisando o conteúdo do site, percebe-se que os editores não arriscam fazer o mesmo com personagens históricos de outras religiões, principalmente as orientais, a exemplo do islã, porque são covardes, ante a perspectiva de reprimendas.

Em segundo lugar, fica patente que é impossível satisfazer a gana dos que se declaram ateus, à vista da crítica ácida de um dos seus maiores ícones, o filólogo Friedrich Wilhelm Nietzsche (Röcken, 15 de outubro de 1844 — Weimar, 25 de agosto de 1900).

A despeito das divergências, quanto à crença na existência de Deus, antes de qualquer coisa, tenho que louvar a brilhante leitura que Nietzsche fez da sociedade e do homem grego^[2], fruto do vislumbre que lhe era peculiar. Em suas obras, se vê leituras da sociedade e questionamentos firmes e objetivos, como esse trecho incrustado na obra, O Anticristo, que aqui destaco:

“O que me importa é o tipo psicológico do Salvador. Esse tipo talvez seja descrito nos evangelhos, apesar de que em uma forma mutilada e saturada de caracteres estrangeiros — isto é, a despeito dos Evangelhos; assim como a figura de Francisco de Assis se apresenta em suas lendas a despeito de suas lendas. A questão não é a veracidade das evidências sobre seus feitos, seus ditos ou sobre como foi sua morte; a questão é se seu tipo, ainda, pode ser compreendido, se foi conservado. Todas as tentativas de que tenho conhecimento, de se ler a história da “alma” nos Evangelhos, revelam para mim, apenas uma lamentável leviandade psicológica” Nietzsche, Friedrich W., O Anticristo.

Guerra contra a ciência?

Para alguém que empunhava a flâmula do niilismo^[3], Nietzsche não poderia abrir mão de considerar as evidências dos evangelhos acerca dos feitos, ditos e morte de Jesus, lançando-se somente em considerar o que entendia ser importante. Analisar os Evangelhos somente questionando se o tipo ‘psicológico’ do Cristo foi de fato compreendido e a sua essência conservada é atuar num campo restrito de volumosas evidências. Acostumado que era a atuar no campo da linguagem, Nietzsche esqueceu que a escrita constitui um campo ‘arqueológico’ vasto de evidências que pode indicar se o tipo do Salvador foi preservado, e se é possível compreende-Lo. Nietzsche confessa, abertamente, que, das obras que se aventuraram explicar os Evangelhos, de que ele teve conhecimento, todos os trabalhos se revelaram infrutíferos ou, em suas palavras: ‘lamentável leviandade

psicológica’.

Aquele que sentia arrepios ante uma má leitura do mundo, tornou-se transgressor, pela má leitura que fez dos Evangelhos, bem como das cartas paulinas. Senão, vejamos:

“Uma religião como o cristianismo, que não possui um único ponto de contato com a realidade, que se esfacela no momento em que a realidade impõe seus direitos, inevitavelmente será a inimiga mortal da “sabedoria deste mundo”, ou seja, da ciência - nomeará bom tudo que serve para envenenar, caluniar e depreciar toda disciplina intelectual, toda lucidez e retidão em matéria de consciência intelectual, toda frieza nobre e liberdade de espírito. A “fé”, como um imperativo, veta a ciência - in praxi(2), mentir a todo custo... Paulo compreendeu muito bem que a mentira - que a “fé” - era necessária; e posteriormente a Igreja compreendeu Paulo. - O Deus que Paulo inventou, um Deus que “reduz ao absurdo” a “sabedoria deste mundo” (especialmente as duas grandes inimigas da superstição, a filologia e a medicina), é em verdade uma indicação da firme determinação de Paulo para realizar isto: dar o nome de Deus à sua própria vontade, thora(3) - isso é essencialmente judaico. Paulo quer desvalorizar a “sabedoria deste mundo”: seus inimigos são os bons filólogos e médicos da escola alexandrina - a guerra é feita contra eles. De fato, nenhum homem pode ser filólogo e médico sem, ao mesmo tempo, ser anticristo. O filólogo vê por detrás dos “livros sagrados”, o médico vê por detrás da degeneração fisiológica do cristão típico. O médico diz “incurável”; o filólogo diz “fraude”...” Idem. (grifo nosso)

Nietzsche acreditava que o apóstolo dos gentios tinha os filólogos e médicos da escola alexandrina como inimigos e que guerreou contra eles tendo como objetivo desvalorizar a ciência!

Que tremendo desserviço esse comentário do filólogo e teólogo Nietzsche, em que coloca o apóstolo Paulo como contrário à filologia e à medicina dos acadêmicos alexandrinos, por entender que, a ‘sabedoria deste mundo’, a qual o apóstolo faz alusão, se refere ao conhecimento secular que é ensinado nos bancos acadêmicos.

Através de um bom exame do contexto da abordagem paulina, verifica-se que a ‘sabedoria deste mundo’, a qual o apóstolo fez alusão, refere-se à doutrina

religiosa judaica e aos seus diversos seguimentos, pois os religiosos judeus consideram a lei mosaica e as suas tradições como ciência.

Eis o que o apóstolo Paulo disse da relação dos religiosos judeus com a lei:

[“Instrutor dos néscios, mestre de crianças, que tens a forma da ciência e da verdade na lei” \(Rm 2:20\).](#)

A rejeição do apóstolo Paulo à ‘sabedoria deste mundo’, nem chega a tangenciar o conhecimento que é produzido nos campos acadêmicos, antes, a ‘sabedoria deste mundo’ condenável, refere-se às bases doutrinárias da religião judaica, conforme se lê:

[“Onde está o sábio? Onde está o escriba? Onde está o inquiridor deste século? Porventura, não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo? Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não conheceu a Deus pela sua sabedoria, aprouve a Deus salvar os crentes, pela loucura da pregação” \(1 Co 1:20-21\);](#)

[“Porque a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus; pois está escrito: Ele apanha os sábios, na sua própria astúcia” \(1 Co 3:19\).](#)

A concepção de que Deus transtornou a sabedoria deste mundo em loucura nem mesmo é do apóstolo Paulo, antes, ele cita, implicitamente, as Escrituras, mais especificamente o profeta Isaías, que denunciou os filhos de Israel, dizendo:

[“Que desfaço os sinais dos inventores de mentiras e enlouqueço os adivinhos; que faço tornar atrás os sábios e converto em loucura o conhecimento deles” \(Is 44:25\);](#)

[“Portanto, eis que continuarei a fazer uma obra maravilhosa no meio deste povo, uma obra maravilhosa e um assombro; porque a sabedoria dos seus sábios perecerá e o entendimento dos seus prudentes se esconderá” \(Is 29:14\).](#)

O apóstolo Paulo faz referência à doutrina do evangelho como ‘sabedoria’, contrapondo o evangelho com a ‘sabedoria deste mundo’, ou seja, com o conhecimento que os líderes judaicos tinham acerca da lei.

[“Todavia, falamos sabedoria entre os perfeitos; não, porém, a sabedoria](#)

deste mundo, nem dos príncipes deste mundo, que se aniquilam” (1 Co 2:6).

Basta ler um pequeno trecho da obra O Anticristo, para constatar que, a despeito da crítica que fez, classificando como *‘lamentável leviandade psicológica’* a abordagem que muitos outros fizeram do evangelho, Nietzsche não soube ler o Novo Testamento, apesar de ter sido bom filólogo em outras áreas do conhecimento humano.

“Não se pode ler o Novo Testamento, sem adquirir uma predileção por tudo que nele é maltratado - para não falar da ‘sabedoria deste mundo’, que um insolente fanfarrão, tenta reduzir a nada, com a ‘loucura da pregação...’” Idem.

A sabedoria deste mundo

Para compreender o malogro da interpretação que Nietzsche fez sobre a sabedoria deste mundo que consta no Novo Testamento, vale destacar que, desde Moisés, a nação do apóstolo dos gentios foi constituída guardiã das Escrituras, que vaticinava a vinda do Messias. É em função da promessa do Messias que foi feita ao patriarca Abraão que os seus descendentes foram povo e nação. Mas quando o Cristo (Messias) chegou, rejeitaram-No, por causa do conhecimento equivocado que possuíam das Escrituras. Os ‘sábios’ de Israel foram enlaçados e presos em um conhecimento próprio, o que se denomina ‘loucura’. Os líderes do povo de Israel se intitulava-se sábios, mas rejeitaram o Cristo, a sabedoria de Deus. Conforme foi vaticinado pelos profetas, os filhos de Israel [tropeçaram na pedra de tropeço](#) (1 Co 1:18-19). Por causa deste contexto histórico e conforme o predito pelos profetas é que o apóstolo disserta sobre a sabedoria deste mundo.

“Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos” (Rm 1:22).

Isto não quer dizer que Deus converteu a sabedoria de Nietzsche ou de qualquer homem da ciência em estultícia, pois a loucura da qual fala as Escrituras, é figura utilizada pelos profetas para fazer referência à falta de conhecimento do povo de Israel acerca das coisas de Deus (Jr 5:4). Portanto, Nietzsche fez má leitura ao considerar ‘a sabedoria deste mundo’ como sendo a ciência ou, o conhecimento lecionado nas faculdades seculares. Tal interpretação malograda é fruto tão somente da soberba do filólogo, sem qualquer intervenção divina.

“Aqui, pela primeira vez, toco o problema da psicologia do Salvador. Para começar, confesso que muitos poucos livros, para mim, são mais difíceis de ler do que os Evangelhos”. Idem.

Nietzsche, de outra banda, tropeçou na sua própria soberba, ao achar os Evangelhos uma leitura ruim (entediante, difícil), desclassificando-os.

Assim como a crítica de Nietzsche ao Cristo brotou de uma má leitura dos Evangelhos, a charge no início deste artigo, também, tem origem em uma má leitura dos ensinamentos de Jesus.

Antes de analisarmos a charge, faremos uma pequena digressão, com enfoque no que Nietzsche postulou, acerca do Antigo e do Novo Testamento, em face da má leitura que ele fez da Bíblia. Observe:

“52 - No Antigo Testamento dos judeus, que é o livro da justiça divina, há homens, coisas e discursos de um tão grande estilo, que as literaturas grega e indiana nada têm que se lhe compare. Com receio e veneração, é que nos extasiamos, perante estes vestígios grandiosos do que o homem era no passado e far-se-á uma triste ideia da velha Ásia e da sua península, a Europa, que a todo custo queira representar o ‘progresso do homem’ em relação à Ásia. Positivamente, aquele que não é mais do que um animal doméstico (semelhante aos nossos homens cultos de hoje, incluindo os cristãos do cristianismo ‘culto’), esse não tem de que se espantar e, ainda, menos de que afligir entre essas ruínas - o gosto pelo Antigo Testamento faz-se uma pedra de toque, no que diz respeito ao ‘grande’ e ao ‘pequeno’-; talvez encontre no Novo Testamento, que é o livro da graça, maior conformidade com o seu coração (há nele muito do autêntico cheiro adocicado e sufocante dos beatos e das almas pequenas). Este Novo Testamento, espécie de rococó do gosto, sob todos os aspectos, ter sido reunido com o Antigo Testamento, num só livro, a que se chamou Bíblia, ‘o livro por excelência’, terá sido, talvez, o maior atrevimento, o maior ‘pecado contra o espírito’ que pesa na consciência da Europa literária.” Nietzsche, Friedrich, Para além do bem e do mal, Prelúdio a uma filosofia do futuro, 3ª Ed., Martin Claret, p. 79.

Nietzsche conseguiu ver no Antigo Testamento, pelo fascínio que nutria pelas sociedades aristocratas, a ‘grandiosidade’ das relações retratadas entre os

senhores e servos da antiguidade. A análise de Nietzsche tem por base as inúmeras relações entre senhores e servos, reis e súditos, nobres e plebeus, etc., relações que sublinhavam as sociedades retratadas no Antigo Testamento e, por isso, o elogio de que não há nada que se compare em estilo ao Antigo Testamento, nem mesmo as literaturas grega e indiana. No entanto, Nietzsche despreza o Novo Testamento, o que nos causa estranheza, pois quando fez a sua defesa diante do rei Agripa, o apóstolo Paulo enfatizou que não falou nada além do que está registrado no Antigo Testamento. Escapou ao entendimento do filólogo que o Deus do apóstolo Paulo não foi invenção dele, antes, é herança decorrente do Antigo Testamento. O apóstolo Paulo menciona que era hebreu, da tribo de Benjamim e fariseu (estudioso dos Escritos de seus ancestrais), portanto, o Deus do apóstolo dos gentios é o Deus dos hebreus e não uma invenção tardia.

Escapou ao filólogo a grandeza da linguagem aristocrática que permeia o Novo Testamento que é próprio às sociedades de dois mil anos atrás, isto em função dele ‘calçar luvas’ antes da leitura e, por fim, emitiu a opinião de que os Evangelhos são ‘rococó’.

“Se alguém me serve, siga-me, e onde eu estiver, [ali estará também o meu servo](#). E, se alguém me servir, meu Pai o honrará” (Jo 12:26).

Os seguidores de Nietzsche, por sua vez, ao desenvolverem uma crítica ao Evangelho de Cristo, através da charge estampada no início deste artigo, quase conseguiram abstrair a essência do Evangelho, o que nos permitiu apresentar uma resposta, ao seguinte questionamento de Nietzsche:

“... a questão é se seu tipo, ainda, pode ser compreendido, se foi conservado.” Idem.

O ‘amor’ que é exigido por Jesus

Se o tal ‘ser subterrâneo’^[4], como se autodenominou Nietzsche, tivesse cavado, perfurado e corroído o Evangelho como fez com a moral, certamente descobriria que o termo grego ‘ágape’ (amor), não foi utilizado nos Evangelhos segundo uma concepção sentimentalista, que é própria ao homem do nosso tempo. Talvez ele perceberia que o termo ‘ágape’ no Novo Testamento reflete a essência das sociedades aristocráticas, como se observa na seguinte parábola:

“Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar a um e amar o outro ou, se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom” (Mt 6:24).

Os termos ἀγαπάω (agapaó) e μισέω (miseó), traduzidos, respectivamente, por ‘amar’ e ‘odiar’, estão para ‘obediência’ e ‘desobediência’, assim como ‘dedicar’ e ‘desprezar’. Os termos ἀγαπάω e μισέω, quando empregados na fala de Jesus, não trazem no seu bojo a ideia de sentimento ou de afeição, mas, respectivamente, a ideia de obediência e desobediência.

Jesus, no Novo Testamento, se apresenta como Mestre e Senhor (Jo 13:13) e, questiona aqueles que não O obedecem, mas que chamavam-no ‘Senhor, Senhor’ (Lc 6:46).

“E por que me chamais, SENHOR, Senhor, se não fazeis o que eu vos digo?” (Lc 6:46).

Jesus se apresenta como manso e humilde de coração, no entanto, concita seus ouvintes a se sujeitarem a Ele como servos, tomando o seu jugo e levando o seu fardo.

“Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11:28-30).

Jesus declarou que, aquele que O obedece é o que O ama:

“Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado de meu Pai e eu o amarei e me manifestarei a ele” (Jo 14:21; Jo 14:15; Jo 14:23-24).

Na fala de Jesus, inexistente a temida ‘democracia’, tão criticada pela visão nitiniana, antes, afloram, abundantemente, expressões que evidenciam o ‘pathos da distância’^[5], pela qual o senhor se sobressai sujeitando o servo, o que era comum às relações sociais à época (Jo 13:13).

Desde o Antigo Testamento, a ideia que o termo hebraico, traduzido por amor, refere-se à relação senhor e servo, como se lê:

“Eu amo aos que me amam e os que cedo me buscarem, me acharão” (Pv 8:17).

Deus cuida daqueles que O obedecem, ou seja, Ele demonstra misericórdia (cuidado) aos seus servos, àqueles que lhe obedecem:

“E faço misericórdia a milhares dos que me amam e que guardam os meus mandamentos” (Dt 5:10).

A crítica que Nietzsche faz ao cristianismo (entenda-se o bíblico), de que é a religião da compaixão[6], como fruto de um sentimento humano (paixão), é furto de uma má leitura colossal, pois compadecer ou ter misericórdia, em função do contexto bíblico, o termo trás a ideia de ‘obediência’:

“Porém Samuel disse: Tem porventura o SENHOR tanto prazer em holocaustos e sacrifícios, como em que se obedeça à palavra do SENHOR? Eis que o obedecer é melhor do que o sacrificar; e o atender, melhor é do que a gordura de carneiros” (1 Sm 15:22);

“Porque eu quero a misericórdia e não o sacrifício; e o conhecimento de Deus, mais do que os holocaustos” (Os 6:6).

Deus ordenou a Saul que exterminasse da face da terra os amalequitas (1 Sm 15:3). Enquanto Saul matava o povo amalequita, diante de Deus o rei de Israel exercia ‘misericórdia’. Mas, quando poupou Amaleque e o melhor do gado, Saul tornou-se rebelde e iníquo (1 Sm 15:23). Na desobediência de Saul, não houve exercício da ‘misericórdia’, o mesmo que amor (obediência)^[7] a Deus.

Como os escribas e fariseus não obedeciam a Deus, Jesus ordenou que fossem e aprendessem o significado de ‘misericórdia quero e não sacrifício’.

“Ide, porém, e aprendei o que significa: Misericórdia quero e não sacrifício. Porque eu não vim chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento” (Mt 9:13).

Um religioso do nosso tempo, ao ler essa ordem que Jesus deu aos escribas e fariseus, equivocadamente, considerará que Jesus ordenou aos fariseus que executassem ações com base em um sentimento de dó e de solidariedade ou, que exercessem o perdão de alguma dívida ou, ofensa, com base na indulgência,

graça, clemência, compaixão ou, piedade.

No entanto, a ordem: 'ide e aprendei', sublinhou o que, de fato, importa: obedecer ao mandamento de Deus, e não seguir preceitos tendo por base sentimentos humanos de afeição!

Jesus nunca se apresentou aos homens como coitado, antes como Senhor:

“Se alguém me serve, siga-me e onde eu estiver, ali estará, também, o meu servo. E, se alguém me servir, meu Pai o honrará” (Jo 12:26).

Jesus não se intimidou ante um jovem rico, antes o amou, quando deu uma ordem para que o jovem vendesse tudo o que possuía:

“E Jesus, olhando para ele, o amou e lhe disse: Falta-te uma coisa: vai, vende tudo quanto tens, e dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; e vem, toma a cruz e segue-me” (Mc 10:21).

O amor de Jesus não tem por base o sentimento ou, as afeições humanas. O amor é mandamento que expressa o cuidado de Deus. Só estarão ao abrigo da sua proteção aqueles que põem o mandamento de Jesus por obra (Jo 15:10).

Cristo é Senhor

Em certa parábola, Jesus se apresenta como Senhor, onde fica nítido que os seus valores não se igualam aos valores dos homens comuns:

“E, recebendo-o, murmuravam contra o pai de família, dizendo: Estes derradeiros trabalharam só uma hora e tu os igualaste conosco, que suportamos a fadiga e a calma do dia. Mas ele, respondendo, disse a um deles: Amigo, não te faço agravo; não ajustaste, tu comigo, um dinheiro? Toma o que é teu e retira-te; eu quero dar a este derradeiro, tanto como a ti. Ou, não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou, é mau o teu olho, porque eu sou bom? Assim, os derradeiros serão os primeiros e os primeiros, os derradeiros; porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos” (Mt 20:11-16)

É plenamente lícito a um Senhor, fazer o que bem entende com o que é seu!

Percebe-se, no questionamento dos trabalhadores, um mau julgamento, ao exigirem que fossem distinguidos pelo maior tempo de trabalho. De outra banda, os que trabalharam menos e receberam igual salário, poderiam alegar que é imprescindível ao trabalhador tratamento igualitário.

Entretanto, o Senhor se apresenta como o bom, ou seja, o nobre, o bem nascido e não se deixou levar pelo julgamento dos vis, ou seja, dos maus, pelos comuns, pela plebe.

A pessoa que compôs a charge acima desconhece que a essência do amor que Jesus exige não provém do sentimentalismo, e nem é, ao gosto de Nietzsche, dogmatismo 'religioso'. A fala de Cristo é de aristocrata, pois Ele se apresenta como Senhor e questiona a visão dos trabalhadores, de modo a realizar a sua vontade, ao que os trabalhadores tiveram que se submeter.

Em outra feita, Jesus evidencia que nenhum dos seus ouvintes agradeceria o seu servo por ter feito o que lhe foi ordenado ou, permitiriam que avançassem à mesa para comer antes de prepará-la para o seu senhor. Jesus destaca que deveriam se considerar servos inúteis, quaisquer que se resignarem a fazer somente o que foi mandando pelo seu senhor:

[“Porventura, dá graças ao tal servo, porque fez, apenas, o que lhe foi mandado? Creio que não”](#) (Lc 17:9).

Essa é a tônica da mensagem de Jesus:

[“Se alguém me serve, siga-me, e onde eu estiver, ali estará, também, o meu servo. E, se alguém me servir, meu Pai o honrará”](#) (Jo 12:26).

O filólogo Nietzsche fez uma leitura acertada das sociedades antigas e conseguiu abstrair a essência dos termos 'bom' e 'ruim'^[8]. Pela sua perspicácia, se Nietzsche não tivesse calçado luvas, poderia ter percebido que a essência do amor^[9] bíblico no Novo Testamento deriva, originalmente, de um termo que, raramente, era utilizado pelos gregos e que o seu significado original era “honrar”, “dar boas-vindas”, “cumprimentar”, muito diferente da concepção que o homem do nosso tempo atribui ao termo 'ágape'.

Considerando a composição da charge, o amor de Cristo não é comovente, antes

um mandamento: honre-me!

“Para que todos honrem o Filho, como honram o Pai. Quem não honra o Filho, não honra o Pai que o enviou” (Jo 5:23).

Quando Jesus utilizou o termo ‘amigo’, não o fez no sentido de amizade entre iguais, antes se refere ao amigo que é o servo ladino, que serve dentro da casa de seu senhor. Para alcançar a posição de amigo, necessário era fazer o que Jesus ordena.

“Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando” (Jo 15:14).

Ao lavar os pés aos seus discípulos, muitos entendem que Jesus estava dando uma lição de humildade, porém, o que se depreende do texto é que Jesus estava se apresentando como Senhor e Mestre (Jo 13:13). Quem está na posição de Senhor e Mestre exerce cuidado para com aqueles que lhe é sujeito.

À época, lavar os pés era o ‘ágape’ a ser dispensado aos viajantes, ato essencial à hospitalidade. Ao lavar os pés dos seus discípulos, Jesus impõe aos seus seguidores um mandamento: o dever de cuidarem uns dos outros.

“Ora, se eu, Senhor e Mestre, vos lavei os pés, vós deveis também lavar os pés uns aos outros. Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também. Na verdade, na verdade vos digo que não é o servo maior do que o seu senhor, nem o enviado maior do que aquele que o enviou” (Jo 13:14 -16).

Em cuidarem (ágape) uns dos outros segundo o exemplo e mandamento de Cristo, as pessoas identificariam os discípulos de Cristo, e não através de ideais ascéticos e princípios filosóficos.

“Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (Jo 13:35).

Amor como mandamento

A charge só teria humor, se o amor que Jesus exige dos homens fosse de cunho sentimental. A segunda parte da charge, considerando, efetivamente o ensino de

Cristo, não foi apresentada aos homens desta maneira: *'me ame ou te mandarei para o inferno'*.

Jesus disse que a ninguém julgava, o que foi evidenciado quando não emitiu juízo de valor em desfavor da mulher samaritana, tendo em vista o peso dos valores morais à época. Jesus não julgou porque todos os homens já estão condenados! Seria um contrassenso Jesus julgar quem já foi julgado e apenado com morte (Jo 3:18).

“Vós julgais segundo a carne; eu a ninguém julgo” (Jo 8:15).

Jesus não manda as pessoas ao inferno, antes elas já nascem condenadas e destinadas ao inferno. A doutrina de Cristo demonstra que salvação ou perdição não decorrem da moral ou do comportamento humano, mas, são condições que os homens adquirem da semente que são gerados (herdam de berço).

Os nascidos do sangue, da vontade da carne ou da vontade do homem são herdeiros da condenação de Adão. Já os nascidos de novo, segundo a semente incorruptível, que é a palavra de Deus, são herdeiros da salvação em Cristo. É a semente da qual os homens nascem que dita quem é salvo ou não.

Da mesma forma que a escravidão ou o principado são questões que se herdam de berço por vínculo de sangue, a perdição é condição de todos os homens que vem ao mundo em função do vínculo de sangue que detém com o pai da humanidade, Adão, que pecou.

A virtude que torna o homem uma nova criatura é desvinculada do moralismo, antes decorre da natureza divina que herdam aqueles que são gerados da semente incorruptível (2Pe 1:4).

A leitura que Nietzsche fez dos Evangelhos e de Cristo, como se este tivesse legado um estilo de vida aos seus seguidores, é completamente equivocada.

“O “portador da boa-nova” morreu assim, como, viveu e ensinou – não para “salvar a humanidade”, mas para demonstrar-lhe como viver. Seu legado ao homem foi um estilo de vida: sua atitude ante os juízes, ante os oficiais, ante seus acusadores – sua atitude perante a cruz. Não resiste; não defende seus direitos; não faz qualquer esforço para evitar a maior das penalidades – ainda mais, a convida... E roga, sofre e ama com aqueles, por aqueles que o

maltratam. Não se defender, não se encolerizar, não culpar... Mas igualmente não resistir ao mal - amá-lo..." Idem.

Jesus não instituiu nenhum ideal ascético, nem mesmo estabeleceu um padrão de moral como essência da sua doutrina. Jesus comia e bebia como os demais homens, tanto que foi chamado de comilão e beberrão (Lc 7:34). Jesus se vestia como os demais homens, tanto que era impossível identificá-lo pela roupa (Lc 19:5; Mc 14:44). Jesus não aderiu às práticas de jejuns, lavagem de mãos, orações nas praças, etc., demonstrando que não era religioso, portanto, ele não legou aos homens um estilo de vida.

Jesus não foi metódico e nem puritano! Os seus seguidores, no primeiro Concílio em Jerusalém, resolveram que não imporiam nenhum encargo aos cristãos convertidos dentre os gentios, o que demonstra que a doutrina de Cristo não é moralizante (At 15:28 -29).

A atitude de Cristo na cruz não foi passiva, antes ativa. Ainda no jardim do Getsêmani, Jesus demonstra o motivo pelo qual não reagiu, pois rejeitou fazer a sua vontade. O fato de Jesus não se opor aos seus algozes demonstra que Ele foi resoluto em obedecer ao mando do Pai. As ações de Jesus eram todas segundo o que o Pai mandou, de modo que o mundo saberia que Cristo honrou (amou) ao Pai.

"Mas é para que o mundo saiba que eu amo o Pai e que faço como o Pai me mandou. Levantai-vos, vamo-nos daqui" (Jo 14:31).

Deus havia ordenado ao seu Filho que se portasse como ovelha conduzida ao matadouro, de modo que, pela recompensa que lhe aguardava, suportou as afrontas dos seus opositores (Is 50:6).

"Olhando para Jesus, autor e consumidor da fé, o qual, pelo gozo que lhe estava proposto, suportou a cruz, desprezando a afronta, e assentou-se à destra do trono de Deus" (Hb 12:2).

A crítica de Nietzsche parece sublinhar que ele adquiriu plena compreensão dos Evangelhos e que de sua cúpula podia emitir juízo sobre os meros mortais que, ao longo da história não compreenderam a mensagem de Cristo.

"Nossa época orgulha-se de seu senso histórico: como, então, se permitiu

acreditar que a grosseira fábula do fazedor de milagres e Salvador constitui as origens do cristianismo - e que tudo nele de espiritual e simbólico surgiu apenas, posteriormente? Muito pelo contrário, toda a história do cristianismo - da morte na cruz em diante - é a história de uma incompreensão, progressivamente, grosseira de um simbolismo original".
Nietzsche, Friedrich W., O Anticristo.

O cristianismo fundamenta-se na pessoa de Cristo. Inúmeras incompreensões surgiram posteriormente, pois não deram ouvidos ao alerta paulino, e amalgamaram a um pseudo evangelho conteúdo platonista e aristotélico (Cl 2:8).

Se bem analisado, verifica-se que os ideais ascéticos^[10] nunca estiveram ligados aos ensinamentos de Cristo.

A doutrina de Cristo é tão somente crer que Ele é o Messias, o enviado de Deus como salvador do mundo decorrente da condenação que se deu no Éden. Ele se apresentou como o caminho, a verdade e a vida, portanto, nenhuma ascese pode substituí-lo, ou complementar a sua obra.

Jesus não requer dos homens que se afeiçoem a Ele, antes que O obedeçam, e assim, tornam-se servos. Jesus não manda ninguém ao inferno, antes a sua missão, ao requer que os homens O sirvam, é livrá-los da condenação que os destina ao inferno (Jo 12:47).

Jesus não veio ao mundo sensibilizar, comover ou mudar o estilo de vida dos homens, antes veio como cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo! Jesus ordena aos homens que O obedeçam, pois só assim não permanecem no caminho de perdição que os conduz ao inferno.

“Quem não me ama não guarda as minhas palavras; ora, a palavra que ouvistes não é minha, mas do Pai que me enviou” (Jo 14:24);

“Se me amais, guardai os meus mandamentos” (Jo 14:15).

Correção ortográfica: Pr. Carlos Gasparotto

Redação e estilo: Jussara Crispim

[1] Charge “< <http://ateus.net/humor/cartoons/amor-cristao/> > Consulta em 23/03/17.

[2] A FILOSOFIA NA ERA TRÁGICA DOS GREGOS, Friedrich Nietzsche, Apresentação de Gabriel Valladão Silva, Tradução de Gabriel Valladão Silva, Coleção L&PM Pocket.

[3] Niilismo - ponto de vista que considera que as crenças e os valores tradicionais são infundados e que não há qualquer sentido ou, utilidade na existência.

[4] *“Neste livro encontra-se agindo um ser ‘subterrâneo’ que cava, perfura e corrói”* Nietzsche, Friedrich, Aurora, Prefácio. 2ª Edição, Editora Escala. Pág. 17.

[5] *“Nietzsche analisa fisiologicamente a concepção do ressentimento, caracterizando-o como um afeto enfraquecedor ou deprimente que corrói e destrói as estruturas sociais da antiguidade. Ele formulou o conceito de ‘pathos da distância’ para designar outro afeto, fortalecedor e ascendente, que seria próprio a todo tipo nobre que se impõe pela diferença superioridade hierárquica, próprio à necessidade de separação e de organização social, como uma “força organizadora””*.

[6] *“Chama-se cristianismo a religião da compaixão. - A compaixão está em oposição a todas as paixões tônicas que aumentam a intensidade do sentimento vital: tem ação depressora. O homem perde poder quando se compadece”* Nietzsche, Friedrich W., O Anticristo.

[7] *A obediência exigida por Deus, que aceita em todas as nossas ações a vontade pelos atos, é um esforço sério de lhe obedecer e é, também, denominada com todos aqueles nomes que significam esse esforço. E, portanto, a obediência é umas vezes denominada com os nomes de caridade e amor, porque implica a vontade de obedecer e, mesmo nosso Salvador, faz de nosso amor a Deus e ao próximo, um cumprimento de toda a lei”*. Hobbes de Malmesbury, Thomas, Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva.

[8] *“O pathos da nobreza e da distância, como já disse o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um “sob” eis a origem da oposição “bom” e “ruim””* Nietzsche,

Friedrich W., A Genealogia da moral.

“Descobri então que todas elas remetem à mesma transformação conceitual – que, em toda parte, “nobre”, “aristocrático”, no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu “bom”, no sentido de “espiritualmente nobre”, “aristocrático”, de “espiritualmente bem-nascido”, “espiritualmente privilegiado”: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz “plebeu”, “comum”, “baixo” transmutar-se finalmente em “ruim”” Idem.

[9] *“Amor (gr. agape) (1 Pe 4.8; Rm 5.5, 8; 1 Jo 3.1; 4.7, 8,16; Jd 21) Esta palavra raramente era usada na literatura grega, antes do Novo Testamento. E quando isso acontecia, ela era usada para expressar um ato de gentileza aos estrangeiros, de oferecer hospitalidade e ser caridoso”. O novo comentário bíblico NT, com recursos adicionais — A Palavra de Deus ao Alcance de Todos, Editores Earl Radmacher, Ronald B. Allen e H. Wayne House, Rio de Janeiro, 2010, pág. 701. “agapaõ que, originalmente, significava “honrar” ou “dar boas-vindas”, é, no Gr. clássico, a palavra que tem menos definição específica; frequentemente, se emprega como sinônimo de phileõ, sem haver qualquer distinção, necessariamente nítida, quanto ao significado (...) 4. Não está clara a etimologia de agapaõ e agapè. O vb. agapaõ aparece, frequentemente, na literatura gr. de Homero em diante, mas o subs. agapè é uma construção, que só aparece no Gr. posterior. Foi achada uma só referência fora da Bíblia: ali, a deusa Isis recebe o título de agapè (P. Oxy, 1380, 109; século II d.C.), agapaõ é frequentemente uma palavra descolorida em Grego e aparece, com frequência, como alternativa para, ou sinônimo com, eraõ e phileõ, com o significado de “gostar de”, “tratar com respeito”, “estar contente com”, e “dar as boas-vindas”. Quando, em raras ocasiões, se refere a alguém que foi favorecido por um deus (cf. Dio. Cris., Orationes 33, 21), fica claro que, diferentemente, de eraõ, não se refere ao anseio humano por posses ou valores, mas, sim, uma iniciativa generosa de uma pessoa por amor à outra”. Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Colin Brown, Lothar Coenen (orgs.); [tradução Gordón Chown] — 2ª ed. — São Paulo; Vida Nova, 2000, págs. 113 e 114. “Na LXX, agapaõ se emprega, de preferência, para traduzir o verbo heb. Àhèb. O subs. agapè acha aqui a sua origem, ao representar o Heb. ’ah bâk. O vb. Ocorre, muito mais, frequentemente, do que o subs. ’ahèb e pode se referir, tanto a pessoas, como a coisas, e denota, em primeiro lugar, o relacionamento de seres humanos entre si, e, em segundo*

lugar, o relacionamento entre Deus e o homem (...) Na LXX (Septuaginta), surge diante de nós um quadro bem diferente'; phileō, ocorre raras vezes, enquanto o vb. agapaō, e o subs. agapè (doutro forma, quase, inteiramente, desconhecido no Gr.) se acham a cada passo. Não é possível discernir se se empregam conforme regras fixas, pois phileō (30 vezes), tal como agapaō (cerca de 263 vezes), geralmente traduz o Heb. ahèb (e.g. Gn 27:4 e segs.; 37:4 [cf. 37:3]; Is 56:10; Pv 8:17 [cf. 8:21]). Embora o Heb. tenha uma gama inteira de palavras para expressar o conceito contrário do ódio (enquanto a LXX só tem a palavra única miseō - Inimigo, art. miseō), tem, virtualmente, a única raiz .ahèb à sua disposição para a gama de sentimentos, que se associam com o amor. O Gr., de outro lado, tem várias raízes e palavras derivadas para expressar as várias matizes do amor: philia (38 vezes), que geralmente traduz 'ahèb, 'ahabâh, é comparativamente rara, embora philos (cerca de 181 vezes), que, geralmente, traduz rèa, embora, frequentemente, sem equivalente heb., seja mais comum na LXX" Idem. Págs. 114 e 121.

[10] "ascetismo - doutrina de pensamento ou de fé que considera a ascese, isto é, a disciplina e o autocontrole estritos do corpo e do espírito, um caminho imprescindível em direção a Deus, à verdade ou à virtude".

O Sermão do monte e o adúlterio

A ênfase do discurso do Sermão da Montanha não é moralizante, antes uma repreensão aos filhos de Israel por entenderem que eram melhores que os gentios por descenderem de Abraão, e que não precisavam de arrependimento (metanoia). A ênfase do discurso é sublinhada pelo público alvo da mensagem, que no caso do Sermão da Montanha eram os filhos de Israel, e não os membros do Corpo de Cristo, a Igreja, ou os gentios não convertidos.

O Sermão do monte e o adultério

Introdução

Sabemos que Jesus não veio ao mundo para revogar a lei, mas, sim, para cumpri-la. Nesse sentido, é inadmissível a ideia de acrescentar ou diminuir qualquer mandamento à lei:

“Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardeis os mandamentos do SENHOR vosso Deus, que eu vos mando” (Dt 4:2);

“Nada acrescentes às suas palavras, para que não te repreenda e sejas achado mentiroso” (Pv 30:6).

Se a multidão entendesse que, no Sermão do Monte, Jesus estivesse acrescentando à lei um novo mandamento, por menor que fosse o mandamento ou, proposta de alteração, não sofreriam o discurso passivamente.

Por que a multidão não se enfureceu e se arremeteu contra Cristo, ao ouvir o Sermão da Montanha? Jesus estava apresentando ao povo um novo código moral e de condutas, em substituição à lei?

Que ênfase considerar, ao ler o discurso de Jesus?

Adultério

“Ouvistes o que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério. Eu, porém, vos digo, que qualquer que atentar numa mulher para cobiçá-la, já, em seu coração, cometeu adultério com ela” (Mateus 5:27-28)

Jesus aponta outro ponto da lei: “Ouvistes o que foi dito: Não adulterarás” (Mt 5:27), em seguida, alerta que não bastava aos seus ouvintes absterem-se das relações sexuais ilícitas, pois, qualquer que atentar para uma mulher para cobiçá-la, em seu coração já adulterou!

“Eu, porém, vos digo, que qualquer que atentar numa mulher para cobiçá-

la, já, em seu coração, cometeu adultério com ela” (Mt 5:28).

Por que Jesus cita a lei e, em seguida, apresenta regras próprias mais rígidas que a lei?

“Eu, porém, vos digo...”

O ensinamento de Jesus era totalmente diferente dos seus antecessores. Os escribas e fariseus enfatizavam a lei, Cristo enfatiza os seus ouvintes, perante a lei.

Para compreender a proposta de Jesus, em relação ao adultério, temos de considerar o seu alerta, no início do discurso à multidão, que eles precisavam de justiça superior à dos escribas e fariseus, a fim de terem direito a entrar no reino dos céus.

“Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder à dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus” (Mt 5:20).

Como alcançar justiça superior à dos escribas e fariseus, se tudo o que faziam, segundo a lei, os publicanos faziam exatamente o mesmo?

“Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim?” (Mt 5:46-47).

O motivo de Jesus ter apresentado a lei e, em seguida, apresentado a sua determinação, visava alcançar a compreensão dos seus ouvintes, que se achavam justos, por ouvirem a lei, porém, os publicanos que eles consideram pecadores faziam exatamente o mesmo!

Os judeus amavam aqueles que os amavam, saudavam aqueles que os saudavam, e se achavam justos diante de Deus, por causa da lei. O que os ouvintes de Jesus faziam a mais que os seus concidadãos cobradores de impostos?

O pensamento do fariseu - da parábola - que foi ao templo orar e deu graças por não ser como os demais homens: roubadores, injustos e adúlteros e nem mesmo como o publicano, além de jejuar duas vezes na semana e dar os dízimos de tudo quanto possuía (Lc 18:11-12), era a tônica dos ouvintes de Jesus.

O fariseu da parábola não roubava, não era 'injusto' e não adulterava, etc., e mesmo assim, não voltou para casa justificado. Por quê? Porque o fariseu não tinha a justiça superior que o permitiria entrar no reino dos céus (Lc 18:11).

Se os ouvintes de Jesus desejavam justiça superior à dos escribas e fariseus, não deveriam fazer tão somente o que os fariseus faziam: não adulterar. Em face da necessidade dos seus ouvintes, é que entra a proposta de Jesus: nem mesmo poderiam atentar para uma mulher para a cobiçar, pois já teriam cometido adultério no coração (Mt 5:28).

Se fossem capazes de fazer o que Jesus estava ordenando, adotando uma regra de conduta superior à dos escribas, fariseus e publicanos, em relação ao adultério, quiçá alcançassem a justiça superior à dos seus líderes religiosos, que os permitisse entrar no reino dos céus.

Arranque o olho que escandaliza

“Portanto, se o teu olho direito te escandalizar, arranca-o e atira-o para longe de ti; pois te é melhor que se perca um dos teus membros, do que seja todo o teu corpo lançado no inferno. E, se a tua mão direita te escandalizar, corta-a e atira-a para longe de ti, porque te é melhor que um dos teus membros se perca, do que seja todo o teu corpo lançado no inferno” (Mt 5:29-30).

Jesus apresenta uma solução aos que se deixassem levar pela concupiscência dos olhos:

- “Arranca-o e atira-o para longe de ti”!

Se o olho dos ouvintes de Jesus os fizesse tropeçar, de modo que atentassem para uma mulher e a cobiçasse, a proposta de Jesus é: arranca-o e atira-o para longe de ti! Quem dentre os ouvintes de Jesus, a pretexto de não ir para o inferno, teria coragem de arrancar um dos seus olhos?

Arrancar o olho, após incorrer no erro de atentar para uma mulher, para cobiçá-la, é uma proposta diferente à prática proposta pelos escribas e fariseus! Para alguém que necessita de justiça superior à dos escribas e fariseus, a fim de ter

direito a entrar no reino dos céus, é melhor que se perca um dos seus membros, do que ser lançado todo o corpo no inferno.

Satisfazer qualquer exigência necessária, para se alcançar justiça superior à dos escribas e fariseus, a fim de entrar nos céus, deve ser a meta do homem e se alguma coisa o faz tropeçar (escandalizar), que seja removido. Se a mão direita é causa de tropeço, que seja cortada e lançada para longe! É melhor perder um membro, do que ter o corpo inteiro lançado no inferno.

“Portanto, se o teu olho direito te escandalizar, arranca-o e atira-o para longe de ti” (Mt 5:29).

A proposta de Jesus é prescritiva de comportamento, visando estabelecer uma moral superior à dos escribas e fariseus ou, visa provocar nos seus ouvintes uma mudança de pensamento (arrependimento/metanoia)?

O divórcio

“Também foi dito: Qualquer que deixar sua mulher dê-lhe carta de divórcio. Eu, porém, vos digo que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de prostituição, faz que ela cometa adultério e qualquer que casar com a repudiada, comete adultério” (Mateus 5:31 -32).

Os judeus tinham ouvido que, aquele que deixasse a sua esposa, que lhe desse carta de divórcio. Mas, para produzir uma mudança de concepção nos seus ouvintes, acerca da justiça de Deus, Jesus alerta que, qualquer que se divorcia de sua mulher, a não ser por imoralidade por parte dela, faria com que tanto a mulher repudiada, quanto quem se casasse com ela, cometessem adultério.

Jesus estava ab-rogando a lei dada por Moisés? O que Jesus intentava, ao anunciar que, o que estava estabelecido na lei, era pouco? Sabemos que qualquer alteração em uma lei estabelece uma nova, revogando a antiga, mas esse não era o objetivo de Jesus, pois Ele mesmo disse:

“Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mt 5:17).

Considerando que Jesus estava falando ao povo e que ele nunca falava ao povo

sem parábolas (Mc 4:34), certo é que a proposta de Jesus não era impor novas regras sociais acerca da união conjugal aos seus ouvintes, antes, a proposta é apresentar uma grande parábola, que conduzisse os seus ouvintes a compreenderem a necessidade de se buscar o reino de Deus e a sua justiça (Mt 6:33), pois, somente a justiça de Cristo, o reino de Deus, é superior à justiça dos escribas e fariseus.

Devemos considerar que Jesus não veio anular, omitir ou acrescentar o estabelecido pelos profetas, portanto, é contra senso entender o anunciado no Sermão da Montanha, como sendo uma 'nova moral', pertinente ao reino de Deus.

“Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardéis os mandamentos do SENHOR vosso Deus, que eu vos mando” (Dt 4:2).

Embora o Senhor Jesus fosse o Verbo eterno encarnado, na condição de Filho, não tinha autonomia para alterar o estabelecido por Deus pois, na sua primeira vinda, se fez servo.

Juramentos

“Outrossim, ouvistes o que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos ao SENHOR. Eu, porém, vos digo que, de maneira nenhuma, jureis; nem pelo céu, porque é o trono de Deus; Nem pela terra, porque é o escabelo de seus pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei; Nem jurarás pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim; Não, não; porque, o que passa disso, é de procedência maligna” (Mateus 5:33- 37).

Em seguida, Jesus aborda a questão dos juramentos, destacando o que dizia a lei: “Outrossim, ouvistes o que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos ao SENHOR” (Mt 5:33) para, em seguida, proibi-los de jurar, visto que não pertenciam aos ouvintes de Jesus as coisas sagradas que eles evocavam nos juramentos.

Como jurar por algo que não lhe pertence, como os céus, o trono de Deus? Como jurar pela terra, se ela pertence a Deus? Como jurar pela cidade santa, se ela

pertence ao Messias? Como jurar por algo que o homem tem por seu, que é o cabelo da sua cabeça, se nem poder tem para mudar a cor do seu cabelo?

Deus já havia salientado na lei que a terra lhe pertencia e o povo havia votado que fariam o que Deus ordenara:

“Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos, porque toda a terra é minha. E vós me sereis um reino sacerdotal e o povo santo. Estas são as palavras que falarás aos filhos de Israel. E veio Moisés, chamou os anciãos do povo, e expôs diante deles todas estas palavras, que o SENHOR lhe tinha ordenado. Então todo o povo respondeu a uma só voz e disse: Tudo o que o SENHOR tem falado, faremos. E relatou Moisés ao SENHOR as palavras do povo” (Ex 19:5-8).

Deus não está interessado em que o homem faça votos, mas, que cumpra o que já havia votado, que é obedecer à Sua palavra.

“Assim falai, e assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade” (Tg 2:12).

Jesus orienta os seus ouvintes a terem uma palavra firme e segura, pois os profetas já haviam alertado que a palavra deles era ‘sim’, mas que não punham por obra o que diziam.

“Porque o Senhor disse: Pois que este povo se aproxima de mim, com a sua boca e com os seus lábios me honra, mas o seu coração se afasta para longe de mim e o seu temor para comigo consiste só em mandamentos de homens, em que foi instruído” (Is 29:13).

Quem honra com a boca, mas não obedece a Deus, é de procedência maligna: “Ai, nação pecadora, povo carregado de iniquidade, descendência de malfeitores, filhos corruptores; deixaram ao SENHOR, blasfemaram o Santo de Israel, voltaram para trás” (Is 1:4).

Talião

“Ouvistes que foi dito: Olho por olho e dente por dente. Eu, porém, vos digo que não resistais ao mal; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra; E, ao que quiser pleitear contigo, e tirar-te a túnica, larga-lhe também a capa; E, se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas. Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes”
(Mt 5:38-42).

Jesus continua o seu discurso, evidenciando um princípio da lei: “Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé...” (Ex 21:24) e ordena aos seus ouvintes que não resistam aos homens violentos. Que, caso fossem agredidos em uma das faces, que oferecessem a outra.

Nesse mesmo diapasão, se alguém reclamasse aos ouvintes de Jesus a túnica (vestido) litigiosamente, que deixassem o adversário levar a capa também. Ou, se alguém exigisse dos ouvintes de Jesus que se andasse uma milha, que se dispusessem a acompanhá-lo, também, por duas. Ou, se alguém pedisse algo, que dessem o que foi pedido e, jamais deixassem de emprestar a qualquer que lhe pedisse.

O que Jesus pretendia com esse discurso? Mudar as regras que disciplinavam as relações sociais? Dar a outra face ou, entregar a capa a quem quer a túnica, para obter salvação? Dar a quem pede e não negar a quem pede emprestado, para obter direito à salvação? É certo que não!

Jesus pretendia mudar a lei de Moisés, que é prescritiva de comportamento e disciplina as relações sociais em seus vários aspectos: casamento, divórcio, empréstimo, penhor, guerra, etc.? (Ex 24:1-22) O que foi estabelecido por Deus como preceito em Israel não era justo? A lei não disciplinava o princípio expresso na máxima da lei do talião: paridade entre ofensa e retribuição? É certo que sim!

No seu discurso Jesus busca provocar no povo uma mudança de concepção, pois, ao apresentar a necessidade de uma justiça maior que a dos escribas e fariseus, deixa claro que é impossível alcançar tal justiça através da total abnegação.

Se os fariseus e os escribas, pelas obras da lei não tinham direito a ver o reino dos céus, que ações meritórias o povo deveria praticar, de modo que fosse possível suplantar a justiça dos seus líderes religiosos?

“Mas Israel, que buscava a lei da justiça, não chegou à lei da justiça” (Rm 9:31).

Muitos veem na sugestão de ‘dar a outra face a quem ferir’, o pináculo da sabedoria contida na doutrina de Jesus. No entanto, Jesus estava somente apresentando várias situações que colocam em xeque a religião judaica, visto que os publicanos e os gentios tinham o mesmo comportamento que os escribas e fariseus e eram tidos por pecadores.

A sabedoria de Jesus está, não em dar a outra face a quem agredir mas, na pergunta que produz a metanoia (arrependimento):

“Que fazeis demais?”

O amor ao próximo

“Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizeis os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem; para que sejais filhos do vosso Pai que está nos céus; Porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons e a chuva desça sobre justos e injustos. Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E, se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim? Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (Mateus 5:43-48).

É cediço que o amor ao próximo é o cumprimento da lei:

“A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor, com que vos ameis uns aos outros; porque, quem ama aos outros, cumpriu a lei. Com efeito: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não darás falso testemunho, não cobiçarás; e se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. O amor não faz mal ao próximo. De sorte que o cumprimento da lei é o amor” (Rm 13:8-10).

Mas, qual o objetivo de Jesus em lembrar ao povo o que constava na lei?

“Amará o teu próximo e odiarás o teu inimigo” (Mt 5:43).

Por que Ele dá a ordem:

“Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt 5:44)?

Basta alguém amar o seu inimigo, que alcançará a filiação divina? Uma oração em favor dos que perseguem, é suficiente para a pessoa ser declarada um dos filhos de Deus? Absolutamente, não!

As ações que Jesus recomenda à multidão tinham por objetivo mudar a concepção dos seus ouvintes, não impor-lhe, novas regras sociais. Para os ouvintes de Jesus entrarem no reino dos céus, o exigido por Deus era justiça superior à dos escribas e fariseus e, por isso, Ele ordena a amar os inimigos, pois, só amando ao próximo, a justiça alcançada não suplantaria a dos escribas e fariseus.

Somente praticando ações superiores às praticadas pelos escribas e fariseus, é que os ouvintes de Jesus seriam tidos por filhos de Deus, visto que a lei deixa claro que os filhos de Israel não eram filhos, mas, uma mancha.

“Corromperam-se contra ele; não são seus filhos, mas a sua mancha; geração perversa e distorcida é” (Dt 32:5; Is 30:9).

Se os ouvintes de Jesus queriam alcançar a filiação divina, ou seja, terem justiça maior que a dos escribas e fariseus, as suas ações deveriam ser da mesma natureza do Pai celeste, que não faz acepção de pessoas: faz nascer o sol sobre grandes e pequenos e faz vir chuva sobre justos e injustos.

Partindo do pressuposto de que quem faz somente o que é ordenado não passa de servo inútil, que recompensa alguém teria ao fazer somente o estabelecido na lei?

“Assim, também, vós, quando fizerdes tudo o que vos for mandado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos somente o que devíamos fazer” (Lc 17:10).

Tudo o que foi exposto por Jesus, desde o verso 21, deve ser considerado segundo o prisma dessa pergunta fundamental:

“Pois, se amais os que amam a vós, que recompensa tendes? Não é assim que os publicanos também fazem?”, ou:

“E se saudais apenas os seus irmãos, o que a mais fazeis? Não é assim que

os gentios também fazem?” (Mt 5:47).

Conforme apontado pelo apóstolo Paulo, os filhos de Israel se achavam melhores que os gentios (Rm 3:9), e Jesus apresenta várias ações ao povo que, caso quisessem ser diferentes dos publicanos e gentios, deveriam considerar praticar.

Os filhos de Israel queriam ser recompensados com o reino dos céus somente amando àqueles que os amavam, daí a sugestão: amai os vossos inimigos! A proposta de Jesus ante a má compreensão dos judeus, acerca das coisas de Deus, foi apresentar um comportamento diferente da dos publicanos e gentios: dê a outra face, a qualquer que ferir a sua face!

Ir à sinagoga com os concidadãos e saudá-los nas praças não era algo que pudesse diferenciá-los dos gentios, pois os gentios também se portavam dessa forma. Através dessa abordagem, Jesus queria que considerassem que, somente ouvir a lei, não torna ninguém justo (Rm 2:13) e que os gentios, apesar de não terem a lei de Moisés, naturalmente, faziam as mesmas coisas que constavam da lei (Rm 2:14).

Ora, só é justificado quem pratica a lei (Rm 2:13) e como nenhum dos ouvintes de Jesus cumpriam, totalmente, a lei (Jo 7:19), nenhum deles era melhor que os gentios, portanto, também, não podiam herdar o reino dos céus. Devemos considerar que, se o homem tropeça em um só quesito da lei, é transgressor de toda a lei.

“Porque qualquer que guardar toda a lei e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos” (Tg 2:10).

Para os ouvintes de Jesus alcançar justiça superior à dos escribas e fariseus, precisavam ser perfeitos, como o pai Abraão:

“Sede vós, pois, perfeitos, como perfeito é o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5:48).

Como ser perfeito diante de Deus? Basta andar na presença de Deus, assim como Deus ordenou a Abraão:

“Eu sou o Deus Todo-Poderoso, anda em minha presença e sê perfeito” (Gn 17:1; Dt 18:13).

O homem jamais será perfeito, de modo a ser possível andar com Deus, antes, por andar com Deus é que o homem alcança a perfeição, assim como aconteceu com Enoque, Noé e Abraão (Gn 5:24; Gn 6:9).

A mensagem de Jesus no Sermão da Montanha estava preparando o povo para a seguinte ordem:

“Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; e vem e segue-me” (Mt 19:21).

Só os que estão em Cristo são perfeitos, verdadeiros filhos do crente Abraão:

“E estais perfeitos nele, que é a cabeça de todo o principado e potestade” (Cl 2:10; Gl 3:7).

Através dessa releitura do Sermão da Montanha, percebe-se que a proposta de Jesus visava causar nos seus ouvintes uma mudança de concepção, o tão apregoadado ‘arrependimento’!

A mensagem de Jesus não visava mudança de comportamento, mas, uma mudança de compreensão à vista do Cristo, o reino de Deus.

“Desde então, começou Jesus a pregar e a dizer: Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus” (Mt 4:17).

A ênfase do discurso do Sermão da Montanha não é moralizante, antes uma repreensão aos filhos de Israel por entenderem que eram melhores que os gentios por descenderem de Abraão, e que não precisavam de arrependimento (metanoia). A ênfase do discurso é sublinhada pelo público alvo da mensagem, que no caso do Sermão da Montanha tinha por alvo os filhos de Israel, e não os membros do Corpo de Cristo, a Igreja ou os gentios não convertidos.

Correção ortográfica: Pr. Carlos Gasparotto

O Livro de Jó - Prefácio

Em função da verdade incrustada nas páginas desse livro tão magnífico, esta é a minha oração: que o Senhor continue a se revelar, através da pessoa bendita do seu Filho Jesus Cristo, e que possamos compreender plenamente o seu propósito e graça, pois, o que de Deus se pode conhecer, já foi revelado em graça e bondade, através da manifestação em carne de Cristo Jesus, nosso Senhor. Amém!

Livro de Jó: Objetivo

Parte I

Prefácio

O Livro de Jó compõe o Cânon sagrado, juntamente com os Livros de Provérbios e de Eclesiastes, conjunto que se nomeia Livros de Sabedoria.

Do ponto de vista literário muitos autores classificam o Livro de Jó como drama e, em função dos diálogos, monólogos, provérbios e ditados que contém, interpretam o livro do ponto de vista das experiências humanas.

Não se pode negar que o Livro de Jó é de riqueza incalculável do ponto de vista literário, mas, também, pelo seu valor como poesia, sem falar do seu conteúdo histórico. Entretanto, o tesouro que há no Livro de Jó não é de ordem literária, filosófica, histórica, sociológica e nem psicológica.

A finalidade deste ensaio é trazer a lume uma questão que passa despercebida por muitos leitores do Livro de Jó:

- “Como o pecador pode ser justo diante de Deus?”

Na sua grande maioria, os livros e estudos acerca do Livro de Jó, destaca o sofrimento do patriarca, o que fomenta inúmeras discussões de viés filosófico, antropológico e, até mesmo, ontológico.

Poucos se apercebem de que a temática do Livro de Jó não é o sofrimento. Poucos

conseguem visualizar, que o conteúdo do Livro de Jó dá corpo a uma parábola, através de uma história enigmática e que demanda interpretação.

O Livro de Jó funciona como um espelho, ao refletir que a justiça do homem mais íntegro que já viveu, está aquém da justiça de Deus. A integridade de Jó estabelece um contraste que evidencia a justiça de Deus, de modo que o sofrimento torna-se mero pano de fundo para revelar uma verdade imprescindível ao homem.

A finalidade deste ensaio, não necessariamente nesta ordem, é:

- Evidenciar a justiça de Deus, em contraste com as qualidades de Jó;
- Identificar o motivo pelo qual Jó foi escolhido como protagonista dessa história;
- Trazer a lume o papel desempenhado pelos amigos de Jó e a visão superficial que tinham da justiça de Deus;
- Extrair alguns elementos pertinentes à atuação de Satanás e como se dá a sua investida contra os servos de Deus;
- Demonstrar a superioridade do conhecimento de Eliú, em relação aos outros amigos de Jó;
- Explicar a diferença entre a Justiça Divina e a “justiça” humana;
- Esclarecer os motivos pelos quais Jó foi repreendido por Deus e qual a lição que precisamos aprender, através da vida do seu servo!

Em função da verdade incrustada nas páginas desse livro tão magnífico, esta é a minha oração: que o Senhor continue a se revelar, através da pessoa bendita do seu Filho Jesus Cristo, e que possamos compreender plenamente o seu propósito e graça, pois, o que de Deus se pode conhecer, já foi revelado em graça e bondade, através da manifestação em carne de Cristo Jesus, nosso Senhor. Amém!

Notas do autor.

Qual o objetivo do livro de Jó?

O livro

O Livro de Jó é classificado como poético, assim como, os cinco Livros dos Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares de Salomão e Lamentações. Os eruditos classificam, também, o Livro de Jó como Livro de Sabedoria, assim como o Livro de Provérbios e de Eclesiastes.

Por que classificam o Livro de Jó como poético e de sabedoria? Por causa da estrutura dos diálogos entre Jó e seus amigos, construída através de muitos 'paralelismos'.

Por paralelismo, o que dá sustentabilidade à poesia hebraica, temos a valoração do pensamento, através da ênfase, da repetição, do contraste e da elaboração de ideias, sem levar em conta elementos como ritmos, rimas e métricas, elementos essenciais às poesias ocidentais.

Como a estrutura da poesia hebraica repousa no desenvolvimento de ideias, a tradução do texto para outras línguas permite que se tenha maior precisão e preservação da ideia do texto, o que não ocorre nas poesias ocidentais pela impossibilidade de se transpor ritmo, rima e métrica para qualquer tradução.

O poema 'Canção do exílio', de Gonçalves Dias, por exemplo, é primoroso pelo ritmo, rima e métrica, de modo que a melodia, pelo encadeamento do ritmo, como a rima, permite descrever a beleza da terra do autor com leveza ímpar, do ponto de vista patriótico e nacionalista.

Observe:

"Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá;

As aves, que aqui gorjeiam,

Não gorjeiam como lá".

Dias, Gonçalves, Canção do exílio, De Primeiros cantos (1847).

A versão em Inglês, fica assim:

"My land has [palm trees](#)

*Where the [thrush](#) sings.
The birds that sing here
Do not sing as they do there”*

O ritmo e a rima que dá graciosidade ao texto se perdem na tradução e somente as expressões figurativas permanecem intocadas.

Já, o paralelismo, a base da poesia hebraica, trabalha analogias através de comparações, de modo a fazer com que o leitor conclua uma ideia por deduções simples, induzidas por figuras de linguagem, como personificações, hipérboles, metáforas, símiles e aliteraões.

Destacamos alguns tipos de paralelismos importantes para exemplificar:

O paralelismo sintético (ou, formal, construtivo) trabalha um pensamento na primeira linha do poema e a segunda linha desenvolve e enriquece a ideia que está na primeira linha, que compõe a estrofe, através de uma relação de causa e efeito. Observe:

*“Os céus declaram a glória de Deus e
o firmamento anuncia a obra das suas mãos” (Salmo 19:1)*

O paralelismo sintético divide-se em outros três, a saber:

1. Conclusão: *“Eu, porém, ungi o meu Rei sobre o meu santo monte de Sião” (Salmos 2:6);*
2. Comparação: *“É melhor confiar no SENHOR, do que confiar nos príncipes” (Salmos 118:9) e;*
3. Razão: *“Beijai o Filho, para que se não ire, e pereçais no caminho, quando em breve se acender a sua ira; bem-aventurados todos aqueles que nele confiam” (Salmos 2:12).*

Por outro lado, o paralelismo antitético trabalha um pensamento em duas linhas, através da oposição de ideias, onde a segunda linha do poema expressa uma ideia oposta à ideia da primeira linha:

*“Porque o SENHOR conhece o caminho dos justos;
porém o caminho dos ímpios perecerá” (Salmos 1:6)*

Já, o paralelismo sinonímico trabalha uma ideia expressa duas vezes, com termos diferentes, em duas linhas:

“Levanta o pobre do pó e

do monturo levanta o necessitado” (Salmos 113:7)

Ter domínio das peculiaridades do paralelismo, na composição da poesia hebraica, muito auxilia na leitura e na análise do Livro de Jó.

O Livro de Jó, também, é classificado como Livro de Sabedoria, porque os eruditos entendem que o livro trata de questões práticas, pertinentes à existência humana, tais como fatalismo, materialismo, espiritualidade, sofrimento, moralidade, etc.

Outra questão acadêmica que orbita o Livro de Jó, é acerca da sua autoria e possível data em que foi escrito. Não há uma resposta segura para ambos e quando se parte para o campo das especulações, sobram opiniões! Aqui não opinaremos.

O significado do nome ‘Jó’, do hebraico **יֹבִיט**, transliterado “Iyyōb”, provavelmente, deriva de uma raiz que significa ‘voltar’ ou, ‘arrepender-se’ ou, o ‘perseguido’, do hebraico ‘āyeb’.

Podemos traçar o seguinte esboço do Livro de Jó:

1. Jó é provado e o sofrimento passa a ser o pano de fundo da história: (Jó 1:1 a 2:13);
2. Três amigos de Jó procuram confortá-lo, porém, diante da reclamação de Jó, inicia-se um ciclo de discursos, em defesa de Deus, apontando a condição de Jó como resultado dos seus erros (Jó 3:1 a 31:40);
 - i. Lamentação de Jó (Jó 3:1-26);
 - ii. Posicionamento de Elifaz (Jó 4:1 a 5:27) e réplica de Jó (Jó 6:1 a 7:21);
 - iii. Posicionamento de Bildade (Jó 8:1-22) e réplica de Jó (Jó 9:1 a 10:22);
 - iv. Posicionamento de Zofar (Jó 11:1-20) e réplica de Jó (Jó 12:1 a 14:22).
 - v. Posicionamento de Elifaz (Jó 15:1-35) e réplica de Jó (Jó 16:1 a

- 17:16);
- vi. Posicionamento de Bildade (Jó 18:1-21) e réplica de Jó (Jó 19:1-29);
 - vii. Posicionamento de Zofar (Jó 20:1-29) e réplica de Jó (Jó 21:1-34).
 - viii. Posicionamento de Elifaz (Jó 22:1-30) e réplica de Jó (Jó 23:1 a 24:25);
 - ix. Posicionamento de Bildade (Jó 25:1-6) e réplica de Jó (Jó 26:1 a 31:40).
3. Exposição de Eliú (Jó 32:1 a 37:24);
 4. Perguntas de Deus (Jó 38:1 a 42:6);
 5. Epílogo (Jó 42:7-17).

Por que o justo sofre?

Ao pesquisar vários livros e comentários sobre o livro de Jó, as considerações sempre orbitam o sofrimento e, quase unanimemente, dão como tema do livro o sofrimento do justo[1].

Os comentaristas, geralmente, destacam, em letras garrafais, a seguinte pergunta:

“Por que o justo sofre?”

As considerações dos eruditos, que giram sobre o sofrimento, são diversas e, dentre elas, destacamos as principais:

- Deus permitiu o sofrimento de Jó para justificar-se diante da acusação de Satanás;
- A providência e o governo ético de Deus frente ao problema do sofrimento de um homem justo;
- Deus permite o sofrimento do justo como meio de purifica-lo[2];
- A mente do homem é muito ínfima, para que possa entender os motivos de Deus no sofrimento do justo;
- Deus tinha plena confiança de que Jó sairia da provação, plenamente aprovado;
- Deus derrotou Satanás, através do sofrimento de Jó;
- Jó foi o homem mais íntegro que atendeu aos altos reclames da justiça divina, etc.

Se o tema do Livro de Jó é o sofrimento do justo[3], por inferência, se faz necessário concluir que o sofrimento do ímpio é plenamente aceitável. Através da leitura do Livro de Jó, somos levados a entender que o ímpio deve sofrer?

Ao estudar o Livro de Jó, desconsidere as abordagens teóricas que constam das Bíblias de Estudos e dos livros de teologia. Li e reli diversas vezes o Livro de Jó, para chegar à seguinte conclusão: é impossível achar no Livro de Jó uma resposta para o sofrimento do justo, vez que o sofrimento ou, a problemática dos infortúnios que acometem o justo, não é o tema do livro.

Apesar do consenso entre os acadêmicos de que o sofrimento do justo é o tema do Livro de Jó, não há uma resposta plausível que apresente o motivo[4], ou que dê resposta à pergunta: - 'Por que o justo sofre?'[5].

Na verdade, o Livro de Jó não busca dar uma resposta à questão do sofrimento dos justos e nem foi escrito com o fito de apresentar uma teoria geral do sofrimento da humanidade[6].

O mote do Livro de Jó é pedagógico e o sofrimento é somente o pano de fundo, pois o tema do livro decorre de uma verdade imprescindível ao homem: a justiça do homem está aquém da justiça de Deus.

O propósito do livro é revelar uma verdade superior à ideia da problemática do sofrimento: como se dá a justificação do homem. O sofrimento é um dos elementos que fomentou os questionamentos, acerca da justiça de Deus e de que modo o homem poderia ser justo diante d'Ele.

Caro leitor, não quero desestimular a leitura do Livro de Jó, como um geólogo que desencoraja um visionário a não procurar petróleo em um terreno onde se suspeita que não haja o precioso ouro negro, mas deixa de avisar que há diamantes de grande valor naquela terra.

O nosso objetivo é que o leitor encontre a essência do Livro de Jó e, para isso, é necessário que o objeto seja substituído, para que o leitor tenha como encontrar o grande tesouro incrustado nessa história.

O leitor da Bíblia já observou que a história de Jó descreve alguém que sobrepuja qualquer ideário humano de justiça? Que a conduta, o caráter, a honradez e as práticas de Jó, estão muito além das nossas práticas cotidianas de justiça?

Ora, se Jó, de posse de um caráter que, a nosso ver, beira a perfeição; se as ações cotidianas do patriarca testemunhavam a favor da sua retidão e integridade[7] e; se Jó, ao ver o Criador, sentiu-se abominável e arrependido, imagine se eu ou você contemplássemos a Deus?

“Com os ouvidos eu ouvira falar de ti, mas agora te veem os meus olhos. Por isso me abomino e me arrependo no pó e na cinza” (Jó 42:5-6).

Após abrir mão de considerar o sofrimento dos justos como tema do Livro de Jó, fiquei sem um norte. Fez-se necessário fincar uma estaca, marcando um ponto ‘zero’, e voltar às minhas considerações e à releitura do livro, considerando os demais livros da Bíblia. Foi quando me deparei com o seguinte verso:

“Porque tudo o que dantes foi escrito, para nosso ensino foi escrito, para que, pela paciência e consolação das Escrituras, tenhamos esperança”.
(Romanos 15:4)

Se tudo o que foi escrito, anteriormente, tem o objetivo de nos ensinar, o que Deus quer ensinar, através do Livro de Jó? O que há no livro de Jó, que nos concede esperança? Há ‘paciência’ e ‘consolação’ na história de Jó?

Tive que retornar aos evangelhos, às epístolas, aos profetas e à lei e, se o leitor deseja desvendar o objetivo do Livro de Jó, venha comigo. É essencial uma digressão[8] para compreender o ensinamento que está incrustado na trama de Jó, da mesma forma que é necessário garimpar o ouro oculto nas rochas, no seio da terra.

O mal debaixo do Sol

Não encontraremos, na Bíblia, uma resposta à pergunta: - ‘Porque o justo sofre?’, no entanto, ela nos informa que há um mal, em relação a tudo o que se faz debaixo do sol: tudo sucede, de igual forma, a todos!

“Tudo sucede, igualmente, a todos; o mesmo sucede ao justo e ao ímpio, ao bom e ao puro, como ao impuro; assim ao que sacrifica, como ao que não sacrifica; assim, ao bom, como ao pecador; ao que jura, como ao que teme o juramento. Este é o mal que há entre tudo quanto se faz debaixo do sol; a todos sucede o mesmo” (Eclesiastes 9:2-3).

O Pregador aponta que há um mal em tudo o que se faz neste mundo: tudo sucede, igualmente, a todos. Os eventos neste mundo, quer sejam bons, quer sejam maus, não tem preferência em atingir a justos ou ímpios!

Se, somente, os justos sofressem, haveria motivo para indagar acerca do [sofrimento](#) dos justos. Semelhantemente, se tão somente os ímpios sofressem[9], poderíamos dissertar a respeito. Mas, como tudo sucede, igualmente, a todos, um mal que há entre tudo quanto se faz debaixo do sol, torna-se evidente que não há motivo para questionar o sofrimento, quando acomete os justos.

Mesmo os justos, tropeçam em muitas coisas (Tg 3:2) e se queixam dos seus próprios erros (Lm 3:39). O trabalho e a dor são pertinentes ao mundo dos homens, para exercitá-los, portanto, não há motivo para questionar acerca do sofrimento dos justos. [“Tenho visto o trabalho que Deus deu aos filhos dos homens, para com ele os exercitar”](#) (Ec 3:10; Gn 3:17).

O Pregador dá um conselho aos homens, quer sejam justos, quer ímpios, e apresenta o motivo pelo qual há o dia da adversidade: para que o homem nada descubra do que há de vir depois dele.

[“No dia da prosperidade goza do bem, mas, no dia da adversidade, considera; porque, também, Deus fez a este, em oposição àquele, para que o homem nada descubra do que há de vir depois dele”](#) (Ec 7:14).

[Continua...](#)

Correção ortográfica: Pr. Carlos Gasparotto

[1] *“Este livro trata com o problema teórico da dor na vida dos fiéis. Procura responder à pergunta: Por que os justos sofrem? Essa resposta chega de forma tríplice: Deus merece nosso amor à parte das bênçãos que concede; 2) Deus pode permitir o sofrimento como meio de purificar e fortalecer a alma em piedade; 3) os pensamentos e os caminhos de Deus são movidos por considerações vastas demais para a mente fraca do homem compreender, já que o homem não pode ver os grandes assuntos da vida com a mesma visão ampla do onipotente”*. Archer, Gleason L., Merece confiança o Antigo Testamento? Traduzido por Gordon Chown. - São Paulo: Edições Vida Nova, Reimpressões 1998. Pág. 407.

[2] *“Deus, por meio do sofrimento, pode levar o pecador à conversão e à salvação”*. Bíblia de Estudo Almeida. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000. Pág. 549.

[3] *“O livro de Jó é uma obra-prima da literatura sapiencial. É uma dramática ficção histórica sobre o homem justo, sempre fiel às leis e tradições. O autor ou, autores, entrelaçam prosas e poemas, com os mais variados temas teológicos e sociais, como o sofrimento humano, a transformação humana e social, o bem e o mal, a doutrina da retribuição, entre outros”*. Nova Bíblia Pastoral, Editora Paulus, 2014 (Nota de rodapé), pg. 628.

[4] *“O assunto do livro tem sido dado como ‘O problema do sofrimento, A relação entre o sofrimento e o pecado, ou Quais são as leis governo moral de Deus no mundo?’ Tudo isso é discutido de vários pontos de vista; e, mediante a discussão, somos levados a uma compreensão mais sábia destes perpétuos mistérios; mas, o livro termina sem que o problema tenha sido resolvido”*. McNair, S. E. A Bíblia explicada, 4ª Edição, RJ: CPAD, 1983. Pág. 167 (Citação de Scroggie).

[5] *“Existe apenas uma questão que realmente importa: Por que coisas ruins acontecem a pessoas boas? (...) Trata-se de um livro de difícil compreensão, um livro profundo e belo sobre o mais profundo dos temas, o problema do sofrimento dos bons”*. Kushner, Harold S. “Quando coisas ruins acontecem às pessoas boas”, tradução Francisco de Castro Azevedo. – São Paulo: Nobel, 1988. Págs. 15 e 38.

[6] *“O assunto do livro é a providência e o governo ético de Deus à luz do muito antigo problema do sofrimento de um homem justo. Para esse problema, nem Jó se justificando, nem os seus três amigos acusando-o de pecado, encontraram a solução”*. Scofield, C. I., Bíblia de Scofield, com referências (Nota de rodapé).

[7] Integridade – significa que Jó era honrado; integro no sentido de ‘completo’, resignado a não violar o que era de direito do outro.

[8] Em Literatura, digressão é um recurso utilizado pelo narrador, a fim de afastar a atenção sobre alguma ação da história principal. Dessa forma, o narrador pode iniciar um tema secundário pouco importante para a trama ou, refletir sobre um assunto que foge da narrativa principal.

[9] *“Transcendendo o drama humano, centra-se o Livro de Jó nesta pergunta: ‘Por que sofre o justo?’ Que o pecador sofra, todos entendemos! Mas o justo? Aquele*

que tudo faz por agradar a Deus?” Andrade, Claudionor de, Jó: O Problema do Sofrimento do Justo e o seu Propósito., Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2ª Edição, 2003, pág. 14.

Não matarás e o Sermão da Montanha

No Sermão do Monte Jesus agrava as exigências da lei para que os seus ouvintes entendessem que nada faziam que os diferenciava dos pecadores, se tão somente fossem ouvintes do que estava nas Escrituras (Rm 2:13).

Não matarás e o Sermão da Montanha

“Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar, será réu de juízo” (Mateus 5:21).

Introdução

O Sermão do Monte foi anunciado, especificamente, com a finalidade de demover os filhos de Israel dos conceitos que, por tradição, herdaram de seus antepassados. A mensagem de Jesus contém elementos que possibilitaria à multidão reconhecer, através das Escrituras, a pessoa de Jesus de Nazaré como o Filho de Deus, o Filho de Davi (Sl 2:7; 2Sm 7:14).

Discursar para uma multidão composta por judeus não era uma tarefa fácil. Antes do Sermão do Monte, Jesus já havia discursado aos seus compatriotas e, quando abordou duas passagens bíblicas, de uma perspectivava diferente da que os seus concidadãos estavam acostumados a ouvir - as passagens bíblicas da viúva de Sarepta, de Sidom, e de Naamã, o chefe do exército sírio, leproso - quiseram lançá-lo do alto de um precipício: *“E todos, na sinagoga, ouvindo estas coisas, se*

encheram de ira” (Lc 4:28-29).

Como mudar a concepção de um público que possuía entendimento equivocado acerca da lei, sem que ficassem irados? Como destacar a santidade da lei e apontar a necessidade dos seus ouvintes utilizarem a lei, legitimamente? Como destacar que a lei não cumpriu o seu papel (enferma), por causa do argumento que utilizavam (pela carne): - “Temos por pai a Abraão”.

Estas são algumas das censuras paulinas em desfavor dos judeus:

“Instrutor dos néscios, mestre de crianças, que tens a forma da ciência e da verdade na lei” (Rm 2:20).

“Sabemos, porém, que a lei é boa, se alguém dela usa, legitimamente; sabendo isto, que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas” (1Tm 1:8-9).

“Porquanto o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho, em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne” (Rm 8:3).

O público alvo de Jesus tinha a lei como a plenitude do conhecimento, da sabedoria, da doutrina insofismável, no entanto, o orador à frente da plateia era a própria Verdade encarnada, em quem todos os tesouros da sabedoria e da ciência estavam ocultos, mas não O receberam: “Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (Jo 14:6). “Em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Cl 2:3).

A lei, que era tão preciosa aos olhos da multidão, na verdade, tinha por objetivo conduzir os judeus a Cristo. Como seriam conduzidos? Quando informados pela lei que todos os homens pecaram - os judeus não eram exceção - consequentemente, precisariam de um Mediador: Jesus Cristo-homem: “Porque, o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê” (Rm 10:4). “Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele, pelas obras da lei, porque pela lei, vem o conhecimento do pecado” (Rm 3:20).

Através do Sermão da Montanha, Jesus destaca que a lei não cumpria a sua função por estar débil (enferma), uma vez que os judeus faziam da ‘carne o seu

braço', ou seja, se diziam salvos por serem descendência de Abraão (Jr 17:5).

A lei foi feita para os ímpios, mas como os filhos de Israel não utilizavam a lei, legitimamente, não compreenderam qual era a real condição deles, diante de Deus: pecadores!

O fato de os filhos de Jacó serem descendentes da carne de Abraão, tornou-se um empecilho para reconhecerem que eram pecadores, tal qual os gentios.

Após a leitura deste comentário ao Sermão do Monte, você terá os elementos necessários para compreender como Jesus, através de símiles, parábolas e enigmas, evidenciou aos seus ouvintes as bem-aventuranças dos seus seguidores, sem abrir mão de demonstrar a mensagem dos profetas e censurar os escribas e fariseus:

“Desde os dias de vossos pais, vos desviastes dos meus estatutos e não os guardastes” (Ml 3:7);

“Mas, vós vos desviastes do caminho, a muitos fizestes tropeçar na lei e corrompestes a aliança de Levi, diz o SENHOR dos Exércitos” (Ml 2:8).

No Sermão do Monte, Jesus não podia falar, abertamente, aos seus ouvintes que, ninguém, exceto os seus discípulos, observava a lei: “Não vos deu Moisés a lei? e nenhum de vós observa a lei! Por que procurais matar-me?” (Jo 7:19).

Jesus, também, não podia dizer, abertamente, que ele era o Cristo, o Filho unigênito de Deus, por isso anunciou a bem-aventuranças dos pobres, dos que choravam, dos mansos, dos sedentos, etc., para que seus ouvintes entendessem, pelas Escrituras, que quem lhes falava era o prometido Rebento do troco de Jessé (Is 11:1-4; Is 61:1-3)

Introduzindo mudança de concepção em relação à lei

Antes de apontar o que estava escrito na lei, Jesus deixou claro, aos seus ouvintes, uma impossibilidade:

“Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder à dos escribas e

fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus” (Mt 5:21).

O que entender por ‘*de modo nenhum entrareis no reino dos céus*’? Que o reino dos céus estaria vetado (fechado), justamente, para aquelas pessoas que, desde tenra idade, eram ensinadas todos os sábados, nas sinagogas, que eram ditosas, especificamente, por terem, por pai, o patriarca Abraão.

Em outras palavras Jesus, disse à multidão: - ‘*Vocês não entrarão no reino dos céus...*’. A assertiva de Jesus foi abrandada pela condição estabelecida, antes da negativa: ‘...se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus” (v. 21). A multidão não se assustou com a impossibilidade, em função da condição estabelecida por Cristo, uma vez que, ainda, seria possível entrar no reino dos céus, se alcançassem justiça superior à dos escribas e fariseus.

Os filhos de Israel estavam acostumados com o surgimento de intermináveis normas e regulamentos, elaboradas pelos escribas - que, por tradição, passavam de pais para filhos, inicialmente, de forma oral (Mishnah), e, posteriormente, de maneira escrita (Talmud) - que não protestaram, quando lhes foi anunciado, que não era possível entrarem no reino dos céus.

Os ouvintes de Jesus, possivelmente, aguardavam mais regras, nos moldes das anunciadas pelos escribas: - Que ações e omissões serão recomendadas, que darão direito a entrar no reino dos céus?

As intermináveis regras, que por tradição os judeus se sujeitavam, foram previstas pelo profeta Isaías:

“Assim, pois, a palavra do SENHOR lhes será mandamento sobre mandamento, regra sobre regra, um pouco aqui, um pouco ali; para que vão e caiam para trás, se quebrantem, se enlacem e sejam presos” (Is 28:13).

De modo que o povo se aproximava de Deus, somente com a boca, mas o coração estava longe de Deus, pois os mandamentos que cumpriam eram mandamentos de homens, aprendidos de forma rotineira (Is 29:13; Jr 12:2).

Apesar da ordem divina, para contemplarem a pedra preciosa de esquina, assentada em Sião (Is 28:16), as visões tornaram-se, para os filhos de Israel, como as palavras de um livro proibido, para aquele que sabe ler ou como um livro

entregue nas mãos de quem não sabe ler (Is 29:11-12).

Diante desse quadro funesto, sete versículos nos chamam a atenção, pois são imprescindíveis para compreendermos a continuação do [Sermão da Montanha](#):

“E naquele dia, os surdos ouvirão as palavras do livro e, dentre a escuridão, e dentre as trevas, os olhos dos cegos as verão. E os mansos terão gozo sobre gozo no Senhor; e os necessitados entre os homens se alegrarão no Santo de Israel. Porque o tirano é reduzido a nada e se consome o escarnecedor e todos os que se dão à iniquidade são desarraigados; Os que fazem culpado ao homem por uma palavra e armam laços ao que repreende na porta e os que, sem motivo, põem de parte o justo” (Is 29:18-21).

O cumprimento de várias profecias

O profeta Isaías predisse acerca de um dia, no qual os surdos haveriam de ouvir as palavras do livro e os olhos dos cegos haveriam de contemplá-las. ‘Surdez’ e ‘cegueira’ são figuras utilizadas pelos profetas para fazerem referência aos filhos de Israel, como nação: **“Trazei o povo cego, que tem olhos; e os surdos, que têm ouvidos”** (Is 43:8; Is 42:18 e 20; Is 32:3).

O dia que Isaías previu, diz do dia sobremodo oportuno (Is 25:9), pois a salvação em Cristo seria manifesta por Deus e Cristo seria dado por aliança do povo de Israel e luz para os gentios (Is 42:6; Is 49:5-9).

Mas, por que os filhos de Israel (surdos e cegos) ouviriam e veriam as palavras do livro, somente no dia aprazado? Porque os filhos de Israel estavam como bêbados, porém, não era de vinho, nem de bebida forte. Sobre os filhos de Israel pesava um espírito de profundo sono, torpor que se assemelha aos que estão bêbados, de modo que os olhos deles estavam como que, vedados, e os ouvidos como que, agravados (Is 29:10).

O dia aprazado por Deus diz do evento em que Jesus anunciaria bem-aventuranças (regozijo e alegria) aos mansos e necessitados (Is 29:19), quando Cristo, o Santo de Israel, julgaria e repreenderia os mansos e pobres, segundo a reta justiça, diferente dos líderes de Israel, que julgavam segundo o ouvir dos seus ouvidos e segundo a vista dos seus olhos, ou seja, segundo a aparência: **“Mas**

“julgará com justiça aos pobres e repreenderá, com equidade, aos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará ao ímpio” (Is 11:4).

Enquanto Jesus anunciava as bem-aventuranças do Sermão do monte, as profecias registradas nos capítulos 11 e 29, de Isaías, se cumpriam. Jesus é o rebento que brotou do tronco de Jessé, sobre quem o espírito do Senhor repousava e, que se apresentou aos filhos de Israel, anunciando boas novas aos pobres: “Respondendo, então, Jesus, disse-lhes: Ide e anunciai a João o que tendes visto e ouvido: que os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres anuncia-se o evangelho” (Lc 7:22; Is 61:1).

Embora Jesus estivesse se apresentando ao povo como a fortaleza do pobre e do necessitado e preparando uma festa para que todos os povos pudessem ser participantes, destruindo a morte e enxugando a lágrimas, ao retirar o opróbrio do seu povo de toda a terra (Is 25:4 -8), os filhos de Israel não O reconheceram como o Senhor, anunciado pelos profetas (Is 25:9).

É em função de rejeitarem a Cristo que o profeta anunciou: - ‘Quando eu vim, por que ninguém apareceu? Quando chamei, por que ninguém respondeu?’ (Is 50:2). Quem é o Senhor que, quando chamou ninguém respondeu? O mesmo Senhor que, quando veio, se fez servo e deu as suas costas aos que O feriam (Is 50:6). O mesmo servo do Senhor, o rebento da raiz de Jessé, que o espírito do Senhor estava sobre Ele, e que, portanto, tinha a língua instruída para dar descanso ao cansado (Is 50:4).

O leitor do Sermão do Monte não pode perder de vista que os eventos registrados por Isaías, pois alguns aspectos dessas profecias estavam se cumprindo enquanto Jesus falava aos filhos de Israel.

Enquanto Jesus anunciava o reino, a obra de Deus estava sendo executada, em meio ao povo de Israel e a sabedoria dos líderes de Israel destruída (Is 29:14). Os líderes de Israel (tiranos), homens escarnecedores e dados à iniquidade, estavam sendo reduzidos a nada (Is 29:20). “Porque os estranhos se levantam contra mim e tiranos procuram a minha vida; não têm posto Deus perante os seus olhos. (Selá)” (Sl 54:3). “Ó Deus, os soberbos se levantaram contra mim e as assembleias dos tiranos procuraram a minha alma e não te puseram perante os

seus olhos” (Sl 86:14).

Os líderes de Israel, a pretexto de uma lei, forjaram o mal contra o justo, condenando quem não tinha culpa alguma (Sl 94:19-20). A profecia do Salmo 94 é a mesma anunciada pelo profeta Isaías, pois fala de tiranos, escarnecedores e iníquos que fariam o Cristo culpado; que armariam laços para Ele, por repreender na ‘porta’, e que, por fim, negariam justiça ao inocente (Is 29:21).

‘Porta’ é referência ao local onde os juízes, príncipes e anciões se reuniam: **“Seu marido é conhecido nas portas e assenta-se entre os anciãos da terra”** (Pv 31:23). Quando é dito: **“Levantai, ó portas, as vossas cabeças”** (Sl 24:7), é uma previsão referente ao futuro, quando todos reunidos em uma assembleia serão convocados a se postarem de pé, visto que o rei da glória estará adentrando ao recinto.

Os líderes de Israel, homens que se assentavam à porta e que armariam laços, se opuseram a Cristo durante o Seu ministério e negaram-lhe justiça, quando O condenaram à morte, o Filho de Deus que tinha zelo da casa do Pai e os seus irmãos se tornaram estranhos: **“Aqueles que se assentam à porta, falam contra mim; e fui o cântico dos bebedores de bebida forte”** (Sl 69:12; Sl 69:8-9; Jo 2:17).

Cristo tinha uma causa: obediência ao Pai (Jo 4:34). Por causa da obra do Pai, Jesus ‘repreendia na porta’ e os líderes de Israel se opunham (Sl 69:12). O Filho de Deus se fez servo, obedecendo ao Pai até a morte e morte de cruz (Fl 2:8), mas os seus negaram-lhe justiça e o mataram (At 3:13; Is 53:8; At 8:33).

Sabedor dos eventos previstos nas Escrituras, Jesus instrui os seus ouvintes sobre o homicídio!

“Não vos deu Moisés a lei? E nenhum de vós observa a lei. Por que procurais matar-me?” (Jo 7:19; Jo 8:37 e 40)

Não matarás

“21 Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar, será réu de juízo” (Mt 5:21).

Após afirmar, categoricamente, que, caso a justiça dos seus ouvintes - uma multidão composta de judeus - não fosse superior à justiça dos escribas e

fariseus, de maneira nenhuma herdariam o reino dos céus, Jesus chamou a atenção dos seus ouvintes, ao lembrá-los do que ouviram, acerca do que foi anunciado aos antigos:

“Não matarás; mas, qualquer que matar, será réu de juízo” (v. 21).

Como Jesus falava à multidão, não afirmou: ‘Está escrito’, e nem questionou: ‘Nunca lestes?’, ou ‘O que está escrito?’, ou ‘Como lê?’, etc., antes, fez referência ao que ouviram, pois mais de 97% dos que ali estavam eram analfabetos[1]: ‘[Ouvistes que foi dito aos antigos: ...](#)’ (v. 21). “[Nós temos ouvido da lei, que o Cristo permanece para sempre](#)” (Jo 12:34; Jo 10:34; Jo 8:17; Lc 19:46; Lc 10:26; Mc 7:6).

A multidão, rotineiramente, ouvia, aos sábados, os mandamentos, conforme o que está escrito no Êxodo: “[Não matarás](#)” (Êx 20:13) e suas consequências legais: ‘[E quem matar a alguém, certamente, morrerá](#)’ (Lv 24:17; Lv 24:21; Nm 35:30).

Como os judeus passaram à condição de escravos das nações vizinhas, desde a conquista dos Babilônicos, por volta do século V a.C., a autonomia para aplicarem a pena capital inexistia, restando somente submeterem os seus réus, nos casos de homicídios, aos tribunais estrangeiros.

A morte de Jesus, a cargo dos Romanos, deixa claro que os judeus não podiam praticar a pena capital pois, apelaram para Pôncio Pilatos, procurador da Judéia, e tiveram que pressioná-lo para condenar Cristo à morte: “[Desde, então, Pilatos procurava soltá-lo; mas os judeus clamavam, dizendo: Se soltas a este, não és amigo de César; qualquer que se faz rei é contra César](#)” (Jo 19:12).

Embora, julgado no Sinédrio (Mt 26:57), corte judaica composta por príncipes, sacerdotes, rabinos, escribas, fariseus, Jesus foi conduzido ao pretório, perante Pilatos (Mt 1:1 -2; Lc 23:1), seguido de grande multidão, para pressionar o governo local a condená-Lo à morte (Jo 19:12 e 15).

Por fim, a pena capital não foi aplicada por apedrejamento, mas, por crucificação, que, segundo a lei mosaica, qualquer que fosse pendurado no madeiro, seria maldito de Deus: “[Responderam e disseram-lhe: Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos. Disse-lhes, pois, Pilatos: Levai-o vós e julgai-o segundo a vossa lei. Disseram-lhe então os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma. \(Para que se cumprisse a palavra que Jesus tinha dito, significando de que morte](#)

havia de morrer)” (Jo 18:30-32). “Quando, também, em alguém houver pecado, digno do juízo de morte, e for morto, e o pendurares num madeiro, o seu cadáver não permanecerá no madeiro, mas, certamente, o enterrarás, no mesmo dia; porquanto o pendurado é maldito de Deus; assim, não contaminarás a tua terra, que o SENHOR teu Deus te dá em herança” (Dt 21:22-23).

Decorrente do mandamento ‘Não matarás’, havia, ainda, a obrigação dos filhos de Israel, de se afastarem do falso testemunho, bem como, de não matarem o inocente e o justo: “De palavras de falsidade te afastarás e não matarás o inocente e o justo; porque não justificarei o ímpio” (Êx 23:7).

Os filhos de Israel tinham o dever de testemunhar, verazmente, segundo o que viram e ouviram, pois, pela palavra de duas pessoas, uma outra podia ser morta: “Todo aquele que matar alguma pessoa, conforme depoimento de testemunhas, será morto; mas, uma só testemunha, não testemunhará contra alguém, para que morra” (Nm 35:30). “Por boca de duas testemunhas, ou três testemunhas, será morto o que houver de morrer; por boca de uma só testemunha não morrerá” (Dt 17:6; Jo 8:17).

Os filhos de Israel foram alertados para não seguirem a maioria, tomando parte com a maioria, para torcer o direito, o que fizeram quando condenaram a Jesus: “Não seguirás a multidão, para fazeres o mal; nem, numa demanda falarás, tomando parte com a maioria para torcer o direito” (Êx 23:2).

Segundo a lei, a pena capital não podia passar da pessoa do transgressor, ou seja, a alma que pecasse, essa mesma, morreria: “Os pais não morrerão pelos filhos, nem os filhos pelos pais; cada um morrerá pelo seu pecado” (Dt 24:16; Ez 18:4). E, se a pena fosse açoites, a quantidade de açoites não poderia ultrapassar uma quarentena, para o condenado não ser aviltado: “Quarenta açoites lhe fará dar, não mais; para que, porventura, se lhe fizer dar mais açoites do que estes, teu irmão não fique envilecido aos teus olhos” (Dt 25:3).

Tudo o que estava estabelecido na lei servia para preservar os filhos de Israel como povo e de aviso para não participarem da morte de Cristo, no entanto, acabaram torcendo o direito, ao se deixarem guiar por homens inescrupulosos, que se utilizaram de testemunhas mentirosas e entregaram Jesus para ser morto: “Ora, os príncipes dos sacerdotes, os anciãos e todo o conselho, buscavam falso testemunho contra Jesus, para o conduzirem à morte; E não o achavam; apesar de

se apresentarem muitas testemunhas falsas, não o achavam. Mas, por fim, chegaram duas testemunhas falsas, e disseram: Este disse: Eu posso derrubar o templo de Deus e reedificá-lo em três dias” (Mt 26:59-61); “E os principais dos sacerdotes e todo o concílio buscavam algum testemunho contra Jesus, para o matar, mas não o achavam. Porque muitos testificavam falsamente contra ele, mas os testemunhos não eram coerentes. E, levantando-se alguns, testificaram falsamente contra ele, dizendo: Nós o ouvimos dizer: Eu derrubarei este templo, construído por mãos de homens e, em três dias, edificarei outro, não feito por mãos de homens” (Mc 14:55-58); “E, LEVANTANDO-SE toda a multidão deles, o levaram a Pilatos. E começaram a acusá-lo, dizendo: Havemos achado este pervertendo a nossa nação, proibindo dar o tributo a César e dizendo que ele mesmo é Cristo, o rei” (Lc 23:1-2).

Portanto, os filhos de Israel feriram o Justo (Jo 18:22-23), deixaram que fosse açoitado por estrangeiros (Jo 19:1) e, por fim, entregaram-no para ser morto (Jo 19:16; Jo 19:23).

Os escribas e fariseus faziam o que bem entendiam com a lei, como se lê:

“Responderam-lhe os judeus: Nós temos uma lei e, segundo a nossa lei, ele deve morrer, porque se fez Filho de Deus” (Jo 19:7);

“Disse-lhes, pois, Pilatos: Levai-o vós e julgai-o, segundo a vossa lei. Disseram-lhe, então, os judeus: A nós não nos é lícito matar pessoa alguma” (Jo 18:31).

Assim, se cumpriram as Escrituras, que dizem:

“Pode acaso associar-se contigo o trono da iniquidade, que forja o mal, tendo por pretexto uma lei? Eles se ajuntam contra a alma do justo e condenam o sangue inocente” (Sl 94:20 -21).

Não há sociedade entre a justiça e a injustiça e nem entre a luz e as trevas (2Co 6:14), portanto, os homens que exerciam domínio político e religioso em Israel, tendo por base a lei, se uniram contra o Justo e o condenaram.

Vale destacar que, quando Davi estava no deserto de Parã com os seus homens, conviveram com os servos de Nabal, no Carmelo. Os homens de Davi não tomaram nada do rebanho de Nabal e ainda protegeram os servos de Nabal de

toda sorte de ataques (1 Sm 25:15-16).

Quando Davi soube que o rico Nabal tosquiava as suas ovelhas, enviou seus servos a Nabal para pedirem, em nome de Davi, que ele concedesse alguma dádiva do que estava à mão. Nabal não mediu as palavras e disse aos servos de Davi: - “Quem é Davi, e quem é o filho de Jessé? Muitos servos há hoje, que fogem ao seu senhor. Tomaria eu, pois, o meu pão, a minha água e a carne das minhas reses, que degolei, para os meus tosquiadores e o daria a homens que eu não sei donde vêm?” (1 Sm 25:10-11).

Quando soube do agravo de Nabal, Davi ordenou aos seus homens que cingissem a espada, deixou duzentos homens cuidando da bagagem e subiram em quatrocentos homens com o propósito de por fim a Nabal e à sua casa: “E disse Davi: Na verdade que, em vão, tenho guardado tudo quanto este tem no deserto e nada lhe faltou de tudo quanto tem e ele me pagou mal por bem. Assim, faça Deus aos inimigos de Davi, e outro tanto, se eu deixar até amanhã de tudo o que tem, até mesmo um menino” (1 Sm 25:21-22).

Abigail, mulher de Nabal, quando soube do agravo que o seu marido fez a Davi, rapidamente tomou consigo presentes e foi ao encontro de Davi. Quando viu a comitiva de Davi, de imediato prostrou-se em terra e avocou para si a transgressão do seu marido.

Apesar de Davi ser um homem de guerra, Abigail foi enviada, por Deus, para que Davi não derramasse sangue e as suas próprias mãos lhe servissem de salvação (1 Sm 25:26). Por Deus, Abigail acentuou a Davi, que ele não foi posto para fazer suas próprias guerras e nem para defender a sua própria honra (1 Sm 25:31).

Embora fosse um homem de guerra, Davi não podia matar para defender a sua honra, assim como qualquer um em Israel não podia. Nabal era um louco, tanto no nome, quanto nas atitudes, conforme o testemunho de Abigail, porém, Davi não tinha o direito de lançar mão da vida de Nabal, da mesma forma que não podia lançar mão de Saul (1 Sm 24:6).

O mandamento: “*Não matarás*”, não comportava exceções! Não podia matar um ungido, bem como, não podia matar qualquer do povo. Os filhos de Israel não podiam matar quem pagasse mal por bem, quanto mais, por inveja: “Porque sabia que por inveja o haviam entregado” (Mt 27:18).

Metanoia

Ao lembrar a multidão, acerca do que ouviram da lei (não matarás, não adulterarás,...), Jesus estabeleceu um ponto de apoio à sua exposição, que terá o seu clímax nas questões dos versos 46 e 47: *“Não fazem os cobradores de impostos o mesmo?”; “Não fazem os gentios também assim?”*.

Sabedor de que o único argumento que os filhos de Israel escutavam, ao seu próprio modo, era a lei, Jesus lembra aos seus ouvintes alguns mandamentos da lei para poder evidenciar a impossibilidade de alcançarem justiça superior à dos seus líderes, por meio das práticas que, por tradição, receberam dos seus pais.

Jesus precisava operar nos seus ouvintes, uma revolução no modo de interpretar (metanoia) a Lei, os Profetas e os Salmos, entretanto, não podia dizer a sua mensagem abertamente, assim como o apóstolo Paulo, quando escreveu aos Gálatas: *“E é evidente que, pela lei, ninguém será justificado diante de Deus, porque o justo viverá da fé”* (Gl 3:11).

O apóstolo Paulo disse, abertamente, aos da sinagoga de Antioquia da Pisídia, que, pela lei de Moisés, não podiam ser justificados: *“E de tudo o que, pela lei de Moisés, não pudestes ser justificados, por ele é justificado todo aquele que crê”* (At 13:39). Jesus Cristo, por sua vez, tinha que evidenciar essa verdade, por meio de parábolas e enigmas.

Lembrando Jesus não podia dizer abertamente: - *“Eu sou o Cristo”*, e por isso mesmo proibia aos seus discípulos que anunciassem que Ele era o Cristo (Mt 16:20), isto porque os filhos de Israel deviam identifica-Lo como o Cristo por intermédio da sua doutrina (Jo 7:16 -17).

Quando Jesus apresenta a necessidade de adquirir justiça superior à dos escribas e fariseus, na verdade, evidencia a fraqueza e a inutilidade da lei, para aquilo que os filhos de Israel pretendiam: direito a entrar no reino dos céus (Hb 7:18; Gl 4:9).

A lei é proveitosa, porque evidencia a condição dos homens e anuncia bem-aventurança a todas as famílias da terra, através do descendente de Abraão, não pelos rudimentos fracos e pobres que os seus seguidores abstraíram, como ‘guardar dias, meses, tempos e anos’, ou ordenanças, que tem por base *‘não*

toques, não proves, não manuseies' (Cl 2:21).

O que a multidão ouviu, acerca do que foi dito por Deus aos antigos (Êx 20:1 e 22), somado ao que Jesus estava propondo, compunha os elementos necessários para que os seus ouvintes considerassem que tudo o que faziam, tendo por pretexto a lei de Moisés, os gentios e os publicanos, igualmente, faziam o mesmo. Como os filhos de Israel faziam o mesmo que os gentios e publicanos, Jesus introduz algumas questões para considerarem: - *"Eu, porém, vos digo..."* (Mt 5:22).

Os ouvintes de Jesus estavam acostumados com o ensinamento de que não poderiam ser (roubadores, injustos e adúlteros) como os demais homens (gentios), nem mesmo como os publicanos (judeus, cobradores de impostos para Roma). Também não bastava ser judeu ou prosélito, antes eram necessárias as práticas de jejuns, dízimos, etc. *"O fariseu, estando em pé, orava consigo desta maneira: Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano. Jejuo duas vezes na semana e dou os dízimos de tudo quanto possuo"* (Lc 18:11-12).

As observações: 'Que recompensa tereis? Que fazeis de mais? Não fazem os publicanos o mesmo? Não fazem os gentios, também, assim?' remontam ao que foi dito pelo apóstolo Paulo aos cristãos em Roma:

"PORTANTO, és inescusável quando julgas, ó homem, quem quer que sejas, porque te condenas a ti mesmo naquilo em que julgas a outro; pois tu, que julgas, fazes o mesmo" (Rm 2:1).

Jesus frisou à multidão: - *'Ouvistes o que foi dito aos antigos...'*, em vez de: - *'Praticais o que foi dito aos antigos'*, o que remete à observação paulina:

"Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados" (Rm 2:13).

Como obteriam justiça superior aos escribas e fariseus, se eram somente ouvintes da lei? Como teriam direito a entrar no reino dos céus, se praticavam as mesmas ações que os gentios (demais homens) e cobradores de impostos? Apesar de os gentios não terem lei, naturalmente, faziam as mesmas coisas que eram da lei!

"Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem, naturalmente, as coisas

que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; Os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando, juntamente, a sua consciência e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os” (Rm 2:13-15).

Jesus precisava fazer a multidão entender que eram transgressores da lei, tanto eles, quanto os seus mestres, pois o ensinamento dos seus mestres resumia-se em proibir matar, roubar, furtar, adulterar, etc. “Tu, pois, que ensinas a outro, não te ensinas a ti mesmo? Tu, que pregas que não se deve furtar, furtas? Tu, que dizes que não se deve adulterar, adulteras? Tu, que abominas os ídolos, cometes sacrilégio? Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus, pela transgressão da lei? Porque, como está escrito, o nome de Deus é blasfemado entre os gentios, por causa de vós” (Rm 2:21-24); “E testificaste contra eles, para que voltassem para a tua lei; porém eles se houveram soberbamente e não deram ouvidos aos teus mandamentos, mas pecaram contra os teus juízos, pelos quais o homem que os cumprir viverá; viraram o ombro, endureceram a sua cerviz e não quiseram ouvir” (Ne 9:29).

Observe que o Sermão tem por alvo a multidão composta por judeus, pessoas que precisavam compreender que o reino de Deus estava no meio deles e, que, portanto, a argumentação de que tinham por pai a Abraão, não era válida. Que a vantagem, em relação aos gentios, de ser confiada, primeiramente, a palavra de Deus aos judeus (circuncisão), de modo algum tornava os da circuncisão melhores que os gentios, pois a lei que os judeus tinham como forma da ciência e da verdade, realizava um papel inclusivo, demonstrando que os judeus também eram pecadores (Rm 3:1-31).

O maior dos equívocos, acerca do Sermão do Monte, é entender que Jesus estabeleceu um novo código moral ou um novo padrão de conduta que os seus discípulos deveriam seguir.

Observe esta colocação, que consta do Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento:

“Arrependei-vos, porque é chegado o Reino dos céus. Esse foi o clamor de Jesus, ao iniciar Seu ministério público na Galileia (Mt 4.17). Sua mensagem rapidamente se espalhou e grandes multidões vieram ouvi-lo da Galileia, de toda Síria e de Decápolis e, também, de Jerusalém, da Judéia e além do rio

Jordão (Mt 4.24,25). Todos iam a Ele para ouvir sobre o Reino; Jesus, em vez disso, falava sobre o estilo de vida daqueles que queriam viver no Reino. O Sermão do Monte contém a essência do ensinamento moral e ético de Jesus". O Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento, com Recursos Adicionais — A Palavra de Deus ao alcance de todos. Editores Earl Radmacher, Ronald B. Allen e H. Wayne House, Rio de Janeiro, 2010, pág. 27.

Os editores do 'O Novo Comentário Bíblico do Novo Testamento', inicialmente, destacaram a mensagem de Jesus, no início do seu ministério: **'Arrependei-vos, porque é chegado o Reino dos céus'**. Em seguida, destacam que a mensagem de Jesus se espalhou, rapidamente, e grandes multidões o procuravam. Até esse ponto, a abordagem dos editores do comentário bíblico, em questão, está correta.

O problema está na assertiva de que todos queriam ouvir Jesus sobre o Reino, pois o texto bíblico não diz assim. Observe:

"E percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas suas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando todas as enfermidades e moléstias entre o povo. E a sua fama correu por toda a Síria e traziam-lhe todos os que padeciam, acometidos de várias enfermidades e tormentos, os endemoninhados, os lunáticos e os paralíticos e ele os curava. E seguia-o uma grande multidão da Galileia, de Decápolis, de Jerusalém, da Judéia e de além do Jordão" (Mt 4:23-25).

O interesse das multidões estava nas curas que Jesus operava e os editores do 'O Novo Comentário' inferiram que as multidões estavam interessadas em ouvir sobre o reino. Em seguida, afirmam que Jesus *'falava sobre o estilo de vida daqueles que queriam viver no Reino'*, o que não condiz com o exposto nos Evangelhos.

No Sermão do Monte, Jesus não estava propondo um estilo de vida aos seus ouvintes e nem abordando questões de cunho moral e ético. Até porque, o que foi dito no Sermão do Monte não se constitui uma regra de conduta para a igreja de Cristo, antes, são argumentos que visavam mudar a concepção dos judeus, para que cressem em Cristo.

Não encontramos nos Evangelhos Jesus orientando os seus discípulos acerca de questões éticas e morais, até porque, para os cristãos, tudo é lícito, ressalvado o

que não é conveniente e o que não edifica: “Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas edificam” (1 Co 10:23).

No Novo Testamento, não temos ordenanças e mandamentos, mas, recomendações, orientações, como se lê:

“Porquanto, ouvimos que alguns que saíram dentre nós vos perturbaram com palavras e transtornaram as vossas almas, dizendo que deveis circuncidar-vos e guardar a lei, não lhes tendo nós dado mandamento” (At 15:24); “Recomendando-nos somente que nos lembrássemos dos pobres, o que também procurei fazer com diligência” (Gl 2:10).

‘Estilo de vida’ é uma expressão moderna que se refere à forma pela qual uma pessoa ou, um grupo de pessoas, se porta no mundo e, em consequência, faz suas escolhas. O evangelho de Cristo não trata do comportamento ou das escolhas que as pessoas fazem no seu cotidiano, antes, se restringe em revelar Deus ao mundo: “Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, esse o revelou” (Jo 1:18).

Questões éticas e morais decorrem de julgamentos segundo o que é aparente e Jesus não julgava segundo as aparências: “E deleitar-se-á no temor do SENHOR; e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos” (Is 11:3).

“O ensino de Jesus era de que o ser humano não será julgado, apenas, por suas ações, mas sim, e ainda mais, por seus desejos, embora jamais tenham chegado a transformar-se em ação. Segundo as pautas morais do mundo, uma pessoa é boa se não cometer ações proibidas; o mundo não tem interesse em julgar os pensamentos. Segundo a pauta moral que Jesus propõe, ninguém pode ser considerado bom, a menos que jamais deseje fazer o proibido; Jesus Se interessa, profundamente, pelos pensamentos humanos. Disto surgem três coisas”. Barclay, William. Comentário do Novo Testamento.

Barclay afirma que a pauta moral de Jesus é proibir pensamentos e desejos, acerca do que era vetado na lei. Ora, Jesus não impôs proibições à multidão, antes, Ele veio salvar o que se havia perdido, tanto que Ele não julgava os seus interlocutores: “E se alguém ouvir as minhas palavras e não crer, eu não o julgo;

porque eu vim, não para julgar o mundo, mas para salvar o mundo” (Jo 12:47);
“Vós julgais segundo a carne; eu, a ninguém julgo” (Jo 8:15).

Seria um contrassenso impor restrições comportamentais a quem já foi julgado e está sob condenação – condição própria a todos os homens – pois nenhuma conduta adotada por um condenado pode livrá-lo da pena: “Pois, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação...” (Rm 5:19).

Os ouvintes de Jesus foram ensinados que não eram pecadores por serem descendentes da carne e do sangue de Abraão. No entanto, como os da promessa é que são contados como descendência de Abraão (Rm 9:8-9), os ouvintes de Jesus eram pecadores, por serem descendentes da carne e do sangue de Adão, assim como Ismael, o filho da escrava Agar.

O julgamento e a condenação da humanidade ocorreram no Éden e lá todos foram apenados com a morte: destituição da glória de Deus. Dessa penalidade não há o que o homem faça ou deixe de fazer, pense ou deixe de pensar, queira ou deixe de querer que o absolva da condenação (Jo 3:18).

O julgamento das obras no Tribunal do Grande Trono Branco visa às ações dos homens, não pensamentos e desejos, assim como o julgamento dos salvos no Tribunal de Cristo: “E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante de Deus e abriram-se os livros; e abriu-se outro livro, que é o da vida. E os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras” (Ap 20:12).

Na verdade, quando Jesus evoca o que a multidão ouvia acerca dos assassinatos, adultérios, perjúrios, etc., simplesmente, era para destacar que os escribas e fariseus nada faziam de extraordinário, pois os publicanos, que eram tidos por eles como pecadores, igualmente não matavam, não adulteravam, não cometiam perjúrio, etc.

Zaqueu é um exemplo, pois como chefe dos publicanos e sendo rico, demonstrou ser íntegro, pois propôs devolver quadruplicado qualquer ganho ilícito, caso houvesse defraudado alguém sem perceber, segundo o que estabelecia a lei, além das contribuições que fazia aos pobres.

Isto demonstra que Zaqueu não era corrupto, pois se os seus bens fossem oriundos de corrupção, não teria como devolver o que defraudou quadruplicado:

“E, levantando-se Zaqueu, disse ao Senhor: Senhor, eis que eu dou aos pobres metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, o restituo quadruplicado” (Lc 19:8).

Os versos 21 a 45, do capítulo 5, de Mateus, devem ser vistos sob o argumento que segue:

“Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E, se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim?” (Mt 5:46-47).

Esse princípio também foi abordado pelo evangelista Lucas, pois é uma espécie de ‘alavanca’ que visa promover a mudança de concepção (metanoia) dos judeus que ouviam o discurso de Jesus.

“E se amardes aos que vos amam, que recompensa tereis? Também, os pecadores amam aos que os amam. E se fizerdes bem aos que vos fazem bem, que recompensa tereis? Também, os pecadores fazem o mesmo. E se emprestardes àqueles de quem esperais tornar a receber, que recompensa tereis? Também, os pecadores emprestam aos pecadores, para tornarem a receber outro tanto” (Lc 6:32-34).

Quem eram os publicanos? Eram judeus a serviço de Roma que exerciam o ofício de cobrar impostos dos seus patrícios. Aos olhos da multidão, os publicanos eram pecadores e Jesus utilizou a figura, justamente, dos publicanos, para ilustrar algumas parábolas, como a ‘Parábola do Fariseu e do Publicano’, a ‘Parábola dos dois filhos’ e a ‘Parábola da Ovelha Perdida’.

Como é possível às meretrizes e aos publicanos terem direito ao reino dos céus e os príncipes dos sacerdotes e os anciãos do povo, não?

“Qual dos dois fez a vontade do pai? Disseram-lhe eles: O primeiro. Disse-lhes Jesus: Em verdade, vos digo, que os publicanos e as meretrizes entram adiante de vós no reino de Deus” (Mt 21:31).

A mensagem do Sermão do Monte possui o seguinte viés: mudar a concepção dos seus ouvintes, para que façam a vontade de Deus, pois somente os que fazem a vontade de Deus são irmãos e mãe de Jesus: “Mas, respondendo ele, disse-lhes:

Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a executam” (Lc 8:21).

Irmão

“22 Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo; e qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sinédrio; e qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno.

23 Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti,

24 Deixa ali, diante do altar, a tua oferta e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta.

25 Concilia-te, depressa, com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão.

26 Em verdade te digo que, de maneira nenhuma, sairás dali, enquanto não pagares o último ceutil” (Mt 5:22-26).

Antes de prosseguir, o leitor precisa lembrar-se de uma passagem profética de Deuteronômio:

“O SENHOR teu Deus te levantará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, como eu; a ele ouvireis” (Dt 18:15).

Vale destacar que o apóstolo Pedro aplica a passagem de Deuteronômio à pessoa de Cristo, o irmão ‘escolhido’, dentre os filhos de Israel:

“Porque Moisés disse aos pais: O Senhor vosso Deus levantará de entre vossos irmãos um profeta semelhante a mim; a ele ouvireis em tudo quanto vos disser” (At 3:22).

Faz-se necessário lembrar que os métodos de ensino, ou a didática, na

antiguidade, difere muito da didática dos nossos dias, que é carregada de definições e conceitos. Um método de ensino da antiguidade era a dialética, no qual o papel do instrutor consistia mais em perguntar e inquirir, do que responder ou, contestar, o aprendiz. Outro, o método maiêutico, era baseado na ironia e no diálogo, etc.

Na matemática, por causa dos ‘operadores lógicos’ ou, ‘conectivos lógicos’, é possível estabelecer uma prova por ‘contradição’ ou ‘redução ao absurdo’, do latim ‘reductio ad absurdum’ [2].

Como operar uma mudança de concepção em um povo que se julgava superior aos gentios, por tere uma lei? Negando a lei? Não! Como a lei é santa e o mandamento santo, justo e bom (Rm 7:12), seria necessário enfatizá-la, pois, ela foi introduzida para mudar a concepção dos judeus, para que eles viessem a Cristo. Mas, como a lei se tornou frágil, enferma por causa da carne (Gl 3:24; Rm 8:3), que método de ensino utilizar para operar essa mudança de concepção?

Um método de ensino é lançar mão do absurdo, de uma situação inusitada, ou, do impossível, estabelecendo como base para evidenciar a contradição do pensamento dos recalcitrantes.

Comparando o que Jesus disse aos seus ouvintes: “Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo...” (Mt 5:22), com o que foi prescrito aos antigos: “Não matarás e, quem matar, estará sujeito a julgamento” (Mt 5:21), percebe-se, pela penalidade, que Cristo equiparou o ato de matar alguém, ao sentimento de ira contra um irmão.

A proporcionalidade da pena, em relação às ações, matar e encolerizar, deixa evidente que a proposta de Cristo não era normatizar comportamentos e nem estabelecer princípios éticos e morais. A discrepância entre as penalidades e as ações, tem por objetivo evidenciar uma verdade, como a que foi exposta por Isaías:

“Quem mata um boi é como o que tira a vida a um homem; quem sacrifica um cordeiro é como o que degola um cão; quem oferece uma oblação é como o que oferece sangue de porco; quem queima incenso em memorial, é como o que bendiz a um ídolo; também, estes, escolhem os seus próprios caminhos e a sua alma se deleita nas suas abominações” (Is 66:3).

O que Isaías estava evidenciando? Um novo princípio moral? Uma nova lei? Não! Ele estava destacando o absurdo de alguém que se propõe a oferecer um sacrifício, mas rejeita a palavra de Deus.

Ao comparar quem mata um boi a quem tira a vida de um homem, o profeta Isaías estava evidenciando a gravidade das ações de quem não obedece a Deus, para seguir os seus próprios desígnios: “Estendi as minhas mãos o dia todo a um povo rebelde, que anda por caminho que não é bom, após os seus pensamentos” (Is 65:2); “Contudo o meu povo se tem esquecido de mim, queimando incenso à vaidade, que o fez tropeçar nos seus caminhos e nas veredas antigas, para que andasse por veredas afastadas, não aplainadas” (Jr 18:15).

Um exemplo de absurdo, vemos em Saul, que não obedeceu à ordem de Deus, sob o argumento de que iria sacrificar ao Senhor (1 Sm 15:15). Ao escolher seguir o seu próprio conselho, Saul estava se portando como quem mata um homem ou como quem ofereceu um porco sobre o altar.

Os gentios e os publicanos - considerados pecadores, pela multidão - não matavam, para não serem réus de juízo, e os ouvintes do Sermão da Montanha, por sua vez, não matavam, para não serem, igualmente, réus de juízo e, com isso, esperavam ser recompensados por Deus.

Dessa falta de coerência no pensamento dos judeus, decorre a argumentação de Jesus, no final do capítulo: que recompensa tereis, se os pecadores, também, não matam, para não serem réus de juízo? Que fazeis, demais?

Como os ouvintes de Jesus não estavam utilizando a lei de forma legítima, a proposta de Jesus visava ‘abrir os ouvidos’ dos seus ouvintes, para que pudessem entender qual o objetivo da lei de Deus: “Porque este é um povo rebelde, filhos mentirosos, filhos que não querem ouvir a lei do SENHOR” (Is 30:9).

Quando Jesus anunciou: “Eu, porém, vos digo que qualquer que...”, propõe ações à multidão que superasse o que os gentios e publicanos faziam e muitas dessas ações propostas soam como absurdo. Quem, em sã consciência, arrancaria os olhos para não ser réu do fogo do inferno?

Se os filhos de Israel pensavam que eram melhores que os gentios e publicanos, a pretexto da lei, no mínimo, teriam que temer, serem conduzidos ao tribunal, quando ficassem zangados com o irmão, diferentemente, dos gentios e

publicanos, que temiam ser conduzidos ao tribunal, em caso de homicídio.

Jesus introduz essa proposta, porque havia acabado de exigir dos seus ouvintes uma justiça que suplantasse à dos seus líderes religiosos e, ao lembrar o que fora dito aos antigos, através da lei, propõe um comportamento que suplantasse o exigido pela letra da lei, como sugestão, para alcançarem justiça superior à dos escribas e fariseus.

Seria contraproducente intentar alcançar uma justiça que excedesse à dos escribas e fariseus, fazendo somente o que fora dito aos antigos, ou fazendo o que os gentios também faziam, principalmente, porque os gentios faziam as mesmas coisas que os judeus, mesmo não tendo lei.

A proposta de Jesus visava a uma mudança de concepção, demonstrando à multidão a impossibilidade de se justificar, através das exigências da lei: **“Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo, temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da lei; porquanto, pelas obras da lei, nenhuma carne será justificada”** (Gl 2:16).

Jesus agravou as exigências da lei, para que os seus ouvintes entendessem que nada faziam que fosse superior ao que era feito pelos pecadores, se tão somente fossem ouvintes do que foi dito aos antigos (Rm 2:13).

Seguem as propostas de Jesus:

- qualquer que se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo;
- qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sinédrio;
- qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno.

Algumas Bíblias contém uma interpolação: ‘sem motivo’, na proposta de Jesus: ‘qualquer que [sem motivo], se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo’, que não há nos melhores manuscritos, tentando suavizar a exigência de Jesus, pois leem o texto como se fosse uma prescrição de comportamento, mas, a abordagem de Jesus é mais profunda ainda.

Primeiro, Jesus evidencia o que ouviram acerca do que foi dito aos antigos: **“Não matarás. Mas, qualquer que matar, será réu de juízo”**. Em segundo lugar, Ele enfatiza que: **“Qualquer que se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo”**.

Por que Jesus insere a figura do 'irmão' na sua abordagem? Por que Jesus chama a atenção dos seus ouvintes para o elemento 'carne' e 'sangue', que estabelecem os laços fraternos?

Ao trazer à memória o que foi dito aos antigos, Jesus estava apontando para os escritos de Moisés, onde também está registrado que Deus haveria de levantar um profeta do meio dos filhos de Israel, assim como Moisés, a quem deveriam ouvir:

[“Eis lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” \(Dt 18:18\);](#)

Historicamente, os filhos de Jacó não aceitavam bem o fato de um dos seus irmãos ser profeta ou sonhador de sonhos, como ocorreu com José do Egito, um tipo de Cristo: [“Vendo, pois, seus irmãos que seu pai o amava mais do que a todos eles, odiaram-no, e não podiam falar com ele, pacificamente. Teve José um sonho, que contou a seus irmãos; por isso o odiaram ainda mais” \(Gn 37:4-5; Mt 2:15\).](#)

Qualquer dos ouvintes de Jesus que quisesse justiça superior à dos escribas e fariseus, deveria aceitar a doutrina de Cristo, portanto, não podia temer os escribas e fariseus, não ser afeito à glória de homens e nem se escandalizar com a doutrina de Jesus [“Apesar de tudo, até muitos dos principais creram nele; mas não o confessavam por causa dos fariseus, para não serem expulsos da sinagoga. Porque amavam mais a glória dos homens do que a glória de Deus” \(Jo 12:42-43\).](#)

Neste diapasão, os ouvintes de Jesus deveriam confessar a Cristo, o 'irmão' anunciado por Moisés - Aquele a quem deviam ouvir -, ou então, estariam se posicionando como opositores (adversários) de Cristo: [“Eis que lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” \(Dt 18:18\); “Porque o filho despreza ao pai, a filha se levanta contra sua mãe, a nora contra sua sogra, os inimigos do homem são os da sua própria casa” \(Mq 7:6\); “Portanto, qualquer que me confessar diante dos homens, eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus. Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei, também, diante de meu Pai, que está nos céus. Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada; Porque eu vim pôr em dissensão o homem contra seu pai, a filha contra sua mãe e a nora contra sua sogra; E assim os inimigos do](#)

homem serão os seus familiares” (Mt 10:32-36).

A exigência de Jesus, com relação à ira, parece ser muito alta, porém, os seus irmãos não suportavam a abordagem que Cristo fazia das Escrituras e, várias vezes, foram tomados pela ira: “E todos, na sinagoga, ouvindo estas coisas, se encheram de ira” (Lc 4:28).

E a ordem: “Irai-vos e não pequeis” (Ef 4:26), não é contrária ao posicionamento de Jesus?

O Salmo 4, verso 4, diz: “Perturbai-vos e não pequeis; falai com o vosso coração sobre a vossa cama e calai-vos”. Algumas traduções vertem: Irai-vos e não pequeis. O termo hebraico יָרָג, transliterado ragaz, comumente vertido por ‘irai’ ou, ‘perturbai’, na verdade, deveria ser vertido por ‘tremei’, significando ‘obedeça’.

O sentido do termo é semelhante ao empregado nestes versos: “Ouvi a palavra do SENHOR, os que tremeis da sua palavra” (Is 66:5); “Servi ao SENHOR com temor, e alegrai-vos com tremor” (Sl 2:11); “Vinde, meninos, ouvi-me; eu vos ensinarei o temor do SENHOR” (Sl 34:11).

Após recomendar que se deixe a mentira e que se fale a verdade, cada qual com o seu próximo, conforme expresso pelo profeta Zacarias (Ef 4:25; Zc 8:16), o apóstolo Paulo ordena aos cristãos que obedçam (tremei), pois estas eram as coisas a serem observadas para não pecarem.

Como a pessoa poderia ser réu do Sinédrio, somente por nomear o seu irmão de ‘raca’? O termo ‘raca’ pode ser entendido como imprestável, desprezível, vil, baixo, etc., termo de origem semita, transliterado para o grego.

Ora, a profecia apontava para o Cristo como ‘desprezado e o mais indigno dos homens’ (Is 53:3), portanto, era de se ter cuidado, pois ao desprezar algum irmão, chamando-o de ‘raca’, pois, poderia estar desprezando o ‘Servo’ do Senhor – o profeta anunciado por Moisés, que seria levantado, dentre os filhos de Jacó, do qual estava escrito que os filhos de Israel não fariam caso algum: “QUEM deu crédito à nossa pregação? E a quem se manifestou o braço do SENHOR? Porque foi subindo como renovo perante ele e como raiz de uma terra seca; não tinha beleza, nem formosura e, olhando nós para ele, não havia boa aparência nele, para que o desejássemos. Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens,

homem de dores e experimentado nos trabalhos; e, como um de quem os homens escondiam o rosto, era desprezado e não fizemos dele caso algum” (Is 53:1-3).

Jesus enfatiza que, qualquer que chamasse o irmão de ‘louco’, seria réu do fogo do inferno. Como entender o fato de Jesus orientar os seus ouvintes, para não chamarem a um irmão de louco, para não estarem sujeitos ao fogo do inferno, mas, Jesus, por sua vez, chama os escribas e fariseus de ‘insensatos’, em outras palavras, de ‘loucos’?

Há uma diferença gritante entre os escribas e Cristo. Cristo julgava segundo a reta justiça, enquanto que os escribas e fariseus julgavam segundo a aparência e a carne: “Não julgueis segundo a aparência, mas julgai segundo a reta justiça” (Jo 7:24).

Segundo o estabelecido nas Escrituras, Jesus a ninguém julgava (Jo 8:15; Is 11:3). Quando Jesus chamou os escribas e fariseus de ‘loucos’, simplesmente, apontou para as Escrituras, que nomeavam de loucos e néscios, àqueles que se alimentavam do povo de Israel, como se fosse pão (Sl 53:1-4). Como os escribas e fariseus eram obreiros da iniquidade, ‘néscios’, era a condição deles diante de Deus e, por isso, Jesus os denominava ‘loucos’, como o fez Moisés (Dt 32:6).

O povo de Israel era louco e ignorante, um julgamento que consta nas Escrituras, portanto, nomeá-los de ‘loucos’, em função das Escrituras, é julgar segundo a reta justiça, não segundo a aparência: “Deveras, o meu povo está louco, já não me conhece; são filhos néscios e não entendidos; são sábios para fazer mal, mas não sabem fazer o bem” (Jr 4:22).

Ora, se, alguém dentre os filhos de Jacó, fosse levantado como profeta e deveria ser ouvido, cada membro da nação deveria ter o seu irmão em honra, pois qualquer um deles poderia ser o Cristo. Se observassem as profecias, não rejeitariam àquele que era desprezado do povo e opróbrio dos homens: “Mas, eu sou verme e não homem, opróbrio dos homens e desprezado do povo” (Sl 22:6; Is 53:3).

Mas, caso os ouvintes de Jesus tivessem essa disposição de nunca ficarem irados, de esbravejarem ou, de falarem mal do próprio irmão, quando, em particular, fossem ofertar e se lembrassem, junto ao altar, que o ‘irmão’ tinha algo em seu desfavor, que deixassem a oferta junto ao altar e fossem se reconciliar com o seu irmão.

“Mas ao ímpio, diz Deus: Que fazes tu, em recitar os meus estatutos, e em tomar a minha aliança na tua boca? Visto que odeias a correção e lanças as minhas palavras para detrás de ti. Quando vês o ladrão, consentes com ele e tens a tua parte com adúlteros. Soltas a tua boca para o mal e a tua língua compõe o engano. Assentas-te a falar contra teu irmão; falas mal contra o filho de tua mãe!” (Sl 50:16-20).

Perceba que não é o ofertante que tem algo contra o irmão, antes, o irmão que tem algo contra o ofertante e, mesmo assim, o ofertante deveria ter a capacidade magnânima de buscar a reconciliação, mesmo que não tivesse algo contra o irmão.

Jesus propõe que o ônus da reconciliação não fique a cargo de quem ofendeu, mas, que compete ao ‘ofendido’ se retratar, portanto, essa seria uma atitude mais nobre e diferente da atitude dos gentios e pecadores ou, o significado do termo ‘ofendido’, deve ser revisto.

O termo grego traduzido por ‘reconciliar’ é διαλλάσσομαι, transliterado diallassómai, possui o sentido de ‘mudar a mente de qualquer pessoa’, ‘mudar completamente (mentalmente) para conciliar’, o que remete ao arrependimento, a mesma ideia do termo grego μετανοέω, transliterado metanoeó.

Devemos questionar: Por que Jesus não impôs a obrigação de o irmão, que tinha algo desfavorável, vir se retratar? Ora, Jesus queria dar a entender aos seus ouvintes que Ele era o irmão levantado dentre os filhos de Israel como profeta, segundo o que foi dito a Moisés, para mudar a mente dos seus irmãos.

Não era o Servo do Senhor, o opróbrio dos homens e desprezado do povo, que deveria se ‘reconciliar’ com os filhos de Israel, mas, sim, os filhos de Israel que deveriam se reconciliar com Ele. É certo que o profeta anunciado por Moisés, o irmão levantado dentre os filhos de Israel, estaria corretíssimo na sua colocação, portanto, cabe aos irmãos ofertantes, se ‘retratarm’, ou seja, mudarem de concepção, completamente, aceitando o proposto por Ele: “Eis, lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” (Dt 18:18).

O termo grego μνάομαι^[3], transliterado mnaomai, comumente traduzido por ‘recordar’, ‘lembrar’, também possui a forma prolongada μιμνησκω, transliterada mimnesko. O termo μναομαι não tem o sentido de ‘recordar de algo que se

esqueceu', antes, de 'recordar de', de 'fazer-se lembrar', de 'ter na lembrança', de 'fixo na mente'.

Quando o ofertante chegasse junto ao altar e, aquilo que ouviu do Cristo estivesse fixo na mente, ter na lembrança, não conseguisse esquecer, que deixasse a oferta no altar e retornasse e se 'conciliasse' com o irmão (Mt 5:23).

O que o irmão tem que é expresso pelo termo διαλλάσσομαι não é resultado de uma briga, desavença, inimizade, antes é algo que pode mudar a mente, a compreensão. Na verdade, quando o ofertante estivesse diante do altar e viesse à mente a compreensão do ensino dado pelo irmão, que deixasse a oferta no altar e se reconciliasse depressa com Ele.

Caso os ouvintes de Jesus não percebessem a nuance do discurso, com relação à possibilidade de estarem contrariando aquele irmão que seria levantado por Deus, em meio aos filhos de Israel, conforme predito por Moisés, o argumento a seguir deveria se considerado:

“Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes, unicamente, os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos, também, assim?” (Mt 5:46-47).

Jesus encerra a abordagem, acerca do que ouviram que foi dito aos antigos, de modo a levá-los a considerar o seguinte:

“Pois, se reconciliardes com quem buscou a reconciliação, que galardão tereis? Não fazem os publicanos, também, o mesmo? E, se esperardes quem vos ofendeu, que venha a se reconciliar, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos também assim?”

Devemos ter em mente que, em relação à carne e ao sangue, os judeus eram irmãos de Jesus, mas, com relação à doutrina, eram 'adversários'. Com relação à carne e ao sangue, Jesus veio para o que era Seu, mas, com relação à doutrina, os seus irmãos se escandalizaram (não O receberam): *“Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam”* (Jo 1:11); *“E assim os inimigos do homem serão os seus familiares”* (Mt 10:36; Mq 7:6).

Para compreender a afirmação acima, vale destacar o evento em que Jesus entrou

no templo e expulsou todos os que vendiam e compravam e derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas. Em seguida, Jesus operou sinais e maravilhas, curando cegos e coxos e as crianças que ali estavam, passaram a dizer: - *'Hosana ao Filho de Davi'* (Mt 21:12-16).

Os escribas e fariseus, ao ouvirem a confissão das crianças, dentro do templo, indignaram-se. Foi quando questionaram Jesus, dizendo: - "Ouves o que estes dizem?". Eles não aceitavam que o Jesus de Nazaré fosse o Filho de Davi, portanto, Filho de Deus, sacerdote e rei de Israel.

Os escribas e fariseus queriam que Jesus repreendesse as criancinhas para que parassem de dizer *'Hosana ao filho de Davi'*. Eles não suportavam ouvir as criancinhas clamando por misericórdia ao Filho de Davi.

Do mesmo modo que queriam que os cegos, à beira do caminho, se calassem por gritarem por misericórdia ao Filho de Davi, os escribas e fariseus estavam indignados por ouvirem as crianças dizerem: "*Salva-nos agora, ó Tu que habitas nas maiores alturas*", "*Salva-nos, te imploramos*", ou seja, as crianças estavam apontando para Cristo, como sendo o Senhor do Salmo 118, verso 25.

"Salva-nos, agora, te pedimos, ó SENHOR; ó SENHOR, te pedimos, prospera-nos. Bendito aquele que vem em nome do SENHOR; nós vos bendizemos desde a casa do SENHOR" (Sl 118:25-26).

Foi quando Jesus respondeu, utilizando o Salmo 8, verso 2:

"E Jesus lhes disse: Sim; nunca lestes: Pela boca dos meninos e das criancinhas de peito, tiraste o perfeito louvor?" (Mt 21:16).

Nesta previsão, o salmista registra que as crianças estavam clamando ao Filho de Davi misericórdia, para calarem os adversários de Cristo, ou seja, os inimigos que, nesse evento, tratavam-se dos escribas e dos fariseus.

"Tu ordenaste força, da boca das crianças e dos que mamam, por causa dos teus inimigos, para fazer calar ao inimigo e ao vingador" (Sl 8:2).

O termo grego ἀντίδικος[4] transliterado antidikos, traduzido por adversário, possui o significado de oponente, inimigo, adversário. Já no Antigo Testamento, o termo צָרָר transliterado tsarar, pode se referir a um inimigo pessoal, como

expresso na lei: “Se encontrares o boi do teu inimigo ou o seu jumento, desgarrado, sem falta lhe reconduzirás” (Êx 23:4), mas, também, foi utilizado pelos profetas para descrever os opositores de Cristo.

Os adversários, os inimigos do Filho do homem, eram os seus próprios familiares, pois não O compreendiam e com Ele se escandalizavam: “Sabendo, pois, Jesus, em si mesmo, que os seus discípulos murmuravam disto, disse-lhes: Isto escandaliza-vos?” (Jo 6:61).

Alcançar justiça superior à dos escribas e dos fariseus, por meio das obras da lei, é impossível, ao que Jesus propõe, por parábola, a qualquer que se opusesse a Ele, rejeitando a sua doutrina, o que se segue:

“Sê disposto para com o teu adversário...”, ou “Concilia-te, depressa, com o teu adversário...” (Mt 5:25).

Enquanto a proposta comportamental do cristão é de ter paz com todos os homens, se possível, Jesus orienta a multidão, através do Sermão da Montanha, que fossem dispostos para com o adversário, ou seja, que, urgentemente, se conciliassem com aquele que se opunham a eles, enquanto estavam no caminho: “Se for possível, quanto estiver em vós, tende paz com todos os homens” (Rm 12:18).

“Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão. Em verdade, te digo que, de maneira nenhuma, sairás dali, enquanto não pagares o último ceutil” (Mt 5:25-26).

Daí vale questionar: É só se reconciliar com os inimigos, que se adquire direito de entrar no reino dos céus? É certo que não, pois o homem é salvo, somente pela fé em Cristo!

Vale destacar que o ‘adversário’ com quem Jesus ordena aos judeus se reconciliarem, possui maior autoridade que eles, pois é capaz de entregá-los ao juiz. Quem é o ‘adversário’, que os ouvintes de Jesus deveriam conciliar? Por que o adversário que deveriam conciliar está no singular e não no plural?

Uma multidão de ouvintes e só um adversário, com quem deviam estar dispostos,

pois ninguém consegue pagar uma dívida com Deus! (Sl 49:7-9; Mt 5:26).

“Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz e o juiz te entregue ao oficial e te encerrem na prisão” (Mt 5:25).

Continua:

O Sermão do Monte e o adultério

[1] “5.21 — Ouvistes que foi dito. Refere-se aos ensinamentos de vários rabinos, não aos de Moisés. Jesus estava questionando a interpretação dos mestres judeus, não o Antigo Testamento”. O novo comentário bíblico NT, com recursos adicionais — A Palavra de Deus ao alcance de todos. Editores: Earl Radmacher, Ronald B. Allen e H.Wayne House, Rio de Janeiro, 2010, pág. 25.

[2] *Reductio ad absurdum* (latim para “redução ao absurdo”[1] , provavelmente, originário do grego ἡ εἰς ἄτοπον απαγωγή, transl. “e eis átopon apagoge”, que significaria algo próximo a “redução ao impossível”, expressão, frequentemente, usada por Aristóteles, também, conhecida como um argumento apagógico, “Reductio ad impossibile ou, ainda, prova por contradição, é um tipo de argumento lógico, no qual, alguém, assume uma ou mais hipóteses e, a partir destas, deriva uma consequência absurda ou ridícula e, então, conclui que a suposição original deve estar errada. O argumento se vale do princípio da não-contradição (uma proposição não pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa) e do princípio do terceiro excluído (uma proposição é verdadeira ou é falsa, não existindo uma terceira possibilidade)”, Wikipédia.

[3] “3415 μναομαι (mnaomai), voz média, derivado de 3306 ou, talvez, da raiz de 3145 (da ideia de fixação na mente ou, de posse mental); v 1) fazer lembrar, 1a) relembrar ou, voltar à mente, fazer-se lembrar de, lembrar, 1b) ser trazido à memória, ser lembrado, ter em mente, 1c) lembrar algo, 1d) estar atento a”, Dicionário Bíblico Strong; “3403 μιμνησκω (mimnesko), forma prolongada de 3415 (do qual algo dos tempos são emprestados); v 1) fazer lembrar, 1a) recordar,

voltar à mente, lembrar-se de, lembrar, 1b) ser trazido à mente, ser lembrado, ter na lembrança, 1c) lembrar algo, 1d) estar atento a”, Dicionário Bíblico Strong.

[4] *“476 αντιδικος (antidikos), de 473 e 1349; TDNT - 1:373,62; n m 1) oponente, 1a) um oponente em um caso de lei, 1b) adversário, inimigo”.* Dicionário Bíblico Strong.

Com quem Caim se casou?

O objetivo do escritor do Gênesis é destacar quais foram os homens que, na história da humanidade, buscaram a Deus. Caim só entrou na narrativa, diferentemente dos outros filhos e filhas de Adão que não foram mencionados, porque Caim matou Abel, evidenciando que aqueles que são do maligno perseguem os justos desde os primórdios da humanidade.

Com quem Caim se casou?

“E rejeita as questões loucas, e sem instrução, sabendo que produzem contendas.” (II Timóteo 2:23)

Introdução

Esta é uma pergunta que importuna muitos cristãos, fomenta muitas explicações e deságua em inúmeras especulações.

É primordial seguirmos a recomendação do apóstolo Paulo diante de qualquer questão semelhante: não fazer inferência daquilo que não está registrado nas Escrituras

“... para que em nós aprendais a não ir além do que está escrito...” (1Co 4:6).

Ler e compreender as Escrituras demanda atentar somente para o que nela está escrito.

Descobrir o nome dos proprietários do jumentinho que Jesus utilizou ao entrar em Jerusalém não acrescenta e nem diminui nada à essência do evangelho (Lc 19:33). Ficar preocupado em saber qual a aparência física de Jesus não promove edificação da igreja.

Evocando o mesmo princípio, o interprete deve considerar que desconhecer nomes de alguns personagens bíblicos, relações de parentescos entre eles, datas, localizações geográficas, etc., não depõe contra a veracidade do evento narrado e nem deve ser considerado imprescindível à interpretação do texto.

A criação

Pela narrativa percebe-se que o escritor do Gênesis após discorrer sobre a criação centra-se em eventos que possibilitem ao leitor acompanhar o desenvolvimento da linhagem escolhida por Deus para a vinda do Messias ao mundo, permitindo estruturar a árvore genealógica de Adão até Cristo (Lc 3:38).

O autor primeiro descreve a criação e deixa claro que o homem no projeto da criação foi concebido macho e fêmea. Em seguida o autor narra como Deus formou o homem: Adão do pó da terra e Eva foi tirada da costela de Adão. Deus plantou um jardim e colocou o homem no jardim para guarda-lo. Por último está registrado os eventos da tentação, a queda e a expulsão do casal do jardim.

Adão gerou filhos e filhas

Após o casal ser expulso do paraíso (Gn 3:24), Adão gerou filhos e filhas, conforme se lê:

“E foram os dias de Adão, depois que gerou a Sete, oitocentos anos, e gerou filhos e filhas” (Gn 5:4).

O casal expulso do Éden era fecundo conforme a expressa bênção de Deus (Gn 1:22 e 28), e os métodos contraceptivos eram desconhecidos. Pela quantidade de

anos que Adão viveu, certamente o casal teve muitos filhos e filhas.

O registro de que Adão gerou filhos e filhas encontra-se no capítulo seguinte ao evento envolvendo Caim e Abel. Embora este registro só apareça após a morte de Abel, não significa que só existiam Caim e Abel quando os dois irmãos resolveram apresentar uma oferta a Deus (Gn 4:1).

A narrativa do capítulo 1 de Gênesis é genérica quando descreve a criação do homem (macho e fêmea) e a bênção de serem fecundos de modo a frutificarem e multiplicarem para povoar a terra (Gn 1:27 -28). Vale destacar que, apesar do registro da bênção de frutificar e multiplicar constar no capítulo 1, Adão só conheceu a sua mulher após a queda, quando expulsos do Éden (Gn 4:1).

Por que é necessário afirmarmos que Adão teve relação sexual com Eva somente após a queda? Porque há quem especule que durante o tempo em que estiveram no jardim do Éden, Adão e Eva poderiam ter tido filhos e filhas em função da seguinte declaração divina:

“E à mulher disse: multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido” (Gn 3:16).

Há quem diga que, se Deus multiplicou grandemente a dor da mulher, isto dá a entender que, antes da queda, Eva já havia sentido dores de parto.

Para desfazer os equívocos que há por trás destes entendimentos, vale destacar que a tradução para o português do texto hebraico deixa a desejar quanto à exposição da ideia do escritor do Gênesis, pois a dor que Deus multiplicou com relação à mulher é diferente da dor da concepção. Durante a gravidez a mulher geraria filhos com dores (Gn 3:16), porém, foi acrescido à mulher dor de ordem emocional.

Um casal foi expulso do Éden

O texto no Hebraico não deixa aberta a possibilidade de considerar que o casal teve filhos antes da ofensa, visto que somente duas pessoas foram expulsas do Éden.

O apóstolo Paulo enfatiza que por uma só ofensa todos pecaram, portanto, o casal

só teve filhos após a queda, isto porque todos os homens foram afetados pelo pecado quando ainda estavam na coxa de Adão (assim como o escritor aos Hebreus afirmou que Levi deu dízimo a Melquisedeque ainda na coxa de Abraão). Se antes da ofensa Adão tivesse filhos no Éden, o pecado não teria atingido todos os homens.

Percebe-se na narrativa que o evento que chamou a atenção do escritor após a expulsão do casal do Éden foi a interrupção prematura da existência de um homem justo, por isso a narrativa do homicídio.

O escritor aos hebreus deixou registrado que, pela fé Abel ofereceu melhor sacrifício que Caim (Hb 11:4), portanto, Abel poderia ser alguém que ordenaria bem a sua casa (linhagem), e ensinasse os seus descendentes a buscarem a Deus. Ordenar a casa é o mesmo que ter cuidado com a linguagem, assim como ocorreu com Sete e Abraão (Gn 18:19 ; Dt 25:9).

É importante notar que a genealogia de Caim foi registrada até nascer Lameque, homem sanguinário que, além de matar dois homens, gabava-se do seu feio junto as suas duas mulheres, o que indica que Caim não ‘ordenou’ a sua casa (Gn 4:23).

Caim foi um dos filhos de Adão e Eva após o casal ser expulso do Éden, o que significa dizer que não há como precisar se Caim era ou não o primogênito do casal. Se fosse, provavelmente o narrador teria declinado este fato. Também não consta a idade de Caim e Abel quando resolveram apresentar uma oferta a Deus.

A única informação que consta é que Caim era [lavrador da terra](#) (Gn 4:2) e, após ser rejeitado pelo Senhor, bem como a sua oferta, matou o seu irmão Abel e foi habitar na terra de Node, que significa ‘nômade’ ou ‘errante’.

As ofertas de Caim e Abel

Logo após a narrativa da expulsão do casal do Éden, o escritor foca a narrativa em dois filhos do casal: Caim e Abel. Primeiro é narrado o evento da rejeição de Caim e da sua oferta e em segundo lugar o evento do homicídio de Abel.

Quando é narrada a história de Caim e Abel, o escritor centra-se nos eventos que

envolveram os dois irmãos, mais isto não significa que Adão e Eva ainda não tivessem outros filhos e filhas antes ou até mesmo durante os eventos narrados acerca de Caim e Abel.

Se não houvesse a morte de Abel, certo é que o escritor apresentaria a árvore genealógica de Abel, pois dele é dito que buscou a Deus e foi aceito. Mas, com a morte prematura de Abel, pois ele não teve filhos, o escritor centrou-se em descrever a linhagem de Caim, e depois a linhagem de Sete.

O objetivo do escritor do Genesis é destacar quais foram os homens que, na história da humanidade, buscaram a Deus. Caim só entrou na narrativa, diferentemente dos outros filhos e filhas de Adão que não foram mencionados, porque Caim matou Abel, evidenciando que aqueles que são do maligno perseguem os justos desde os primórdios da humanidade.

“Não como Caim, que era do maligno, e matou a seu irmão. E por que causa o matou? Porque as suas obras eram más e as de seu irmão justas” (1Jo 3:12).

Adão e Eva tiveram muitos filhos e filhas além de Caim e Abel, mas nenhum outro ganhou notoriedade a não ser Sete. Por quê? Porque com o nascimento de Enos, filho de Sete, os homens começaram a buscar a Deus (Gn 4:26).

O objetivo do registro histórico dos eventos envolvendo os primórdios da humanidade tem em vista a linhagem do Messias. Sem esses registros não seria possível acompanhar como se deu o cumprimento da promessa feita no Éden com relação ao descendente da mulher (Gn 3:15).

A narrativa do Gênesis não especifica o tempo transcorrido entre o momento em que Caim saiu da presença de Deus e ficou habitando em Node.

Caim na terra de Node

É impossível precisar se Caim casou-se na cidade de Node, ou se já convivia com sua mulher quando matou Abel. É impossível precisar se Caim já era casado quando saiu presença de Deus e levou consigo uma mulher, ou se somente quando chegou em Node casou-se. Só temos a informação de que na terra de

Node Caim ‘conheceu’ (teve relação sexual) a sua mulher e ela concebeu e deu a luz Enoque (Gn 4:17).

A Bíblia não apresenta o nome da mulher de Caim, portanto, não há como saber com quem casou Caim. O escritor também não descreve o grau de parentesco entre Caim e sua mulher, ou seja, a única coisa certa é que a mulher de Caim também era descendente de Adão e Eva. Portanto, é impossível encontrar ou dar uma resposta à pergunta: - ‘Com quem Caim casou-se’?

Quando matou Abel, Caim ficou com medo de que qualquer que o encontrasse daquele momento em diante o matasse, o que indica que à época do homicídio já havia sobre a terra muitas pessoas. A narrativa nos dá a entender que à época já havia pequenas aldeias e cidades organizadas, e todos eram descendentes de Adão e Eva.

“Então disse Caim ao SENHOR: É maior a minha maldade que a que possa ser perdoada. Eis que hoje me lanças da face da terra, e da tua face me esconderei; e serei fugitivo e vagabundo na terra, e será que todo aquele que me achar, me matará” (Gn 4:13)

Qual era a idade de Caim quando matou Abel? Vinte anos? Cem? Não temos como precisar, mas uma coisa é certa: a terra já estava povoada, tanto que Caim habitou em uma cidade de nome Node.

Caim teve relação sexual com sua mulher e, com a concepção e nascimento do seu filho, Caim edificou uma cidade e deu o nome do seu filho à cidade: Enoque.

Por causa de evidências no texto é possível afirmar que outros filhos e filhas de Adão e Eva já estavam se reproduzindo e ocupando a terra quando Caim matou Abel.

Caim e Abel eram adultos quando resolveram apresentar a Deus uma oferta, sendo que Abel cuidava de ovelhas e Caim cuidava a terra. Por ter matado Abel, a pena de Caim foi não ter forças para desempenhar o seu ofício de lavrador da terra, de modo que se tornou um fugitivo na face da terra (Gn 5:12).

Dentre as variáveis possíveis e provável, Caim conviveu maritalmente com uma das filhas de Adão e Eva ou com uma das filhas ou netas dos seus irmãos.

A origem das civilizações

Quando se pergunta: - “*Com quem Caim casou-se*”, na verdade as pessoas querem saber se Caim casou com uma de suas irmãs (filhas de Adão e Eva). Ora, ele pode ter coabitado com uma de suas irmãs ou com uma neta, bisneta, tataraneta de Adão.

A pergunta: - “Com quem casou-se Caim” também pode ser formulada acerca de Sete, e dos outros filhos e filhas de Adão e Eva. O objetivo da pergunta é fomentar especulações acerca da origem da humanidade e lançar descredito a narrativa bíblica.

A pergunta ganha ‘notoriedade’ pelo fato de ter havido relações entre irmãos no início da história da humanidade, o que mais tarde foi proibido e damos o nome de incesto a tais relacionamentos.

Ora, o que permitiu que a humanidade se multiplicasse sobre a face da terra decorre das famílias que surgiram da convivência marital entre os filhos de Adão e Eva. Quando apresentamos uma resposta positiva para as relações entre irmãos nos primórdios da humanidade, os críticos da Bíblia acreditam que colocam em xeque os ensinamentos das Escrituras.

Vale destacar que, quando analisamos a história de Adão e Eva, não estamos trabalhando com símbolos ou mitos. Na verdade, o início da raça humana deu-se precisamente através de um casal: Adão e Eva.

No início Deus não criou um clã, ou uma comunidade ou uma população de indivíduos compostos por homens e mulheres simplesmente para evitar relações incestuosas. Adão e Eva não tiveram filhos antes de serem expulsos do Éden e nem havia certa população de indivíduos fora do jardim que viviam distantes do casal.

Destaco que não houve evolução e nem colonização da terra por extraterrestres, o que muitos cristãos especulam após assistirem documentários com base na falsa ciência.

Para entendermos a Bíblia precisamos considerar o que está registrado, e não fazer meras especulações. Adão e Eva, além de Caim e Sete, tiveram filhos e filhas, porém, a Bíblia não diz quantos, mas o número foi suficiente para

ocorrerem casamentos entre eles e formar uma população que povoou a terra “E foram os dias de Adão, depois que gerou a Sete, oitocentos anos; e gerou filhos e filhas” (Gn 5:4).

A origem das famílias na terra se deu através de relações incestuosas: irmãos casaram com irmãs, tios casaram com sobrinhas, etc. À época tais relações não eram socialmente recriminadas ou vetadas. O casamento e as relações sexuais eram vistos do ponto de vista funcional, diferente do que hoje vemos na nossa sociedade, que se fundamenta em viés emocional.

O incesto era errado à época? Não! Nem a ideia por trás do termo ‘incesto’ era cogitado à época. Da mesma forma que o conceito ‘nu’ não existia antes da queda e andar nu não foi o que separou o homem de Deus. Conceitos e condutas foram surgindo e alguns foram vetados através das relações e interações socioculturais.

A história da humanidade iniciou-se com um casal, que evoluiu para uma família e, daí por diante, formaram-se tribos, cidades, comunidades, etc. As regras sociais, morais e, até mesmo as leis foram surgindo das relações sociais, ou seja, Deus não impôs regra alguma aos homens, antes os homens estabeleceram leis para si guiando-se pelo que entendiam ser certo e errado. Naturalmente a humanidade se guia-se através do certo e errado, mesmo não tendo leis.

“Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; Os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os” (Rm 2:14 -15).

O apóstolo Paulo ao tecer crítica aos religiosos judeus deixa claro que os gentios não possuem lei, pois Deus não deu leis a eles. Porém, naturalmente os gentios praticam as condutas descritas na lei, pois mesmo não tendo uma lei como a lei de Moisés, para si mesmos criam leis.

Andar nu antes da ofensa de Adão não era pecado, e após a queda também não é pecado. Porém, do ponto de vista social é errado andar nu entre os nossos semelhantes, mas não é o andar nu que separou ou separa o homem de Deus.

Se o homem anda nu está separado de Deus e descumpre regras sociais e será julgado pelos homens, mas se o homem anda vestido descentemente, igualmente

separado está de Deus tanto quanto aquele que anda nu. O único diferencial entre qualquer que anda nu e qualquer que cobre a sua nudez é que este não será julgado e apenado pelos homens como aquele.

O que separou o homem de Deus e que a Bíblia nomeia pecado foi a ofensa de Adão que trouxe condenação sobre todos os homens: tanto os que obedecem regra sociais, quanto sobre aqueles que não obedecem. O pecado entrou no mundo pela desobediência de um homem: Adão, e todos os seus descendentes se tornaram pecadores porque a condenação à morte passou a todos os homens.

Quando o casal no Éden percebeu que estava nu, coseu folhas para cobrir a nudez, mas Deus nada havia ordenado acerca da necessidade de cobrir a nudez (Gn 3:7). Ora, estar nu não era pecado e nem tem conexão com o pecado. O pecado decorreu da ofensa de um só homem que desobedeceu (Rm 5:19 ; 1Co 15:21 -22), e a descoberta de que estavam nus foi proveniente do conhecimento do bem e do mal que a árvore proporcionou (Gn 3:4).

Com o passar do tempo e com o surgimento de organizações sociais mais complexas que as famílias e os clãs, regras sociais foram surgindo e norteando o comportamento dos indivíduos e as relações entre eles, assim como surgiu a regra de cobrir a nudez quando Adão e Eva perceberam que estavam nus.

Quando Adão ouviu soar a voz de Deus no jardim do Éden, como era de costume na viração do dia, Adão teve medo, não por sua desobediência a Deus, mas por estar nu (Gn 3:10 ; Gn 2:16 -17). Todos os dias o casal se apresentava diante de Deus nu, mas o pecado que os condenou à morte teve menos importância para eles que o fato de estar nu.

Hoje a sociedade ocupa-se das mesmas questões que Adão e Eva: da conduta diária, porém, não se apercebe que o problema que afetou a humanidade no Éden decorre da ofensa de um só homem que pecou.

Daí a importância da Bíblia, pois ela traz à memória dos homens que se deixam instruir acerca da necessidade de um mediador entre Deus e os homens. Que era necessário alguém que, diferentemente de Adão, obedecesse a Deus em tudo, e por meio dele - Cristo - o homem é livre da condenação de Adão.

No início da história da humanidade não havia leis escritas, e as regras sociais surgiram das relações e interações entre os homens ao longo do tempo. Muitas

regras sociais convencionadas pelos homens foram validadas por Deus, como foi o fato de Deus prover para o casal túnicas de peles (Gn 3:21).

Em suma, a lei dada por Deus por intermédio de Moisés caracteriza o cuidado de Deus para com o seu povo e, ao mesmo tempo é uma espécie de validação de diversos costumes próprios às nações à época, o que evidencia que naturalmente a obra da lei está no coração do homem, corroborando o testemunho da consciência (Rm 2:14 -15).

A regra à época era que cada qual tivesse a sua própria mulher, mas quando um homem casado morria e não deixava descendência, o seu irmão ou parente próximo deveria suscitar descendência ao falecido, costume que virou lei em Israel: a 'Lei do Levirato' (Dt 25:5 -10), assim como a proibição de relações sexuais entre diversos parentes próximos (Lv 18:6 -18).

Caim era pecador pelo fato de ter sido gerado de Adão, e não pelo homicídio do seu irmão. Antes mesmo de praticar o homicídio, Caim não foi aceito por Deus e nem a sua oferta. Este evento evidencia que Caim era pecador antes do homicídio, pois quando tentou aproximar-se de Deus confiado que a sua oferta o tornaria agradável a Deus, não foi aceito. Abel aproximou-se de Deus confiado que Ele é galardoador dos que O buscam, pois em todos os tempos qualquer que invocar o nome do Senhor será salvo (Hb 11:4).

É um equívoco entender que quem contraiu matrimônio com um membro da família antes da lei de Moisés não estava em pecado porque a lei só veio muitos anos depois. O apóstolo Paulo demonstra que, mesmo antes da lei os homens já eram pecadores, pois o pecado reinou desde Adão até Moisés, visto que, por causa da ofensa de Adão todos estavam separados de Deus (Rm 5:12 -14).

Deus alerta Caim acerca das suas intenções quando questiona: - **“Por que te iraste? E por que descaiu o seu semblante?”** (Gn 4:6). Em seguida vem uma importante lição para a humanidade em um verso de difícil interpretação: se Caim fizesse o bem ou o mal não era aceito por Deus, pois estava sob domínio do pecado, porém, a despeito do pecado estar à porta (exercendo domínio sobre Caim), mesmo sob domínio do pecado era possível ele controlar o seu desejo (Gn 4:7).

O maior problema de Caim foi herdado do seu pai: a separação de Deus (morte). O maior problema de Adão era a morte, entretanto, ambos, Adão e Caim estavam

preocupados com uma questão menor: esse com as consequências de ter matado o seu irmão e aquele com a vergonha decorrente da nudez.

Desde então a humanidade está preocupada com regras que regem as relações sociais, e se esquecem do problema maior: condenação à morte eterna.

Relações incestuosas

A pergunta: - *'Quem foi a mulher de Caim'* não visa o problema da condenação, e sim através de questões pertinentes as regras sociais contemporâneas colocar em xeque a veracidade da Bíblia. Muitos ligados à teoria da evolução querem colocar em dúvida o fato de Adão ser o primeiro homem do qual originou toda a humanidade.

As regras sociais, a moral e o caráter possuem a sua importância, porém, devemos atentar para o que é essencial e que afeta o homem pela eternidade **“Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas”** (2Co 4:18).

Quando Cristo veio ao mundo não criou novas regras sociais para os seus seguidores, antes evidenciou que, para serem salvos era necessário crer no testemunho que as Escrituras davam acerca d'Ele: **“Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios de água viva correrão do seu ventre”** (Jo 7:38). Cristo anunciou que, quem n'Ele cresse, na verdade crê no Pai que O enviou (Jo 12:44 ; 1Jo 5:9 -10).

O juízo de Deus já foi estabelecido, e todos julgados e condenado à morte pela ofensa (desobediência) de Adão (Rm 5:18). A justiça de Deus foi manifesta em Cristo, pois Ele obedeceu ao Pai em tudo, de modo que por Ele muitos são feitos justos (Rm 5:19). Basta crer que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus vivo que o homem é salvo da condenação e volta à comunhão com Deus.

Mas, além da condenação à morte, também haverá um julgamento de obras no final dos tempos, quando todos os homens perdidos comparecerão ante o Tribunal do Grande Trono Branco. Lá serão julgados quanto as suas ações e intenções dos seus corações.

Caim foi condenado à morte pela desobediência de Adão, e só será julgado com relação ao homicídio de Abel quando diante do Tribunal do Trono Branco (Ec 12:14 ; Ec 3:15). O homem só não comparece ante o Tribunal do Trono Branco se for salvo hoje da condenação de Adão por meio do evangelho.

O problema de Caim diante de Deus não decorre das questões relativas ao homicídio ou do incesto, e nem são estes problemas que afetam a humanidade na sua relação com Deus hoje. Tais questões, na verdade, são evidências de que os homens estão entregues a si mesmos e são guiados pelos seus corações enganosos “Por isso também Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si (...) E, como eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convêm” (Rm 1:24 e 28).

Após o homicídio de Abel é dito que tornou Adão a conhecer Eva e ela concebeu e teve um filho, e colocou o nome de Sete. Apesar de Sete ser o terceiro nome conhecido dos filhos de Adão, não significa que ele foi o terceiro. O nome de Sete foi dado em razão de Eva considerar que Deus dera outro descendente homem em lugar de Abel que fora assassinado por Caim (Gn 4:25).

Sete nasceu quando Adão completou cento e trinta anos (Gn 5:3), mas tal data não dá para precisar a idade de Eva e nem a idade de Caim, ou quanto tempo após a morte de Abel, Eva deu à luz Sete. Cento e trinta anos referem-se à totalidade de anos desde a criação de Adão até o nascimento de Sete, e não se refere ao período entre a morte de Abel e o nascimento de Sete.

Após uma breve narrativa da história de Caim, o escritor se concentra no capítulo 5 do Gênesis em apresentar a linhagem de Sete, pois esta linhagem é relevante para demonstrar a descendência do Messias. Gênesis destaca a geração de Caim, o rejeitado por Deus, e uma geração escolhida para a vinda do Cristo.

As genealogias da Bíblia geralmente seguem a seguinte forma: nome do primogênito, idade do pai quando gerou o primeiro filho e, por fim, arremata que gerou filhos e filhas. Com Adão esta forma é quebrada, pois apesar de gerar filhos e filhas, pela importância da linhagem de Sete, fica evidenciado Sete como o “primogênito”, sem enfatizar os demais filhos.

É comum se omitir o nome das filhas nas genealogias, pois quem gerava filhos eram os homens, e não as mulheres (Gn 5:3 e 7 e 9). Com a morte de Abel, a

Bíblia destaca as linhagens de Caim e de Sete.

É dito de Caim que ele conheceu a sua mulher, portanto ele gerou a Enoque e, que após Caim construiu uma cidade e a nomeou Enoque, o nome do seu filho. Não podemos afirmar que Enoque foi a primeira cidade fundada pelo homem, porém, é certo que Caim fundou uma cidade, o que sugere que existiam pessoas suficiente à época para tal empreitada.

Em seguida o escritor se resigna a registrar que Enoque gerou Irade, e Irade gerou a Meujael, e Meujael gerou a Metusael, e Metusael gerou a Lameque.

Ao falar de Lameque, o escritor apresenta o nome de duas mulheres: Ada e Zilá.

Por que o escritor quis evidenciar o primeiro caso de poligamia? De maneira alguma. A poligamia de Lameque, neto de Caim, só foi destacada para demonstrar que Jabal, nascido de Ada habitava em tendas e possuía gado e o seu irmão Jubal era instrumentista musical, pois tocava harpa e órgão.

Já os bisnetos de Caim nascidos de Zilá foi Tubalcaim, mestre em toda obra com cobre e ferro, e a sua irmã, Naamá.

O escritor do Gênesis destaca que Lameque matou dois homens e gabava-se do seu feito com suas duas mulheres.

Nada mais é dito de Caim no Livro do Gênesis, e o escritor se volta para genealogia de Sete, desde o seu nascimento até destacar a pessoa de Noé. Um fato importante que o [escritor do Gênesis](#) destaca é que, após Sete gerar Enos é que se começou a invocar o nome do Senhor (Gn 4:26).

Hoje sentimos total aversão à ideia que o termo incesto encerra, porém, no início da humanidade não era assim e nem podia ser assim, pois seria impossível a multiplicação da humanidade.

Para um cristão, é errado ter um comportamento fornicário como alguém que conviva maritalmente com sua madrasta, como foi dito pelo apóstolo Paulo aos cristãos de Corintos. Ele lembra que, nem mesmo entre os gentios havia tal comportamento (1Co 5:1 -2), quiçá no seio da igreja.

Mas, à época de Abraão, vemos que o patriarca convivia maritalmente com sua meia irmã:

“E, na verdade, é ela também minha irmã, filha de meu pai, mas não filha da minha mãe; e veio a ser minha mulher; E aconteceu que, fazendo-me Deus sair errante da casa de meu pai, eu lhe disse: Seja esta a graça que me farás em todo o lugar aonde chegarmos, dize de mim: É meu irmão” (Gn 20:12-13).

Depreende-se do texto que, à época, já havia se convencido que irmãos e irmãs de mesmos pais não deviam coabitar, porém, como Sarai era filha somente de Tera, pai de Abraão, mas não era filha da mãe de Abraão, que esta condição de meio-irmão permitiu que casassem.

Com o advento da lei mosaica, uniões como a de Abrão e Sarai, ou união como a de Jacó com duas irmãs, Lia e Raquel, foram terminantemente proibidas.

As pessoas se organizaram em clãs, tribos, etc., e casavam-se entre si sem qualquer distinção. Mas, quando alguém da linhagem escolhida para vir o Messias ia casar, geralmente procuravam alguém de sua própria parentela “Mas que irás à minha terra e à minha parentela, e dali tomarás mulher para meu filho Isaque” (Gn 24:4).

Embora não seja possível sabermos o nome da mulher de Caim, assim como é impossível saber o nome da mãe de Davi, a pergunta subjacente foi respondida: os filhos e as filhas de Adão e Eva coabitaram e formaram as primeiras famílias da face da terra.

Iniquidade é transgressão de qual lei?

Havia alguma lei a ser guardada pelo gentio Abrão? Não, pois nada havia sido ordenado aos homens! Mas, quando foi dito a Abraão que ele teria uma descendência numerosa sobre a face da terra, mesmo não tendo filhos, Abraão creu, e isto lhe foi imputado por justiça. Observe que não havia lei e nem mesmo a circuncisão.

Iniquidade é transgressão de qual lei?

A primeira atitude de muitos quando procuram definir o que é 'iniquidade' centra-se em buscar o significado do termo na língua grega. Primeiro demonstram que o termo vem do Grego 'ἀνομία' [anomia] (Substantivo feminino), e que, dependendo da frase, assume a conotação de 'negação da lei', 'ilegalidade', 'falta de conformidade com a lei', 'violação da lei', 'desacato à lei', 'iniquidade', 'impiedade', 'pecado', etc.

O termo ἀνομος [anomos] traduzido por iniquidade é composto por um prefixo 'ἀ' [a] que desempenha a ideia de ausência, falta, exclusão e o termo νομος [nomos] "lei". Dai a construção "sem lei", "ausência de lei".

O próximo passo restringe-se a determinar quantas vezes o termo é utilizado no Novo Testamento. Contabilizando, chega-se ao consenso de que a palavra ἀνομία [anomia] aparece 15 vezes no Novo Testamento.

Tudo o que foi visto acima é verdadeiro, mas, a análise não dá base para afirmar que a lei de Moisés, como faziam os judaizantes, é o meio pelo qual o homem alcança a salvação, é recalcitrar contra a verdade do evangelho.

Pelo fato de 'iniquidade' ser o mesmo que 'negação da lei', interpretar o versículo que diz: **"E, por se multiplicar a iniquidade, o amor de quase todos se esfriará"** (Mt 24:12), como sendo 'negação da lei' (iniquidade) o não guardar a lei mosaica é desconsiderar o contexto do versículo.

No verso anterior Jesus alerta que surgiriam muitos falsos profetas, e que enganariam a muitos (Mt 24:11). Qual a ação dos falsos profetas? Trazer uma mensagem adversa da ordenada por Deus, ou seja, uma mensagem que transtorna o mandamento de Deus. No contexto do Novo Testamento qual é o mandamento de Deus? A resposta é: crer no enviado de Deus! **"E o seu mandamento é este: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo..."** (1Jo 3:23).

Com a vinda do Messias, o mandamento de Deus resume-se na seguinte 'obra': **"Que creiais naquele que ele enviou"** (Jo 6:29). Quem faz a obra determinada por

Deus, que é crer em Cristo, se fez servo, portanto, cumpriu o mandamento de Deus como o fez Abraão que, mesmo antes de ser dada a lei de Moisés cumpriu todos os preceitos de Deus **“Porquanto Abraão obedeceu à minha voz, e guardou o meu mandado, os meus preceitos, os meus estatutos, e as minhas leis”** (Gn 26:5).

A lei mosaica só foi dada 430 anos após Abraão ter obedecido à voz de Deus, e Deus deu testemunho de Abraão, um gentio da cidade de Ur dos Caldeus, de que guardou todas as suas leis.

Havia alguma lei a ser guarda pelo gentio Abrão? Não, pois nada havia sido ordenado aos homens! Mas, quando foi dito a Abraão que ele teria uma descendência numerosa sobre a face da terra, mesmo não tendo filhos, Abraão creu, e isto lhe foi imputado por justiça. Observe que não havia lei e nem mesmo a circuncisão.

Somente após Abraão crer é que Deus instituiu a circuncisão do prepúcio da carne, como símbolo da aliança firmada entre Deus e Abraão, e que os descendentes da carne de Abraão deveriam guardar (Gn 17:9). A circuncisão não era a aliança, antes a circuncisão era símbolo da aliança estabelecida entre Deus e Abraão.

Quando Abraão fez a circuncisão do prepúcio da carne era gentio e justo diante de Deus. Dai a pergunta do apóstolo Paulo: **“Vem, pois, esta bem-aventurança sobre a circuncisão somente, ou também sobre a incircuncisão?”** (Rm 4:9).

Para um judaizante, a bem-aventurança prometida Abraão só é possível quando o homem circuncida o prepúcio da carne, mas se observarmos Abraão, verifica-se que o selo da circuncisão só foi determinado após Abraão ter tido o testemunho das Escrituras de que era justo diante de Deus (Gn 15:6 ; Gn 17:24 ; **“ENTÃO alguns que tinham descido da Judéia ensinavam assim os irmãos: Se não vos circuncidardes conforme o uso de Moisés, não podeis salvar-vos”** At 15:1).

Deus não fez promessa a Abraão por intermédio da lei de Moisés, antes por meio da palavra da fé, ou seja, da promessa (Rm 4:13). Abraão vivia sem lei quando lhe foi feita a seguinte promessa: **“E abençoarei os que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra”** (Gn 12:3).

Se observarmos a mensagem dos judaizantes: - ‘Se não vos circuncidardes

conforme o uso de Moisés, não podeis salvar-vos', tem-se nesta determinação a fala de um falso profeta, pois diz algo que Deus não falou. Daí a necessidade de observarmos o que disse o apóstolo Paulo: **"Eis que eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará. E de novo protesto a todo o homem, que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei. Separados estais de Cristo, vós os que vos justificais pela lei; da graça tendes caído"** (Gl 5:2 -4).

Quando Jesus disse que surgiriam muitos falsos profetas, Ele tinha em vista as inúmeras pessoas que surgiriam anunciando mensagens utilizando o nome de Deus, porém, negando obra realizada por Cristo. Sobre este assunto asseverou o apóstolo Paulo: **"Tendo aparência de piedade, mas negando a eficácia dela. Destes afasta-te"** (2Tm 3:5).

Qual o significado de piedade neste verso? Seria: *"amor e respeito às coisas religiosas; religiosidade; devoção; Pena dos males alheios; compaixão, dó, comiseração"*? Não! Piedade neste verso é o mesmo que 'evangelho'. Tem aparência de evangelho, porém, negam a eficácia.

Tal sentido do termo piedade depreende-se da seguinte passagem bíblica: **"E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: Deus se manifestou em carne, foi justificado no Espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo, recebido acima na glória"** (1Tm 3:16). O mistério da piedade diz do evangelho de Cristo (), portanto, todos quantos quiserem viver segundo a palavra do evangelho, sofrerão perseguições (2Tm 3:12).

Mensagens como: É necessário circuncidar-se; É necessário guardar os sábados; É necessário abster-se de alimentos; É necessário abster-se de casar-se, são todas falsas profecias. Qualquer que dar ouvidos a tais mensagens, da graça de Cristo caiu.

Ora, tais mensagens são negações do mandamento de Deus (iniquidade), pois o seu mandamento é: **"Quem crer e for batizado será salvo..."** (Mc 16:16). Foi Deus que estabeleceu uma Pedra preciosa em Jerusalém, Jesus, o Cristo **"Por isso também na Escritura se contém: Eis que ponho em Sião a pedra principal da esquina, eleita e preciosa; E quem nela crer não será confundido"** (1Pd 2:6).

Ora, por se multiplicar as mensagens de engano, as mensagens dos falsos profetas, a obediência de muitos seria anulada. Ora, o verso: **"E, por se**

multiplicar a iniquidade, o amor se esfriará de quase todos” (Mt 24:12), foi dito por enigmas, portanto, é uma parábola.

Como é possível aumentar a iniquidade? O que se multiplica é a mensagem de engano, pois surgiriam muitos falsos profetas e anticristos “AMADOS, não creiais a todo o espírito, mas provai se os espíritos são de Deus, porque já muitos falsos profetas se têm levantado no mundo” (1Jo 4:1). Com o surgimento de muitos falsos profetas a mensagem de engano aumenta, conseqüentemente, o mandamento contido no evangelho de Cristo deixa de ser anunciado.

Se a necessidade de crer em Cristo não é anunciada, antes outra mensagem é divulgada, tem-se a iniquidade, ou seja, ausência da lei, do mandamento. Sem o mandamento não há amor, pois ama aquele que cumpre o mandamento “Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado de meu Pai, e eu o amarei, e me manifestarei a ele” (Jo 14:21).

Ou seja, quando Jesus aponta que o amor se esfriará, Ele estava demonstrando que, em virtude da ausência do mandamento verdadeiro (iniquidade), a obediência (amor) diminui, esfria.

É neste sentido que Jesus pergunta: Quando, porém vier o Filho do homem, porventura achará fé na terra? O termo fé deve ser compreendido como a mensagem do Filho do homem. Cristo é a Fé, a fé que havia de se manifestar, portanto, sem a sua mensagem não há fé, pois a Fé que a Bíblia faz alusão tem a capacidade de residir nos homens (Gl 3:23 ; 2Tm 1:5). A Fé que Jesus faz menção refere-se ao fundamento de Deus, que é firme e faz o homem agradável a Deus (2Tm 2:19 : Hb 11:1).

Ao escrever a Timóteo, o apóstolo Paulo alerta quanto às falsas doutrinas “Como te roguei, quando parti para a Macedônia, que ficasses em Éfeso, para advertires a alguns, que não ensinem outra doutrina, nem se deem a fábulas ou a genealogias intermináveis, que mais produzem questões do que edificação de Deus, que consiste na fé; assim o faço agora” (1Tm 1:3 -4).

Quando se ensina outra doutrina, instala-se a iniquidade, pois transtorna o mandamento de Deus. A edificação em Deus consiste na fé, no firme fundamento estabelecido por Ele, que é firme e permanente.

Ora, sabemos que hoje estamos mais próximo do fim (Rm 13:11), porém, o que se observa é que as pessoas tem-se tornado mais crédulas, visto que muitos dizem acreditar em Deus, no impossível, em milagres, no impossível, etc. Mas, a questão é: quando o Filho do homem voltar, a sua mensagem, a palavra da fé estará sendo anunciada ao mundo?

O que foi manifesto aos homens? Cristo foi manifesto, portanto, foi manifesto a palavra, ou seja, a fé: “Mas a seu tempo manifestou a sua palavra pela pregação que me foi confiada segundo o mandamento de Deus, nosso Salvador” (Tt 1:3); “Mas, antes que a fé viesse, estávamos guardados debaixo da lei, e encerrados para aquela fé que se havia de manifestar” (Gl 3:23).

Dai a explicação: “Ora, o fim do mandamento é o amor de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida. Do que, desviando-se alguns, se entregaram a vãs contendas; Querendo ser mestres da lei, e não entendendo nem o que dizem nem o que afirmam” (1Tm 1:5 -7).

Neste verso o apóstolo aponta qual é o objetivo do mandamento de Deus: a obediência de um coração puro que abraça uma fé genuína. O mandamento neste verso diz do evangelho de Cristo, e não da lei mosaica. Quando se ensina a doutrina de Cristo, temos um mandamento que demanda obediência, ou seja, é preciso crer no enviado de Deus.

O objetivo, a finalidade do mandamento de Cristo é a obediência de coração, o que trás uma boa consciência e uma crença genuína. Mas, quando há a distorção, o desvio da verdade, surge a ‘contenda’. É o que o apóstolo Paulo nomeia de ‘vinho da contenda’, do qual o cristão deve se abster, ou seja, do ensinamento dos judaizantes “Mas não entres em questões loucas, genealogias e contendas, e nos debates acerca da lei; porque são coisas inúteis e vãs” (Tt 3:9).

Perceba que ‘contenda’ é uma FIGURA utilizada para fazer referência à doutrina dos judaizantes “Do que, desviando-se alguns, se entregaram a vãs contendas” (1Tm 1:6). A doutrina dos judaizantes é o ardente vinho de serpentes “O seu vinho é ardente veneno de serpentes, e peçonha cruel de víboras” (Dt 32:33 ; Ef 5:18).

O mandamento de Deus é: creiam no nome do meu Filho (1Jo 3:23). Qualquer que não crê nunca conheceu o Pai e nem o Filho, de modo que naquele dia ouvirá: “Nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade” (Mt 7:23). Ora, os judaizantes confessam com a boca que amam a Deus, porém, negam-No

com as suas obras. Estes verdadeiramente negam a lei de Deus! **“Quem não me ama não guarda as minhas palavras; ora, a palavra que ouvistes não é minha, mas do Pai que me enviou”** (Jo 14:24).

Os judaizantes estão em iniquidade porque dizem amar a Deus, mas se negam obedecer ao mandamento de Deus, que é crer em Cristo. Ora, quem confessa que Jesus é o Cristo, está em Deus e Deus nele (1Jo 4:15), de modo que conheceu a Deus (1Jo 4:7), pois para ser nascido de Deus é necessário receber poder (Jo 1:12), o que é concedido aos que creem em Cristo.

Mas, a qualquer que conhece a Deus, ou seja, que creu em Cristo, jamais deve voltar aos argumentos fracos da lei que tem por base questões de ordem moral e severidade com o corpo **“Mas agora, conhecendo a Deus, ou, antes, sendo conhecidos por Deus, como tornais outra vez a esses rudimentos fracos e pobres, aos quais de novo quereis servir?”** (Gl 4:9).

Os judaizantes dos nossos dias geralmente lançam mão do seguinte verso para expor a ideia de que é necessário guardar a lei: **“Qualquer que comete pecado transgride a lei, pois o pecado é a transgressão da lei”** (1Jo 3:4).

O termo ‘mandamento’ é utilizado por diversas vezes na epístola joanina, porém, somente neste verso o tradutor sentiu-se à vontade para traduzir o mesmo termo por ‘lei’, o que constrói a ideia de que se trata de um código escrito.

No início da carta o apóstolo diz: **“E nisto sabemos que o conhecemos: se guardarmos o seu mandamento”** (1Jo 2:3). Já no verso 23 de 1João 3, temos: **“E o seu mandamento é este: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo ...”**. O correto é traduzir o verso 4 do capítulo 3 da epístola utilizando o termo mandamento: **“Qualquer que comete pecado transgride o mandamento, pois o pecado é a transgressão do mandamento”** (1Jo 3:4).

Dai a pergunta: que ‘mandamento’ quando transgredido, ou ‘lei’ quando transgredida é pecado? Seria a lei de Moisés? É certo que não, pois antes de ser entregue a lei mosaica já havia pecadores no mundo **“Porque até à lei estava o pecado no mundo...”** (Rm 5:13).

Ora, os fariseus cumpriam o que entendiam da lei, porém, Jesus Lhes disse: **“Por isso vos disse que morrereis em vossos pecados, porque se não crerdes que eu sou, morrereis em vossos pecados”** (Jo 8:24). Os fariseus achavam que cumpriam

a lei, porém, Jesus lhes disse: “Não vos deu Moisés a lei? e nenhum de vós observa a lei. Por que procurais matar-me?” (Jo 7:19).

Ora, crer em Cristo é a lei da liberdade. Crer em Cristo é o mandamento, e qualquer que n’Ele não crê, transgrede a lei. A lei que transgredida é pecado e que o evangelista João faz referência não tem por base regras tais como: “Não toques, não proves, não manuseies?” (Cl 2:21).

Entender que a lei de Moisés é eterna e perfeita é desconsiderar o que disse o escritor aos Hebreus: “Dizendo Nova aliança, envelheceu a primeira. Ora, o que foi tornado velho, e se envelhece, perto está de acabar” (Hb 8:13).

A lei foi dada para conduzir os descendentes de Jacó a Cristo, demonstrando que eles eram pecadores, apesar de serem descendentes da carne de Abraão. A lei foi dada aos descendentes da carne de Abraão para demonstrar que todos os homens estavam em igual condição diante de Deus “Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz, aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado” (Rm 3:19 -20).

Antes de chegar a esta conclusão, o apóstolo cita várias passagens da lei e dos salmos que protestavam contras os judeus “Deus olhou desde os céus para os filhos dos homens, para ver se havia algum que tivesse entendimento e buscasse a Deus. Desviaram-se todos, e juntamente se fizeram imundos; não há quem faça o bem, não, nem sequer um. Acaso não têm conhecimento os que praticam a iniquidade, os quais comem o meu povo como se comessem pão? Eles não invocaram a Deus” (Sl 53:2 -4).

Observe que o salmista aponta que não há um justo se quer, e que ninguém buscava a Deus, embora houvesse o povo de Israel na terra. Em um dos salmos citados pelo apóstolo, o salmista faz um protesto contra os obreiros fraudulentos, que se alimentavam de Israel como se fosse pão, porém, não lhes dava a palavra que alimenta “Pois quê? Somos nós mais excelentes? De maneira nenhuma, pois já dantes demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado” (Rm 3:9).

Tais obreiros eram obreiros da iniquidade, ou seja, obreiros que violavam a lei. Eram semelhantes ao juiz iníquo, que apesar de existir um código de leis a serem

seguidas, era avesso ao seu dever. Por que ele era um juiz iníquo? Porque não existia lei? Não! Antes, o iníquo é aquele que não observa o prescrito.

Outro equívoco dos judaizantes está em considerar que Cristo veio cumprir a lei aos moldes daquilo que os judeus executavam, e isto pela seguinte passagem: **“Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir”** (Mt 5:17).

A multidão enquanto ouvia o discurso de Jesus poderia pensar que Ele estava destruindo o que constava na lei e nos profetas. Antes que chegassem a tal entendimento, Jesus se antecipa e afirma categoricamente que não veio anular o que estava posto, antes que Ele era o próprio cumprimento do que os profetas anunciaram. Em outras palavras, Cristo estava demonstrando que tudo o que estava previsto na lei e nos profetas estava cumprindo-se n’Ele.

Enquanto a lei era sombra, Cristo é a realidade, de modo que Ele não viveu segundo os rudimentos frágeis e pobres dos filhos de Jacó. Tudo o que foi predito acerca de Cristo foi cumprido, de modo que não foi omitido ‘nem um jota ou um til’, pois Cristo é o cumprimento da lei.

Diferente dos demais, Jesus entrava na casa dos pecadores e dos cobradores de impostos para comer (Lc 5:30). Não jejuava aos moldes dos fariseus e escribas, antes praticava o verdadeiro jejum apregoado por Isaías (Is 58:6 ; Mt 9:14). Jesus não guardava o sábado aos moldes dos seus acusadores **“E alguns dos fariseus lhes disseram: Por que fazeis o que não é lícito fazer nos sábados?”** (Lc 6:2). Foi tido por comilão e beberão **“Veio o Filho do homem, comendo e bebendo, e dizem: Eis aí um homem comilão e beberrão, amigo dos publicanos e pecadores. Mas a sabedoria é justificada por seus filhos”** (Mt 11:19).

Quando lemos que o apóstolo Paulo utilizava a lei e os profetas para persuadir os seus ouvintes ao evangelho, isto não quer dizer que ele estava impondo aos seus ouvintes os preceitos da lei mosaica. Ele se utilizava da lei e dos profetas para demonstrar que, o Jesus de Nazaré que crucificaram a pretexto de um a lei, na verdade era o Cristo de Deus **“...procurava persuadi-los à fé em Jesus, tanto pela lei de Moisés como pelos profetas, desde a manhã até à tarde”** (At 28:23); **“Porventura o trono de iniquidade te acompanha, o qual forja o mal por uma lei?”** (Sl 94:20).

Esta também foi a tônica da mensagem do apóstolo Pedro, que lançou mão dos

salmos para demonstrar que seus compatriotas haviam crucificado o Autor da vida (At 2:36). O apóstolo Pedro não expôs aos seus irmãos segundo a carne a lei mosaica, antes apresentou-lhes o Cristo, que é a justiça eterna, ou seja, o caminho, a verdade e a vida **“A tua justiça é uma justiça eterna, e a tua lei é a verdade”** (Sl 119:142).

É temerário utilizar um termo e o seu significado isolado para emitir opinião acerca de uma verdade. Lançar mão do termo *ανωμος* [anomos] para argumentar que a não observância da lei mosaica é iniquidade é argumento frágil, pois ‘ler’ Moisés não é cumprir a lei **“E até hoje, quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles. Mas, quando se converterem ao Senhor, então o véu se tirará”** (2Co 3:15 -16).

Semelhantemente, cumprir um quesito da lei, não é guardar a lei mosaica, pois qualquer que guardar toda a lei, e tropeçar em um só ponto, é culpado **“E de novo protesto a todo o homem, que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei”** (Gl 5:3); **“Todos os que querem mostrar boa aparência na carne, esses vos obrigam a circuncidar-vos, somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo”** (Gl 6:12).

Portanto, quando lemos que: **“A circuncisão é nada e a incircuncisão nada é, mas, sim, a observância dos mandamentos de Deus”** (1Co 7:19), não podemos concluir que os mandamentos de Deus refere-se a lei de Moisés, antes se faz necessário comparar a passagem com outros versos, e aí teremos o seguinte quadro: **“Porque em Jesus Cristo nem a circuncisão nem a incircuncisão tem valor algum; mas sim a fé que opera pelo amor”** (Gl 5:6).

A fé que opera pelo amor é o mesmo que observância dos mandamentos, de modo que ‘fé’ diz do mandamento em Cristo: crer naquele que Deus enviou, e o ‘amor’ diz da obediência exigida. Em outras palavras, o mandamento de Deus é a obediência da fé **“Mas que se manifestou agora, e se notificou pelas Escrituras dos profetas, segundo o mandamento do Deus eterno, a todas as nações para obediência da fé”** (Rm 16:26 ; Rm 1:5).

Daí a advertência: **“Porque há muitos desordenados, faladores, vãos e enganadores, principalmente os da circuncisão”** (Tt 1:10).

Por que Deus é bom?

Se o homem for infiel, Deus permanece fiel. Se o homem não o invocar, não será perdoado, porém, Deus permanece bom. Deus não pode negar-se a si mesmo, Ele é imutável. Como pode ser isto? Deus permanece 'bom' mesmo quando castiga os transgressores? Sim! A Bíblia é categórica: [“Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação”](#) (Tg 1:17); [“Porque eu, o SENHOR, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos”](#) (Ml 3:6).

Por que Deus é bom?

[“LOUVAI ao SENHOR, porque ele é bom; porque a sua benignidade dura para sempre”](#) (Sl 136:1)

Introdução

Deus é bom! Este é o posicionamento das Escrituras.

Além do predicativo 'bom', Deus é descrito como aquele que é detentor do perdão e pleno de bondade para com todos os que O invocam [“Pois tu, Senhor, és bom, e pronto a perdoar, e abundante em benignidade para todos os que te invocam”](#) (Sl 86:5).

E quanto aos que não invocam a Deus? Deus é bom? Sim, Deus é bom! A Bíblia demonstra que se o homem for infiel, Ele permanece fiel, portanto, Deus é bom, mesmo quando o homem não O invoca [“Se formos infiéis, ele permanece fiel; não pode negar-se a si mesmo”](#) (2Tm 2:13).

Se o homem for infiel, Deus permanece fiel. Se o homem não o invocar, não será perdoado, porém, Deus permanece bom. Deus não pode negar-se a si mesmo, Ele é imutável. Como pode ser isto? Deus permanece 'bom' mesmo quando castiga os

transgressores? Sim! A Bíblia é categórica: “Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação” (Tg 1:17); “Porque eu, o SENHOR, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos” (Ml 3:6).

Deus permanecerá ‘bom’ mesmo quando derramar o seu furor sobre os impenitentes? Como é possível haver tanto sofrimento na humanidade e Deus permanecer bom? É possível conciliar Deus ‘onipotente’ e ‘bom’ com o problema apresentado pela [filosofia acerca da existência do mal](#)?

Há quem considere estas questões como um problema teológico de grande magnitude, porém, o problema não está em Deus, e sim, quanto à compreensão de muitos que tentaram amalgamar filosofia com teologia.

Deus é bom

Deus é Deus, ou seja, onipotente, onisciente e onipresente. Também somos informados pela Bíblia que Deus é Senhor, Soberano, Pai, Rei, etc.

Mas, o que entender por ‘bom’ quando lemos: ‘Deus é bom’?

A primeira reação do leitor interessado em saber o significado verdadeiro do termo é buscar um dicionário e fazer a seguinte leitura:

“bom - adj. - 1. Que é como deve ser ou como convém que seja; 2. Que tem bondade; 3. Hábil, destro; 4. Trabalhador; 5. Favorável; 6. Lucrativo; 7. Espirituoso, engraçado; 8. Cumpridor dos seus deveres; 9. Seguro, sólido; 10. Regular, normal; 11. Adequado. - s. m. - 12. Homem bom”

Quais destes predicativos aplicam-se a Deus quando lemos ‘Deus é bom’? Os adjetivos elencados acima são todos pertinentes à visão de mundo do homem do nosso tempo, a visão do homem moderno. Para o homem moderno ‘bom’ refere-se a uma virtude pessoal, disposição permanente de uma pessoa em não fazer maldade, benevolente.

Mas, era esta a visão de mundo do salmista Davi quando afirmou: “Deus é bom”?

Embora o reinado de Davi seja classificado como teocrático, à sua época as sociedades se estruturavam e cultivavam uma cultura com princípio aristocrático,

pois havia uma enorme distancia entre o rei e seus súditos. Nas relações sociais, havia uma distância enorme entre senhor e servo, fenômeno próprio às sociedades aristocráticas.

Em termos gerais aristocracia do grego αριστοκρατία, de άριστος (aristos), melhores; e κράτος (kratos), poder, Estado, se lê 'poder dos melhores', ou seja, diz de uma forma de governo em que um grupo elitista controla o poder político, sendo as cidades-estados dos Espartanos exemplo de estado governado por uma aristocracia.

Tal designação "poder dos melhores" nos faz recordar que, na antiguidade, os aristocratas eram designados 'melhores', 'bons', 'senhores', 'distintos', 'escolhidos'.

Bons? Sim! O termo grego traduzido por 'bom' é άγαθούς (agathos), com origem em outra raiz correspondente ao substantivo Arete.

"... continha em si a conjugação de nobreza e bravura militar (...) quase nunca tem o sentido posterior de 'bom', como arete não tem o de virtude moral" Jaeger, Werner, Paideia, A Formação do homem Grego, tradução Artur M. Parreira, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003. Pág. 27; "Senhorio e arete estavam inseparavelmente unidos. A raiz da palavra é a mesma: άριστος, superlativo de distinto e escolhido..." Idem, Pág. 26.

A condição de senhorio era perfeita do ponto de vista funcional, ou seja, ausente a nuance moral que a nossa sociedade está acostumada e louva, de modo que a condição senhor guardava relação intrínseca à ideia de bom.

Friedrich Nietzsche em sua obra 'A genealogia da moral', fez a seguinte observação:

"... que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para 'bom' cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma transformação conceitual - que, em toda parte, 'nobre', 'aristocrático', no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu 'bom', no sentido de 'espiritualmente nobre', 'aristocrático', de 'espiritualmente bem-nascido', 'espiritualmente privilegiado': um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz 'plebeu', 'comum', 'baixo' transmutar-se finalmente em 'ruim'"

Nietzsche, Friedrich, Genealogia da moral - Uma polêmica, Tradução Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 18.

Traduzir o termo grego *agathos* por 'bom' em virtude da transformação do significado ao longo dos séculos transtorna a ideia que a Bíblia apresenta, pois a palavra grega '*agathos*', em virtude do contexto bíblico onde está inserida, deveria ser traduzida por 'nobre', pois a raiz etimológica da palavra '*agathos*' significa '*alguém que é, que tem realidade, que é real, verdadeiro*'. Com relação ao termo, Nietzsche assevera que, mesmo com relação a uma mudança subjetiva, o termo significa '*o verdadeiro enquanto veraz*'. O termo era empregado para levar adiante o lema da nobreza, de modo a distinguir o nobre do homem comum, mentiroso (Jaeger, Paideia, Pág. 19).

Qual o sentido de 'verdadeiro', quando se lê: **"De maneira nenhuma; sempre seja Deus verdadeiro, e todo o homem mentiroso; como está escrito: Para que sejas justificado em tuas palavras, e venças quando fores julgado"** (Rm 3:4). Ou, qual o sentido de 'mentiroso'? Neste verso, o significado de 'verdadeiro' e 'mentiroso' possui conotação moral? Refere-se ao caráter do indivíduo? Observe:

"E os servos, saindo pelos caminhos, ajuntaram todos quantos encontraram, tanto maus como bons; e a festa nupcial foi cheia de convidados" (Mt 22:10);

Como interpretar a parábola? Os maus e os bons que os escravos trouxeram a mando do seu senhor possui conotação moral? Não! No texto, maus e bons tem o sentido de 'vis' e 'nobres', 'pequenos' e 'grandes', pois o Senhor da parábola não faz acepção de pessoas.

"Porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons, e a chuva desça sobre justos e injustos" (Mt 5:45).

No sermão da montanha, qual o sentido de maus e bons? Ora, sabemos que Deus não faz acepção de pessoas, e que o sol nasce sobre nobres e comuns, justos e injustos, portanto, o sentido das palavras 'maus' e 'bons' não podem ser interpretadas em sua acepção moral.

"A candeia do corpo são os olhos; de sorte que, se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz; Se, porém, os teus olhos forem maus, o teu corpo será tenebroso" (Mt 6:22 -23).

Os olhos podem ser moralmente maus ou bons? Ou o sentido de ‘mau’ e ‘bom’ refere-se à ideia de simples, comum, contrastando com a ideia de bom, são, nobre? O comentarista Barclay recomenda traduzir ‘bom’ por generoso, porém, não é a tradução correta, pois a ideia de generoso refere-se à liberalidade dos nobres em fazerem o que quisessem com o que lhes pertencia.

“Para obter um texto mais fiel ao original devemos traduzir aqui generoso em lugar de bom ou simples. Jesus elogia o olho generoso” Barclay, Willian, Comentário do Novo Testamento. Pág. 264.

Daí, a seguinte passagem:

“Ou não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou é mau o teu olho porque eu sou bom?” (Mt 20:15)

Diante da liberalidade que era próprio aos ‘bons’ fazerem o quem bem entendessem com o que lhes pertencia, o nobre em questão repreende os trabalhadores que censuraram o seu ato. Segundo a visão do homem do nosso tempo, a conduta do empregador é um despautério, pois ele iguala os trabalhadores ao conceder o mesmo salário a todos sem considerar o tempo de trabalho de cada um, porém, segundo a visão do homem à época de Cristo, o despautério surge quando o homem comum contesta a liberalidade do nobre *“Por três coisas se alvoroça a terra; e por quatro que não pode suportar: Pelo servo, quando reina; e pelo tolo, quando vive na fartura; Pela mulher odiosa, quando é casada; e pela serva, quando fica herdeira da sua senhora”* (Pv 30:21 -23).

Jaeger analisando os poemas de Teógnis, registrou:

“O poeta aconselha a que se evite o trato com os maus (kakoi), em que o poeta engloba todos os que não pertencem a uma estirpe nobre; por outro lado, também, nobres (agathos) só se acham entre seus iguais” (Jaeger, Paideia, 244).

Quando se faz análise dos textos bíblicos, não se deve limitar a fazer uso somente do significado que os termos possuem em nossos dias, fruto da concepção que a nossa sociedade imprimiu a certos termos.

Além disso, quando lemos certos termos nas Escrituras, devemos compreendê-los com os olhos da sociedade à época, e fugir da visão de mundo trabalhada pelos

princípios filosóficos da época, pois a matéria que os filósofos da época especulavam não era afeta, nem mesmo ao homem daquela sociedade, antes era matéria de ordem ontológica, portanto, distante da concepção sociocultural dos escritores da Bíblia.

Enquanto a sociedade definia as coisas de modo funcional, filósofos como Platão, passaram a formular questões acerca da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes e das questões metafísicas, e o conhecimento que estavam produzindo à época, possuía uma carga moral e ética, o que ainda não era vivenciada pela sociedade.

Jaeger assevera que os termos 'arete' e 'bom', na Grécia antiga, não tinham conotação de virtude moral, daí a pergunta: quando estes termos passaram a ser utilizados com conotação moral? Quando filósofos como Sócrates e Platão, através da especulação do conhecimento e da ciência, concederam à filosofia um fim moral pelo fato de ser uma ciência que especula aspectos e problemas de ordem ontológica.

Enquanto em Sócrates a especulação limitava-se às questões ontológicas e moral, Platão enveredou-se pela estrada da metafísica e da cosmologia. Em Platão floresceu uma filosofia humanista, religiosa e moralista. Tem-se nas obras de Platão muito do que é anunciado pelos espíritas e pelos católicos, como a ideia da reencarnação e do purgatório.

O 'bom' que designava os nobres, passou a designar o bem, o mundo ideal, o mundo das ideias. A matéria de Platão trouxe uma revolução de conceitos, porém, o povo de sua época e as gerações seguintes, não mudou de imediato a sua práxis. Quando Jesus veio, tal concepção filosófica ainda não fazia parte do povo, principalmente daqueles que se utilizavam do grego Koine.

O maior problema surgiu com a filosofia elaborada pelos primeiros padres, a Patrística. Quando criaram liturgias, disciplinas, costumes, etc., amalgamando conceitos platônicos e socráticos à doutrina dita cristã. Já no primeiro século, vê-se na Didaquê forte tendência moralista e dogmática, influencia clara dos costumes ascéticos.

É possível piorar? Sim! Erasmo de Roterdam incluiu Sócrates como mártir pré-cristão, de modo que rogava: "*Sancte Socrates, ora pro nobis!*" (Jaeger, Paideia, 493). Jaeger aponta que, até o pietismo abrigou-se nos braços de Sócrates, pois

viam nele certa afinidade espiritual (Idem, pág. 494). O que dizer de Agostinho, que se baseou no pensamento de Platão?

Enquanto Jesus ensinou ser Ele mesmo o caminho que conduz o homem a Deus, a cristandade viu na filosofia platônica a necessidade de refrearem os prazeres mundanos, propondo a prática de um estilo de vida austero, perseguindo práticas tidas por virtuosas, a fim de adquirir uma espiritualidade maior. Daí, que muitos padres aderiram ao ideal ascético, acreditando que a purificação do corpo ajudaria na purificação da alma.

Daí por diante, todas as vezes que se faz referência a Deus como 'bom', o texto é impregnado com a ideia de perfeição moral, desprezando o fato de que Ele é Senhor. É neste ponto que, diversas questões surgem: se Deus é bom, por que existe o mal?

Tais questões tem o objetivo de cegar o homem para que não veja a verdade. Assim como a pergunta de Satanás no Éden enfatizou uma proibição exacerbada em detrimento da liberdade concedida (Gn 3:1), a pergunta: 'se Deus é bom, por que existe o mal?', faz surgir paradoxos, que na realidade, não passam de pretensas contradições fruto de uma má leitura da Bíblia e do seu contexto histórico.

O objetivo deste artigo é demonstrar que Deus é bom, independente do fato de ter polpado os homens de Nínive ou feito sucumbir Sodoma e Gomorra com milhares de crianças inocentes (Gn 19:25 ; Jn 4:11). Tais eventos não descaracterizam e nem caracterizam o Deus da Bíblia como 'bom' ou 'mal'.

Ninguém há bom, senão um, que é Deus

“Jesus lhe disse: Por que me chamas bom? Ninguém há bom, senão um, que é Deus” (Lc 18:19)

Quando Jesus afirma categoricamente: **“Ninguém há bom, senão um, que é Deus”**, estava focado em apresentar uma resposta ontológica ao problema do mal? A asserção **“Ninguém, há bom, senão um, que é Deus”** refere-se a alguma questão de ordem filosófica?

Digo que não! Jesus não estava tratando de questões filosóficas como a natureza

do ser, a realidade, a existência dos entes e nem de questões metafísicas.

Porém, quando dizemos: “Deus é bom!”, a primeira questão levantada pelos acadêmicos é: ‘Se Deus é ‘onipotente’ e ‘bom’, por que permite a existência do mal e do sofrimento?’, e colocam tal questão em um pedestal como sendo a pergunta mais difícil da história da teologia cristã.

É aceitável que um não cristão apresente um paradoxo, como é o caso do paradoxo de Epicuro. Por que aceitável? Porque quem formulou o paradoxo desconhece a natureza de Deus! Epicuro afirmou que Deus e o mal não podem coexistir caso Deus seja onisciente, onipotente e benevolente, porém, Deus mesmo afirma que é conhecedor do bem e do mal **“Então disse o SENHOR Deus: Eis que o homem é como um de nós, sabendo o bem e o mal”** (Gn 3:22).

Deus é Senhor, nobre, ou seja, bom e, conhecedor do bem e do mal, pois Ele como Senhor recompensará todos os homens e, dará o bem a uns e o mal a outros, tudo em função do que procuraram **“O qual recompensará cada um segundo as suas obras; a saber: A vida eterna aos que, com perseverança em fazer bem, procuram glória, honra e incorrupção; Mas a indignação e a ira aos que são contenciosos, desobedientes à verdade e obedientes à iniquidade; Tribulação e angústia sobre toda a alma do homem que faz o mal; primeiramente do judeu e também do grego; Glória, porém, e honra e paz a qualquer que pratica o bem; primeiramente ao judeu e também ao grego; Porque, para com Deus, não há aceção de pessoas”** (Rm 2:6 -11).

Deus é Senhor, Deus é bom e, ao mesmo tempo, Ele é benigno e severo **“Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas para contigo, benignidade, se permaneceres na sua benignidade; de outra maneira também tu serás cortado”** (Rm 11:22), ou seja, é Deus que instituiu o castigo para os transgressores, de modo que se diz: **“Eu formo a luz, e crio as trevas; eu faço a paz, e crio o mal; eu, o SENHOR, faço todas estas coisas”** (Is 45:7).

Em que sentido Deus cria o mal? No sentido de retribuição, justiça, de modo que, retribui com benignidade os puros e com rigidez os perversos **“E me retribuiu o SENHOR conforme a minha justiça, conforme a minha pureza diante dos seus olhos. Com o benigno, te mostras benigno; com o homem íntegro te mostras perfeito. Com o puro te mostras puro; mas com o perverso te mostras rígido”** (

2Sm 22:25 -27); “Com o benigno te mostrarás benigno; e com o homem sincero te mostrarás sincero” (Sl 18:25).

Este era o posicionamento de um senhor: “Respondendo, porém, o seu senhor, disse-lhe: Mau e negligente servo; sabias que ceifo onde não semeei e ajunto onde não espalhei? Devias então ter dado o meu dinheiro aos banqueiros e, quando eu viesse, receberia o meu com os juros” (Mt 25:26 -27). Para com os servos bons, benevolência, para os maus, as trevas exteriores.

Este é o posicionamento de Cristo: “E quando o Filho do homem vier em sua glória, e todos os santos anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; E todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas (...) E irão estes para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna” (Mt 31-32 e 46).

Quando Jesus convida: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11:28 -30), o leitor com a visão ampliada verá Cristo como ‘bom’, ‘senhor’, ‘nobre’ e, ao mesmo tempo, benevolente, pois aos que se sujeitam a Ele lhes é dado uma fardo leve.

No alerta: “*Eu crio o mal*”, temos referencia ao fato de Deus ter suscitado algumas nações vizinhas como vara de correção, de modo a dar a entender ao povo de Israel a necessidade de se converterem (Is 1:5), porém, a despeito do castigo aplicado ao povo de Israel, Deus é justo, e conforme alertou, aplicou o castigo antes da ira.

Em outra instância, além da salvação e da perdição, Deus retribuirá a cada um segundo as suas obras.

Quando Deus criou o homem deu-lhe o poder de decisão. Como os dons de Deus são irrevogáveis, mesmo após o pecado, o homem continuou de posse da sua liberdade de decidir, pois o domínio sobre a terra foi dado aos homens. Ora, quando Deus se fez homem e retornou vitorioso aos céus, conclamou: é me dado todo poder, nos céus e na terra!

Como os homens são livres e exercem domínio sobre a terra, podem fazer o quem bem entenderem. Há outro ponto, como o homem tornou-se como Deus, sabedor

do bem e do mal, também tem a capacidade de analisar as ações dos seus semelhantes e comunicar o bem e o mal.

O problema do mal surge quando o homem deixa de lado o senso de justiça, e passa a praticar o mal por prazer. A ideia de retribuição é posta de lado, e o indivíduo por ser entenebrecido no entendimento se lança na prática de maldades. Embora conheça as ações de tais indivíduos, Deus não intervém, pois todos os homens quando introduzidos no mundo estão sob condenação e como Deus, conhecedores do bem e do mal.

Ora, o bem e o mal foram apresentados no Éden através de um fruto, de modo que o bem e o mal são inseparáveis. O bem e o mal são composições que dá sabor ao fruto. São faces de uma mesma moeda.

Como compreender tal realidade? Quando um pai educa um filho e o corrige, a correção em certo aspecto tem aparência de mal, porém, o pai busca o bem. Já alguém que dá esmola parece estar fazendo o bem, porém, tal ato perpetua a miserabilidade de quem vive de esmolas, o que na realidade é um mal. Tais exemplos mostram que o bem e o mal são inseparáveis.

Segundo a Bíblia, a justiça de Deus não tarda e nem falha, pois a justiça de Deus foi exercida na primeira transgressão e, de modo que todos os homens foram condenados, independente de suas ações. Porém, com relação às ações cotidianas, Deus há de pedir conta a cada homem, quer sejam justos ou injustos, e com relação a isto não haverá aceitação de pessoas. Para os justos tal conta será acertada no Tribunal de Cristo, e para com os injustos, no Grande Trono Branco.

O apóstolo Paulo alertou os cristãos a que não se deixassem prender por questões de ordem filosóficas, porém, o que mais encontramos na teologia, seja contemporânea ou clássica, são questões segundo os rudimentos do mundo *“Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo”* (Cl 2:8).

Por imiscuir-se na filosofia, muitos cristãos afirmam que estas questões são afetas a quem crê em Deus onipotente e amoroso.

“A rigor, a desgraça humana, ou o mal em todas as suas formas, é um problema somente para a pessoa que crê num Deus único, onipotente e todo

amoroso” Anderson, Francis I. apud Luiz Sayão em ‘*Se Deus é bom, por que existe o mal?*’, artigo disponível na web.

O que se percebe é que há muitos teólogos que são defensores de Deus, mas desconhecem a sua palavra. E pior, enquanto as armas do cristão deve restringir-se a palavra de Deus, porque ela é poderosa para destruir fortalezas, tais estudiosos estão de posse das armas ofertadas pelo mundo “[Porque as armas da nossa milícia não são carnis, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas](#)” (2Co 10:4 ; 2Co 6:7 ; Rm 13:12).

Com a visão turvada em função de impressões modernas, alguns tradutores foram compelidos a utilizar o termo ‘bom’ em lugar de ‘nobre’. Trocar ‘nobre’ por ‘bom’ transtornou a ideia do texto. Desprezar a raiz etimológica do termo ‘agathos’, que significa ‘alguém que é, que tem realidade, que é real, verdadeiro’, trouxe prejuízo a compreensão do texto.

Quando dizemos que Deus é Nobre, Senhor, Bom, estamos expressando o senhorio de Deus e a nossa submissão a Ele. Deus é o Eu sou, aquele que é, que tem realidade, que é real, verdadeiro, conceito superior ao que encontramos em nossos dicionários. Através deste conceito próprio ao termo ‘agathos’, a concepção proveniente da frase ‘Deus é bom’ transmuta-se e transmite um significado singular.

Quando consideramos que Deus é bom, nobre, distinto, Senhor, Pai, não há contradição alguma entre severidade e bondade “[Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas para contigo, benignidade, se permaneceres na sua benignidade; de outra maneira também tu serás cortado](#)” (Rm 11:22).

Deus é severo e benigno em razão de ser nobre, superior, ou seja, bom, o que exclui qualquer tipo de paradoxo entre Deus ser bom e haver sofrimento no mundo.

Se os teólogos ao longo dos séculos vêm ignorando a raiz etimológica do termo ‘agathos’, resta-nos a seguinte pergunta: o que fizeram com o termo ‘agape’, palavra grega traduzida por amor?

Claudio Crispim

Leia também: [Porque sou cristão](#)

O que vem primeiro: o arrependimento ou a fé?

O dom de Deus foi manifesto e anunciado a todos os homens e é esta mensagem (fé) que concede poder a todos que nela confiam (Jo 1:12). A palavra é viva e eficaz! Ela não volta vazia! Faz tudo que lhe apraz! Ou seja, o homem só passa a 'ouvir' quando dá credito a fé que lhe foi anunciado. É por isso que o 'ouvir' vem pela palavra de Deus, pois só dá credito (ouvem) a palavra de Deus aqueles que são de Deus " [Quem é de Deus escuta as palavras de Deus; por isso vós não as escutais, porque não sois de Deus](#)" (Jo 8:47).

O que vem primeiro: a fé ou o arrependimento? A resposta a esta pergunta não afeta [a doutrina do arrependimento](#) e nem a verdade sobre a fé, porém, é imperioso afirmar que a 'fé' vem primeiro que o arrependimento e, após o arrependimento tem-se novamente a 'fé', pois o apóstolo Paulo deixa claro que a justiça de Deus é de 'fé' em 'fé' (Rm 1:17).

A concepção de que não há anterioridade entre fé e arrependimento é errônea e decorre da não compreensão do que é 'fé'.

Se o interprete se socorrer somente de um dicionário para abstrair o conceito de fé existente nas Escrituras, jamais fará uma boa leitura da Bíblia. Embora muitos afirmem que 'fé', do Latim 'fides' (fidelidade) e do grego 'pistia' significa firme opinião de que algo é verdade, sem a necessidade de qualquer tipo de prova ou critério objetivo de verificação, apoiado em uma absoluta confiança que se deposita em uma ideia, tal definição não reflete a verdade bíblica.

Portanto, se o leitor da Bíblia verificar que Cristo é a fé que havia de se manifestar (Gl 3:23), e que Ele é preexistente (Cl 1:17), temos que a 'fé' é a

mesma ontem, hoje e será (é) eternamente, o que não podemos dizer do arrependimento (Hb 13:8).

Na sua grande maioria os interpretes das Escrituras não se dão conta que a palavra 'fé' quando empregada nas escrituras (em muitos dos casos) é uma figura de linguagem denominada 'metonímia' ou 'transnomação', que consiste no emprego de um termo por outro, dada a relação de semelhança ou a possibilidade de associação entre eles.

Quando Judas diz que o cristão deve batalhar pela 'fé' que uma vez foi dada aos santos, o termo 'fé' substituiu a ideia pertinente ao termo 'evangelho', dada a possibilidade de associação entre os termos, tendo em vista que o evangelho é a causa da crença (fé), e a fé (crença) consequência do evangelho (Jd 1:3).

De modo similar, Cristo é a 'fé' que havia de se manifestar, visto que Cristo é o tema central da mensagem do evangelho e, concomitantemente, o autor e consumidor da 'fé' (evangelho), ou seja, o recurso de estilo acaba substituindo a obra (fé) pelo autor (Cristo).

A 'obediência da fé' que consta em Romanos 1, verso 5 é um modo utilizado pelo apóstolo Paulo substituir o termo 'evangelho' pelo termo 'fé', ou seja, substitui-se a causa pelo efeito.

No verso 8 do mesmo capítulo, o apóstolo Paulo dá graças a Deus porque em todo o mundo é 'anunciado o evangelho', porém, ele substitui o termo 'evangelho' pelo termo 'fé', ou seja, em todo o mundo é anunciado a vossa fé (Rm 1:8).

Estabelecendo a relação entre 'fé' e 'mensagem do evangelho', e 'evangelho' igual a 'Cristo', temos que Cristo é a palavra encarnada e, como o Verbo encarnado é pré-existente, temos que a 'fé mutua' (evangelho) é anterior ao arrependimento.

Porém, como a mensagem do evangelho (a 'fé' que foi dada aos santos), produz naqueles que ouvem 'confiança', o que comumente também denomina-se 'fé', neste sentido o termo 'fé' assume o valor de descansar (confiar) na esperança proposta (evangelho), ou seja, é o mesmo que crer (Rm 10 : Hb 11:6).

Mesmo o apóstolo Paulo deixando claro que a justiça de Deus é de fé (evangelho) em fé (crer), poucos fazem distinção entre causa e efeito, ou entre o que é eterno (evangelho, Verbo que se fez carne) e o que um dia será tirado (fé como crer,

acreditar, descansar, esperança) (1Co 13:13).

Deste modo é possível definir que 'fé' para a salvação é o mesmo que evangelho, pois assim o apóstolo Paulo define: **"Porque não me envergonho do evangelho de Cristo, pois é o poder de Deus para salvação..."** (Rm 1:16).

Neste sentido temos que, pelo evangelho (fé) os homens são salvos, ou seja, o evangelho é dom de Deus **"Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus"** (Ef 2:8). Cristo se identificou como o dom de Deus à samaritana, ou seja, a fé que havia de se manifestar (Jo 4:10).

O dom de Deus foi manifesto e anunciado a todos os homens e é esta mensagem (fé) que concede poder a todos que nela confiam (Jo 1:12). A palavra é viva e eficaz! Ela não volta vazia! Faz tudo que lhe apraz! Ou seja, o homem só passa a 'ouvir' quando dá crédito a fé que lhe foi anunciado. É por isso que o 'ouvir' vem pela palavra de Deus, pois só dá crédito (ouvem) a palavra de Deus aqueles que são de Deus **" Quem é de Deus escuta as palavras de Deus; por isso vós não as escutais, porque não sois de Deus"** (Jo 8:47).

Crer só é possível através do 'ouvir' (Rm 10:14 ; Mt 13:23), e o 'ouvir' (dar crédito, crer, ter fé) só é possível pela palavra de Deus, portanto, a justificação é de fé em fé. O verbo 'ouvir' deve ser compreendido como 'dar crédito', 'descansar', 'crer'.

Quando se 'ouve' a palavra de Deus (fé) o homem tem elementos suficientes para ter uma mudança de mente, uma mudança de compreensão (metanóia). O arrependimento é mudança de compreensão **"Mas, o que foi semeado em boa terra é o que ouve e compreende a palavra; e dá fruto, e um produz cem, outro sessenta, e outro trinta"** (Mt 13:23).

Quando se ouve (evangelho) e compreende, a nova compreensão é o resultado do arrependimento (metanóia), que faz com que o homem descanse na promessa estabelecida em Cristo (crer).

Quando o homem crê em Cristo, tendo em vista a mudança de concepção (metanóia) operada pelo evangelho, que é poder de Deus e semente incorruptível, o homem é de novo gerado, segundo Deus em verdadeira justiça e santidade.

Através do evangelho é enxertada no homem a semente de Deus. Através do

evangelho ocorre o lavar regenerador do Espírito, momento em que Deus concede ao homem um novo coração e um novo espírito (Ez 36:25 ; Sl 51:10).

A regeneração não é algo que Deus realiza na mente do homem, antes a regeneração diz da criação do novo homem, pois após a velha criatura ser morta e sepultada com Cristo, Deus faz tudo novo, momento que passa a existir uma nova criatura.

O arrependimento não é mudança de coração e vontade. A mudança de coração só Deus pode operar e se dá na regeneração através da circuncisão de Cristo, pois é através do espargir de água pura (evangelho) que Ele concede novo coração e novo espírito.

Já com relação à vontade, é algo pertinente ao cristão, tendo em vista que o apóstolo Paulo deixa bem claro: [“Transformai-vos pela renovação do vosso entendimento...”](#) (Rm 12:2).

A regeneração não muda a mente, antes só muda o coração e o espírito, pois após regenerado o homem permanece de posse da sua memória. Embora o apóstolo Pedro já estivesse limpo pela palavra de Cristo, contudo a sua mente continuava embotada, ou seja, demandava por parte do apóstolo transformar o seu entendimento.

A mudança radical que ocorre no homem é pertinente à sua natureza, que antes era carnal e, agora, em Cristo, é participante da natureza divina. Antes estava em trevas e, agora, foi transportado para o reino da luz. Antes filhos da desobediência e da ira e, agora, filhos de Deus pela fé (crença) em Cristo (tema do evangelho).

Não se deve pensar o arrependimento como mudança da mente em referência a pecados de cunho moral, pois se assim fosse, a ideia que estabelecia ‘paenitentia’ como arrependimento (o que é completamente diverso de ‘metanóia’), seria plenamente válida, e os posicionamentos dela decorrente como os pecados veniais e capitais somados às indulgências.

Arrepende-se é mudar de concepção de como o homem se salva, o que o leva a crer na esperança proposta em Cristo.

Aliado ao tema arrependimento tem-se a ‘confissão’, que é ‘reconhecimento’ da

condição sob o pecado: alienado de Deus.

A palavra traduzida do grego por 'confessar' significa 'admitir', 'assumir', 'reconhecer'. Quando se confessa pecado é o mesmo que admitir a sua real condição sob domínio do pecado. De igual modo, quando se 'confessa' a Cristo é reconhecê-Lo, admitir que Cristo é o Filho de Deus e salvador do mundo.

Quando há o arrependimento (metanóia), o homem admite (confessa) que Cristo é salvador.

Portanto, o evangelho é a mensagem de que, pela graça o homem é salvo, o que opera a mudança de concepção (metanóia). Após ter contato com a mensagem do evangelho o homem admite (confessa) que é pecador e, em decorrência da mudança de pensamento acerca de como ser salvo, repousa em Cristo.

Quando Jesus, após a ressurreição, abriu o entendimento dos discípulos, para que entendessem as Escrituras, Ele lhes disse: [“Assim está escrito que o Cristo havia de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia e que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações, começando de Jerusalém”](#) (Lc 24:46 -47).

Jesus não exigiu 'penitencia' e nem 'confissão' de pecados de cunho moral junto a sacerdotes, antes ele ordena que se pregue a mudança de concepção (arrependimento), pois só em seu nome há a remissão de pecados.

Quando Pedro pregou à multidão, no Dia de Pentecostes, os ouvintes foram constrangidos a perguntar: [“Que faremos, irmãos?”](#). Pedro respondeu: [“Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados”](#) (At 2:37 -38). A mensagem era simples: mudem de concepção (metanóia) e, sejam batizados em Cristo para remissão de pecado.

O apóstolo Paulo testemunhou que [“... tanto a judeus como a gregos o arrependimento para com Deus é a fé em nosso Senhor Jesus”](#) (At 20:21), ou seja, tanto judeus quanto gentios precisam mudar de concepção, ou seja, devem aceitar a mensagem do evangelho crendo em Cristo.

O cristão deve permanecer firme na fé (evangelho) (1Co 16:13), enquanto o não crente precisa abandonar a sua própria concepção e crer na esperança proposta, o que se denomina arrependimento (metanoia), que é mudança específica de

pensamento para que o homem aceite a Cristo como salvador (Rm 21:2).

O evangelho (fé) vem primeiro que o arrependimento, pois a mudança de pensamento (metanóia) resulta do evangelho.

A figueira estéril na vinha

O vinhateiro estava cuidando da figueira, há três anos, porém, quando o dono da vinha foi verificar se havia fruto na figueira, não encontrou. Por que não produzia fruto? Porque rejeitou a Cristo, o fruto dos lábios, que são boas novas de paz, aos que estão longe (gentios) e aos que estão perto (judeus).

A figueira estéril na vinha

“Um certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha, e foi procurar nela fruto, não o achando. E disse ao vinhateiro: Eis que há três anos venho procurar fruto nesta figueira, e não o acho; corta-a; por que ocupa ainda a terra inutilmente? E, respondendo ele, disse-lhe: Senhor, deixa-a a este ano, até que eu a escave e a esterque; E, se der fruto, ficará, e, se não, depois a mandarás cortar”
(Lucas 13:6 -9)

O homem que procurou fruto na figueira plantada em sua vinha e não achou, representa o Senhor Deus, o vinhateiro representa a pessoa de Cristo e a figueira, o povo judeu. Então, como interpretar as relações que envolvem as figuras desta parábola? Por que a figueira não produzia fruto? Por que a figueira deveria ser cortada?

Para compreender todas as nuances que a parábola apresenta, faz-se necessário se socorrer do contexto em que ela foi citada e construir um paralelismo com outro texto bíblico.

Galileus e Judeus

O Senhor Jesus estava anunciando as boas novas do reino aos homens (Lucas 12:1-59) e, naquele ínterim, percebeu a conversa de algumas pessoas que, pelo contexto, entende-se tratar de judeus: “E, NAQUELE mesmo tempo, estavam presentes ali alguns que lhe falavam dos galileus, cujo sangue Pilatos misturara com os seus sacrifícios” (Lucas 13:1).

O texto enfatiza que aquele grupo de judeus enfatizavam o quão condenáveis eram os galileus que foram mortos por Pilatos. - ‘Que sacrilégio!’ - ‘Estavam sacrificando aos ídolos!’ - ‘Receberam a paga pelo pecado’!, argumentavam eles.

Jesus, porém, lhes responde: “Cuidais vós que esses galileus foram mais pecadores do que todos os galileus, por terem padecido tais coisas?” (Lucas 13:2). Ou, seja, Jesus questiona o entendimento dos judeus.

O fato de aqueles judeus apresentarem a calamidade, envolvendo galileus, como sendo uma prova da punição de Deus, em decorrência de serem pecadores, demonstra que estavam esquecidos da calamidade que ocorreu, em Jerusalém, precisamente, com a torre de Siloé, e Jesus os faz recordar o ocorrido.

O entendimento deles estava embotado, visto que Jesus lhes demonstrou que os galileus que foram mortos não eram mais culpáveis que o restante e que os judeus que lhe apresentaram aquela calamidade não estavam em melhor condição, pois, se não mudassem de entendimento, de igual modo pereceriam: “Não, vos digo; antes, se não vos arrependerdes, todos de igual modo perecereis” (Lucas 13:3).

Ora, a queda da torre de Siloé, possivelmente, vitimou alguns judeus e Jesus demonstra que as calamidades não escolhem entre galileus ou, judeus, o que não prova a culpabilidade de ninguém, porém, se os judeus que ali estavam não mudassem de conceito, de igual modo pereceriam “E aqueles dezoito, sobre os quais caiu a torre de Siloé e os matou, cuidais que foram mais culpados do que todos quantos homens habitam em Jerusalém? Não, vos digo; antes, se não vos arrependerdes, todos, de igual modo, perecereis” (Lucas 13:4-5).

A morte da qual o Senhor Jesus apresenta como ‘de igual modo’, não diz da finalização das funções vitais por meios trágicos, antes, diz da condição de perdido, que era comum, tanto aos galileus, quanto aos judeus.

Jesus demonstrou que todos os homens, não importando se judeus ou, gentios, estavam em igual condição diante de Deus. Desse modo, caso os judeus, que se consideravam privilegiados diante de Deus, por serem descendentes da carne de Abraão, não mudassem de conceito, de igual modo pereceriam, passariam para a eternidade, sem Deus e sem salvação.

Arrependimento

Outra passagem bíblica que fala de arrependimento e, também, faz referência à árvore, é a passagem de João Batista:

“E dizendo: Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus (...) E, vendo ele muitos dos fariseus e dos saduceus, que vinham ao seu batismo, dizia-lhes: Raça de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira futura? Produzi, pois, frutos dignos de arrependimento; E não presumais, de vós mesmos, dizendo: Temos por pai a Abraão; porque eu vos digo que, mesmo destas pedras, Deus pode suscitar filhos a Abraão. E também agora está posto o machado à raiz das árvores; toda a árvore, pois, que não produz bom fruto, é cortada e lançada no fogo” (Mateus 3:2 e 7-10).

Entre a passagem de João Batista e o contexto que foi proferida a parábola da figueira estéril, existe um paralelismo sem igual:

- Em ambas as passagens, os judeus presumiam, de si mesmos, que eram filhos de Deus, por serem descendentes da carne de Abraão, mesmo após o batismo de João, enquanto que, na parábola da figueira, presumiam que os galileus, mortos por Pilatos, eram mais pecadores que todos os outros galileus;
- Em ambas, os judeus foram repreendidos quanto ao que pensavam de si mesmos.
- Em ambas, os judeus são apontados como infrutíferos; não produzem o fruto requerido por Deus;
- Em ambas, a árvore está prestes a ser cortada.

Qual é o fruto digno de arrependimento? Qual o fruto que certo homem foi procurar na figueira e não encontrou? Porque o machado está posto à raiz das árvores?

Jesus demonstrou, certa feita, que os escribas e fariseus pareciam justos aos olhos

dos homens, tendo em vista o regramento e a moral deles, porém, eram hipócritas, visto que, no interior, estavam plenos de iniquidade: **“Assim, também, vós, exteriormente, pareceis justos aos homens, mas, interiormente, estais cheios de hipocrisia e de iniquidade”** (Mateus 23:28).

Como a figueira produziria fruto? Ele dá a resposta: **“... de mim é achado o teu fruto”** (Oseias 14:8).

Que fruto Deus esperava encontrar na figueira? Ele dá a resposta: É o fruto dos lábios que Deus cria: **“Eu crio os frutos dos lábios: paz, paz, para o que está longe; e para o que está perto, diz o SENHOR, e eu o sararei”** (Isaiás 57:19).

Mas, para a ‘figueira’ produzir fruto, necessariamente, os israelitas teriam de estar ligados à videira verdadeira, pois, Cristo mesmo diz: **“Eu sou a videira, vós as varas; quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim, nada podeis fazer”** (João 15:5).

O vinhateiro estava cuidando da figueira, há três anos, porém, quando o dono da vinha veio verificar se havia fruto na figueira, não encontrou. Por que não produziam fruto? Porque rejeitaram a Cristo, o fruto dos lábios, que são boas novas de paz, aos que estão longe (gentios) e aos que estão perto (judeus).

O fruto proveniente de Deus, os judeus rejeitaram. Não quiseram estar ligados à Oliveira verdadeira (Efésios 2:17).

O fruto dos lábios que os judeus produziam era: ‘para que o homem possa ser salvo é necessário tornar-se um prosélito, circuncidar-se, cumprir a lei e seguir os ritos’. Na condição de prosélito (convertido ao judaísmo), o homem passava a declarar que era salvo, por ser um dos descendentes de Abraão: **“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que, percorreis o mar e a terra para fazer um prosélito e, depois de o terdes feito, o fazeis filho do inferno, duas vezes mais do que vós”** (Mateus 23:15; Êxodo 12:48).

Ao aceitarem o ensinamento judaico, os prosélitos eram circuncidados e faziam a oferta de sacrifício, segundo a lei, rito importante para os judeus, considerado como um novo nascimento, o início de uma nova vida, que ali estava, mais um filho de Abraão. Porém, esse era o maior erro deles, pois, não eram filhos de Abraão e induziam as pessoas a erro, tornando-as duas vezes mais, filhas do inferno. Por quê? Porque, além de serem descendentes da carne de Adão e,

portanto, filhos da desobediência e da ira, agora acreditavam que eram filhos de Abraão.

O fruto que deviam produzir era confessar e professar o nome de Cristo, do mesmo modo que o apóstolo Pedro professou, diante da multidão: **“E, em nenhum outro há salvação, porque, também, debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos”** (Atos 4:12).

Os escribas e fariseus professavam que eram filhos de Deus, por serem descendentes da carne de Abraão, diante da mensagem: Arrependei-vos, por que é chegado o Cristo, e não mudaram sua concepção (Mateus 3:9). Os judeus permaneceram apresentando uma religião enraizada na lei mosaica, elevada moral e comportamento ascético, o que atraía muitas pessoas.

Se houvessem, verdadeiramente, ‘arrepentido’ (metanoia), teriam mudado de concepção e aceitariam o Cristo (João 8:33). Não seriam cortados, porque se professassem o nome de Jesus como salvador, seriam plantação de justiça: **“A ordenar acerca dos tristes de Sião que se lhes dê glória, em vez de cinza, óleo de gozo, em vez de tristeza, vestes de louvor, em vez de espírito angustiado; a fim de que se chamem árvores de justiça, plantações do SENHOR, para que ele seja glorificado”** (Isaiás 61:3), pois, somente seria cortada a planta que o Pai não plantou: **“Ele, porém, respondendo, disse: Toda a planta, que meu Pai celestial não plantou, será arrancada”** (Mateus 15:13).

A figueira, que representa o povo de Israel, foi cortada, pois não produziu o fruto digno de arrependimento. Apesar de o vinhateiro ter cuidado da figueira, a mesma não produziu o fruto esperado: os filhos de Jacó deveriam anunciar ao mundo que Cristo é a paz com Deus, tanto para judeus, quanto para gentios, ou seja, não mudaram de concepção.

O Fruto esperado

O povo de Israel não se arrependeu, crucificou o Messias e continuou com a Torá e obrigado a seguir as mais variadas formas de moral e ética dogmáticas.

Entendo a moral, como sendo um fenômeno sociocultural, daí surge a pergunta: o evangelho de Cristo é moralista? Jesus veio trazer uma nova moral ou, boas novas de salvação à humanidade? Porque os judeus foram rejeitados se, moralmente, eram superiores aos povos circunvizinhos?

Certo é que Cristo não veio resgatar o homem de uma vida, moralmente, desamparada e carente de parâmetros morais convenientes, antes, veio livrá-lo da servidão do pecado, que é uma condição imposta pela ofensa de Adão à lei de Deus, no Éden. Por causa da desobediência, todos pecaram e destituídos foram da glória de Deus, e a missão de Cristo é conduzir muitos filhos à glória de Deus.

As leis, a consciência, a sociedade, as religiões e a filosofia já desempenham papel relevante no campo moral, porém, nada podem fazer quanto à salvação da condenação eterna.

Não são estes frutos (no plural), que Deus quer que o homem produza, ao estar ligado na Oliveira verdadeira. Deus busca um único fruto e é o fruto que provem d'Ele, pois Ele diz: de mim vem o seu fruto! E qual é o fruto? É a mensagem de paz, para os que estão longe e para os que estão perto.

O fruto que o crente produz é o fruto dos lábios que professam a Cristo. Esse fruto (singular) que somente o crente produz, possui no seu interior a semente incorruptível, que é a palavra de Deus. O fruto que o crente produz é vida, pois, através dele é que se ganha almas para o reino de Deus: **“O fruto do justo é árvore de vida e o que ganha almas é sábio”** (Provérbios 11:30).

Boas ações todos os homens podem produzir, pois, Jesus demonstrou que, até mesmo os fariseus, sendo maus, sabiam dar boas dádivas aos seus semelhantes. Porém, o fruto dos lábios que professam a Cristo, somente os que creem, segundo as escrituras, podem produzir, por estarem ligados à Oliveira verdadeira.

Quando professa a mensagem da cruz, a língua do justo é como prata escolhida, que servirá o fruto precioso, que é a salvação, em tempo oportuno: **“Prata escolhida é a língua do justo; o coração dos perversos é de nenhum valor”** (Provérbios 10:20); **“Como maçãs de ouro em salvas de prata, assim é a palavra dita a seu tempo”** (Provérbios 25:11).

O bom comportamento tem o seu campo de aplicação na vida do cristão, visto que, através de um bom comportamento, evita-se o escândalo, como bem alertou o apóstolo Paulo: **“Portai-vos de modo que não deis escândalo, nem aos judeus, nem aos gregos, nem à igreja de Deus”** (1 Coríntios 10:32).

Porém, não é o bom comportamento que produz vida, pois, o homem só viverá, através de toda palavra que sai da boca de Deus. É Cristo que concede vida, não a moral e o comportamento humano.

Jesus disse: “Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém comer deste pão, viverá para sempre; e o pão que eu der é a minha carne, que eu darei pela vida do mundo” (João 6:51) ou, seja, o que dá vida é a palavra de Deus e todos os que estão ligados n’Ele produzem muito fruto: “Não me escolhestes vós a mim, mas eu vos escolhi a vós e vos nomeei, para que vades e deis fruto e o vosso fruto permaneça; a fim de que tudo quanto, em meu nome, pedirdes ao Pai, Ele vos conceda” (João 15:16).

O fruto é uma determinação de Cristo: vades e deis fruto e o vosso fruto permaneça! Qual o fruto que permanece? A palavra de Deus, que o cristão anuncia, é o fruto que permanece para sempre: “Jesus Cristo é o mesmo, ontem, hoje e eternamente” (Hebreus 13:8); “Portanto, ofereçamos sempre, por ele, a Deus, sacrifício de louvor, isto é, o fruto dos lábios que confessam o seu nome” (Hebreus 13:15), pois, Cristo é a semente incorruptível, que permanece para sempre.

Os frutos do Platonismo e Aristotelismo

A palavra grega traduzida por arrependimento é ‘metanoia’, que significa, especificamente, ‘mudança de pensamento’, ‘mudança de entendimento’, ‘mudança de compreensão, acerca de uma matéria’. Tal palavra era usada pelos gregos, muito antes de constar dos evangelhos.

Já, no fim do IV século, a palavra grega ‘metanoia’ foi traduzida para o latim como sendo ‘paenitentia’, imprimindo ao termo certo dogmatismo: ‘façam penitência’.

Tal tratamento à palavra ‘metanoia’, deriva de influências provenientes do neoplatonismo, de Plotino, que, em seguida, foi reafirmado, com forte influência, pelo aristotelismo, posicionamento filosófico que infundiu forte carga moral no cristianismo.

E, na reforma, quando se acreditava que houve uma mudança radical na forma de pensar o cristianismo ou, seja, um retorno ao evangelho primitivo, os reformadores, fortemente, influenciados pelo Humanismo, visto que voltaram a se socorrer da dita ‘pureza da antiguidade Clássica’, foram remetidos à cultura helenística, o que, paralelamente, ocorreu com o movimento cultural Renascentista.

O pensamento socrático ‘conheça a ti mesmo’ passou a estar relacionado com o

conhecimento de Deus, no período medieval, porém, o humanismo renascentista impôs o duplo-conhecimento, como se vê refletido nas Institutas da Religião Cristã, do reformador protestante João Calvino, onde o conhecimento de Deus e o conhecimento de si mesmo, necessariamente, estão conectados.

Durante a reforma, o termo 'metanoia' e outros, como 'anagnorisis' (reconhecimento) e 'peripeteia' (reversão), que foram empregados por Aristóteles, na obra 'A Poética', foram mal compreendidos, em decorrência de paradigmas firmados no platonismo. A má interpretação não atingiu somente a reforma, mas, afetou, também, a produção artística do movimento cultural renascentista.

Alguns pensamentos distorcidos, já nos primeiros séculos, tornaram-se paradigmas, principalmente, o sacramento da confissão, o que remete à 'penitência', que traduziram por arrependimento.

No pensamento Renascentista, que fez uma releitura da 'anagnorisis', o reconhecimento que envolve o herói das tragédias gregas clássicas, entendeu que o herói trágico, quando confrontado com a culpa da sua conduta imoral, acabava aceitando a culpa e curvando-se às suas consequências. Nessa releitura renascentista, quando o herói trágico aceita a culpa, é levado a 'peripeteia' (reversão - o que denominaram de a volta de 180 graus, na condição do herói), que, externamente, se dava pelo sofrimento e, internamente, pela graça.

Nas tragédias gregas, a 'anagnorisis' representa uma simples admissão do herói trágico, reconhecendo a verdade que lhe era apresentada ou, seja, o herói toma posse de uma compreensão dos eventos que o cercavam, como nunca tivera antes. O herói acabava se expressando, após a 'anagnorisis', da seguinte forma: "Finalmente, compreendo" ou, "Eu que estava cego, agora vejo", o que não coaduna com o pensamento divulgado pela cristandade e pelo movimento cultural renascentista, que acabou mesclando 'peripeteia' com questões de cunho moral e modos de penitência.

Diferente das peças teatrais gregas (tragédias), só a 'anagnorisis' cristã/renascentista tornou-se carregada com imperativos morais.

No período da reforma surgiram correntes teológicas, como o puritanismo (moralista, austera, rígida nos costumes, especialmente, quanto ao comportamento sexual) e o pietismo (ênfase na necessidade de conversão

individual, acompanhada do nascer de uma nova conduta no crente, desapegada do mundo material e firmada no apoio mútuo da comunidade, tendo por base uma moralidade ascética, especialmente, no que tange à alimentação, vestimenta e lazer).

Seria esse o arrependimento exigido? No arrependimento bíblico, há a volta de 180 graus, conforme a leitura dos Renascentistas? Qual o objetivo de terem mesclado o significado do termo 'metanoia', com o termo 'peripeteia'?

'Anagnorisis' é uma mudança de ignorância para conhecimento e se vincula ao enredo e à ação trágica, o que causa a 'peripeteia' (reversão) nas circunstâncias do herói, que passa da fortuna para o infortúnio, da felicidade para a infelicidade, o que não implica e não há relação com 'metanoia' (arrependimento).

Jesus e os discípulos apregoaram o arrependimento (metanoia), sem referência a qualquer 'peripeteia', ou seja, a volta de 180 graus, algo que só aparece nas tragédias gregas e, que não se vincula à 'metanoia', apregoada nos evangelhos.

Debaixo da bandeira católico romana, alguns teólogos filósofos passaram a considerar a relação liberdade 'versus' mal, principalmente, com relação à origem e natureza do mal. Santo Agostinho (354-430 d. C.), já, influenciado pelo maniqueísmo na sua juventude, cujo postulado é a existência de dois princípios ativos, o bem e o mal, segue o postulado de Plotino, de que o mal é a ausência de bem, uma privação, uma carência, o que influenciou sobremaneira a cristandade, nos séculos seguintes.

Em 'A Cidade de Deus', Santo Agostinho adota a postura de um filósofo da história universal e a sua atitude é, sobretudo, moralista, indicando que há dois tipos de homens: os que se amam a si mesmos até ao desprezo de Deus (estes são a cidade dos homens) e os que amam a Deus até ao desprezo de si mesmos (estes são a cidade de Deus).

Neste sentido, Santo Agostinho vê a impossibilidade de o Estado chegar a uma autêntica justiça, se não primar pelos princípios 'morais' do cristianismo, o que leva a Igreja a ter primazia em relação ao Estado, o que debilita o Estado, perante a Igreja.

Quase um milênio depois, São Tomás de Aquino (1225-1274 a. C.), também, se envereda pelo campo da moral, porém, distingue-se do agostinianismo e

estabelece a moral tomista, que é, essencialmente, intelectualista, ao passo que a moral agostiniana é voluntarista. Desse modo, agir moralmente, segundo o tomismo, é agir racionalmente, em harmonia com a natureza racional do homem.

A despeito de vários movimentos pré-reforma, que datam desde o século XII, a reforma só veio no século XVI, porém, foi agregada à reforma forte carga moral, pois, mais uma vez foram redefinidos os padrões da moral e da ética cristã, o que culminou em movimentos de cunho moral, como o pietismo e o puritanismo.

Segundo o idealismo platônico, a ascese servia para aproximar a pessoa (o asceta) da verdadeira realidade espiritual e ideal, desligando o homem da imperfeição e materialidade do corpo. A religiosidade, dita cristã, vinculou os desejos corporais à ideia de pecado, o que deveria ser refreado a todo o custo, caso se pretendesse atingir a santidade, algo semelhante ao imposto ao asceta.

O cristão seria um asceta? O pecado é alienação de Deus e tem relação com os sete vícios capitais?

O asceticismo é um fruto proveniente do platonismo e do aristotelismo e o apóstolo Paulo deixa claro que este não é o fruto, que as varas ligadas à videira verdadeira produz:

“Se, pois, estais mortos com Cristo quanto aos rudimentos do mundo, por que vos carregam ainda de ordenanças, como se vivêsseis no mundo, tais como: Não toques, não proves, não manuseies? As quais coisas todas perecem pelo uso, segundo os preceitos e doutrinas dos homens; As quais têm, na verdade, alguma aparência de sabedoria, em devoção voluntária, humildade, e em disciplina do corpo, mas não são de valor algum senão para a satisfação da carne” (Colossenses 2:23).

Correção ortográfica: Pr. Carlos Gasparotto